



A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS ÀS PESSOAS COLETIVAS

STÉPHANO SANT'ANA RODRIGUES

56424

**MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIAS JURÍDICAS
ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS (2.º CICLO)
ORIENTADOR: PROF. DOUTOR EDUARDO CORREIA BAPTISTA**

LISBOA

2019



A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS ÀS PESSOAS COLETIVAS

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Direito da Universidade de
Lisboa, como requisito parcial para obtenção
do título de mestre em Direito e Ciências
Jurídicas, especialidade de Ciências Jurídico-
Internacionais, sob a orientação do Professor
Doutor Eduardo Correia Baptista

LISBOA

2019

RESUMO

Trata-se de investigação referente à aplicabilidade dos direitos humanos às pessoas coletivas. Designadamente, o estudo pode ser dividido em duas partes principais. A primeira parte, de carácter mais genérica, versa sobre os instrumentos de proteção dos direitos humanos como um todo. Assim, tal etapa aborda as considerações que dizem respeito à titularidade de direitos humanos e fundamentais por parte das pessoas coletivas; Após, retrata a interpretação que é dada às pessoas coletivas, tanto no âmbito terminológico e doutrinário, quanto no âmbito pelo qual os tribunais internacionais, com base na Convenção de Viena de 1969, interpretam a (im)possibilidade de concessão de direitos humanos às pessoas coletivas; Em seguida, são apresentadas razões, notadamente doutrinárias a favor e contra a extensão dos direitos humanos às pessoas coletivas; Encerrando esta etapa, é apresentado um estudo que remete a duas formas distintas com que as pessoas coletivas, eventualmente, podem ser beneficiadas pelas convenções de direitos humanos, quais sejam, através da proteção direta e através da proteção indireta. A segunda parte aprofunda no estudo de dois direitos humanos de modo mais específico. A escolha desses direitos é motivada pela natureza distinta dos mesmos. Desse modo, primeiramente é realizado um estudo acerca do direito à propriedade, que, em princípio possui uma natureza mais compatível com as pessoas coletivas, e, em seguida, é realizado um estudo acerca do direito à vida, que, em princípio, possui uma natureza incompatível com as pessoas coletivas. Por último, são retomadas as principais ideias trazidas pelo estudo através do tópico de conclusão.

Palavras-chave: Direitos Humanos, pessoas coletivas, direito à propriedade, direito à vida, sistema interamericano, sistema europeu.

ABSTRACT

This is an investigation regarding the applicability of human rights to legal persons. In particular, the study can be divided into two main parts. The first part, which is more general in nature, deals with human rights protection instruments as a whole. Thus, this part addresses the considerations concerning the ownership of human and fundamental rights by legal persons; It then portrays the interpretation given to legal persons, both in terms of terminology and doctrine, and in the context in which international courts, based on the 1969 Vienna Convention, interpret the (im)possibility of granting human rights to legal persons; Then, reasons are given, notably doctrinal, for and against the extension of human rights to legal persons; Concluding this step, a study is presented that refers to two distinct ways in which legal persons may be benefited from human rights conventions, namely through direct and indirect protection. The second part goes deeper into the study of two human rights more specifically. The choice of these rights is motivated by their distinct nature. Thus, a study on the right to property is first carried out, which in principle has a nature more compatible with legal persons, and then it is made a study on the right to life, which in principle has a nature incompatible with legal persons. Finally, the main ideas brought by the study are taken up through the conclusion topic.

Key words: Human rights, legal persons, right to property, right to life, inter-American system, European system.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. A TITULARIDADE DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS POR PARTE DAS PESSOAS COLETIVAS.....	09
2.1. A INTERPRETAÇÃO APLICÁVEL ÀS PESSOAS COLETIVAS....	18
A) Interpretação Terminológica.....	18
B) Interpretação utilizada pelos Tribunais Internacionais.....	21
2.2. DEBATE DOUTRINÁRIO: <i>PRO ET CONTRA</i>.....	34
A) Razões <i>pro</i>	36
B) Razões <i>contra</i>	39
C) Síntese.....	42
2.3. PROTEÇÃO DIRETA E INDIRETA DAS PESSOAS COLETIVAS..	43
A) Proteção Direta.....	47
B) Proteção Indireta.....	52
3. DIREITOS ESPECÍFICOS.....	59
3.1. DIREITO À PROPRIEDADE.....	60
A) Sistema Interamericano.....	63
B) Sistema Europeu.....	88
3.2. DIREITO Á VIDA.....	96
4. CONCLUSÃO.....	116
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa, primordialmente, analisar a aplicabilidade dos direitos humanos às pessoas coletivas. Precisamente, isto significa que, o trabalho busca elucidar se os direitos contidos nos instrumentos e convenções internacionais sobre direitos humanos podem ser extensivos às pessoas coletivas.

A problemática é aparente na medida em que, a partir de uma observação superficial, é fácil ser conduzido à ideia de que os instrumentos de proteção dos direitos humanos, são direcionados, exclusivamente, aos seres humanos. Tal conclusão precipitada pode ocorrer por razões óbvias de nomenclatura, visto que, quando se fala em direitos humanos, é automático que se pense restritivamente em proteção de pessoas físicas.

Contudo, o presente estudo demonstra que referida dedução é extremamente simplista, tendo em vista a complexidade do tema. Notadamente, a aplicabilidade dos direitos humanos às pessoas coletivas depende de diferentes variáveis, tais como o direito específico que se busca a tutela, bem como o instrumento convencional invocado para garantir o direito.

Desse modo, o trabalho pode ser visto sob dois enfoques principais, um primeiro enfoque genérico e outro segundo enfoque específico. Na parte genérica, o estudo trata de conceitos e fundamentos jurídicos levando em conta os instrumentos de proteção de direitos humanos como um todo, isto é, trata de forma abrangente a possibilidade ou não de concessão de direitos humanos às pessoas coletivas. Na parte específica, o estudo delimita o direito a ser analisado, de modo que, seja mais aprofundada a pesquisa em razão da natureza de compatibilidade do direito humano. Assim, nesta etapa primeiramente é abordado o direito à propriedade, que denota uma natureza mais compatível com as pessoas coletivas e depois é abordado o direito à vida, que denota uma natureza mais incompatível com as pessoas coletivas.

Posto isso, o trabalho inicia a parte genérica expondo um breve conceito e o escopo dos direitos humanos, e em seguida, traça um paralelo entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, apontando as semelhanças e

divergências que se dão entre esses dois institutos. Referida comparação serve de suporte para o estudo, de modo que, melhor elucida as razões que motivaram a criação dos instrumentos de proteção dos direitos humanos, bem como revela as influências que tiveram os redatores na construção destes documentos internacionais.

Posteriormente, o estudo apresenta, sob dois aspectos, interpretações que são atribuídas às pessoas coletivas. Sob o primeiro aspecto, expõe a interpretação terminológica do termo pessoa coletiva, isto é, de que forma os ordenamentos nacionais comumente definem pessoa coletiva, e ainda, verifica de que forma se dá a representatividade dessas entidades no plano internacional. Sob o segundo aspecto, o trabalho analisa o texto dos principais tratados internacionais de direitos humanos, de modo a verificar, com base na Convenção de Vienna de 1969, de que forma os tribunais internacionais interpretam suas respectivas convenções no sentido de conceder ou não os direitos ali previstos às pessoas coletivas.

Depois disso, são exibidas as controvérsias argumentativas que surgem diante daqueles que defendem a concessão de direitos humanos às pessoas coletivas contra aqueles que são contrários a concessão de direitos humanos às pessoas coletivas. Para tanto, este tópico expõe uma série de direitos humanos que, *a priori*, são compatíveis de serem aplicados às pessoas coletivas, uma série de direitos, *a priori*, incompatíveis e, por fim, uma série de direitos que geram bastante polêmica, ditos questionáveis. Sem prejuízo da referida exposição e separação, o debate se faz contundente, na medida em que o direito deve ser visto e interpretado como um todo. Conforme denota-se, este tópico está mais concentrado na variável do direito específico, em detrimento da variável do instrumento de proteção, pois é mais focado em argumentos doutrinários.

Encerrando a parte genérica do estudo, é introduzido um tópico que discute a forma com que as pessoas coletivas podem se beneficiar da proteção dos instrumentos de direitos humanos. Sinteticamente, essa proteção pode se dar de forma direta ou indireta. Ocorre de forma direta quando o instrumento internacional reconhece que a tutela de determinado direito pode ser garantida diretamente à pessoa coletiva, isto é, em seu próprio nome. Ocorre de forma

indireta quando, através de uma pessoa física, uma pessoa coletiva é indiretamente beneficiada pela proteção de um instrumento de direitos humanos.

A parte específica inicia com um estudo acerca do direito à propriedade. Preliminarmente é realizada uma investigação sobre o direito à propriedade propriamente dito, isto é, faz-se uma breve conceituação desse instituto e uma abordagem a respeito dos bens jurídicos que este direito busca tutelar, sem necessariamente, adentrar em sua relação com as pessoas coletivas. Depois, obviamente, é feita uma análise sobre a compatibilidade deste direito com as pessoas coletivas, oportunidade em que são discorridas doutrinas e jurisprudências dos sistemas interamericano e europeu, uma vez que estes são os instrumentos que dispõem de maior conteúdo para a discussão jurídica do tema.

Em seguida, de maneira semelhante, o trabalho adentra no estudo do direito à vida de maneira lata. Ou seja, expõe o escopo e definição de referido direito e faz considerações das razões por que tal direito, em princípio, é incompatível com as pessoas coletivas. Inobstante, o tópico é aprofundado de maneira a repensar essa premissa, especialmente com a exposição do caso *Yukos vs. Rússia*, que causa, no mínimo, uma reflexão sobre a possibilidade de concessão do direito à vida às pessoas coletivas.

Por último, é realizada uma síntese das ideias trazidas no estudo através do tópico de conclusão. Nesta oportunidade, o trabalho é brevemente retomado expondo as considerações mais importantes invocadas no estudo.

Dito isso, passa-se a expor aprofundadamente as matérias aludidas neste tópico introdutório.

2. A TITULARIDADE DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS POR PARTE DAS PESSOAS COLETIVAS

Conforme doutrina clássica, vista de forma superficial, os direitos humanos têm seu conceito tratado pelo marco do direito constitucional e direito internacional. Sua finalidade originária e primordial é garantir instrumentos de defesa para o ser humano contra eventuais abusos de poder cometidos pelo Estado, e simultaneamente, promover condições dignas e essenciais para a vida humana e seu desenvolvimento¹.

Neste sentido, os direitos humanos são aqueles inerentes à pessoa humana, que buscam proteger a integridade física e psicológica dos indivíduos, de modo a cingir os poderes das autoridades e assegurar o bem estar social através da igualdade, fraternidade, proibição de discriminação e outros direitos essenciais².

Posto isso, nota-se que os direitos humanos estão estritamente relacionados com os direitos fundamentais muito embora os dois conceitos não se confundam. Assim, antes de avançar, convém realizar a distinção entre os dois conceitos.

A doutrina explica que os direitos humanos são aqueles que todos indivíduos contêm pelo mero fato de terem nascido na condição de pessoa humana, caracterizando-se como gênero, ao passo que direitos fundamentais são aqueles, espécie do gênero direitos humanos, que em determinado período histórico, político, cultural e social de uma comunidade, esta decidiu positivá-lo na ordem jurídica, mais costumeiramente em sua Carta Maior, ou seja, em sua Constituição³.

¹ DOS SANTOS, Vanessa Flain. **Direitos Fundamentais e Direitos Humanos**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, III, n. 8, fev 2002. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2061.

² CARVALHO, Neudimair Vilela Miranda. **Diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais**. Publicado em 08/2017. Elaborado em 04/2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59616/diferenca-entre-direitos-humanos-e-direitos-fundamentais>.

³ SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Internacionalização dos direitos humanos trabalhistas: o advento da dimensão objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais**. Cadernos de Direito, Piracicaba, 7(12-13): 81-95, jan/dez. 2007. p. 87. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/618/195>

Em outras palavras, a expressão “direitos fundamentais” é utilizada para os direitos reconhecidos e positivados no âmbito do Direito Constitucional de determinado Estado, enquanto o termo “direitos humanos” é associado aos documentos de Direito Internacional, visto que referem-se às posições jurídicas que são reconhecidas à pessoa humana como tal, independentemente desta pessoa estar submetida à determinada Constituição estatal, e que, neste sentido, aspira à validade universal, de modo que configura-se de caráter supranacional⁴.

Posto isso, observa-se que em primeiro momento, é fácil ser induzido à ideia de que a titularidade dos direitos fundamentais e dos direitos humanos seja atribuída tão somente às pessoas físicas, visto que tais direitos são justificados essencialmente pela dignidade da pessoa humana.

Corroborando esta ideia, é sabido que o marco primordial da consagração dos direitos fundamentais decorreu do esforço alemão de reerguimento moral, após as mazelas cometidas durante a segunda guerra mundial. Na esfera jurídica, tal esforço culminou na criação de um texto constitucional (Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland) e de um tribunal com escopo de controle e monitoramento da denominada Lei Fundamental⁵.

A criação de referida Lei Fundamental alemã se deu em torno de um ambiente muito controvertido. A oposição entre os comandos da zona soviética e das áreas de ocupação ocidental, com a consequente emergência de duas Alemanhas, somado ao subsequente contexto da guerra fria, indicam um clima marcado pela insegurança institucional, que influenciou fortemente os autores da Lei Fundamental. O agente definidor da reação civilizatória culminou na criação do texto constitucional alemão, datado em 23 de maio de 1949, e na

⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/28957456/E_book_Ingo_Sarlet_A_Eficacia_dos_Direitos_Fundamentais

⁵ GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; MELLO, Patrícia Perrone Campos. **A titularidade dos direitos fundamentais por parte de pessoas jurídicas. A empresa como agente de efetivação dos direitos sociais: notas introdutórias ao direito empresarial constitucional**. Rev. Bras. Polít. Públicas (Online), Brasília, v. 6, nº 3, 2016. p. 99-119. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4414/pdf>

instituição de um tribunal defensor desse núcleo fundamental: “Die Würde des Menschen ist unantastbar”, isto é, “a dignidade da pessoa humana é inviolável”⁶.

Muito embora a preocupação principal que culminou na construção da Lei Fundamental foi a dignidade da pessoa humana, o artigo 19, alínea 3 da Lei Fundamental Alemã (Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland) dispõe que: “Os direitos fundamentais valem igualmente para pessoas jurídicas nacionais, na medida em que, pela natureza, lhes sejam aplicáveis”.⁷

Inicialmente, a doutrina e jurisprudência alemã compreendiam que referido dispositivo ampliava a titularidade dos direitos fundamentais somente ao círculo das organizações protegidas, como sendo aquelas pessoas jurídicas plenamente capazes de direito civil. Anos depois, a doutrina e jurisprudência alemã ampliaram a interpretação de modo a abranger a titularidade também para associações parcialmente capazes a subjetividade de direitos fundamentais. Atualmente, por força do Direito Comunitário, foi alterado o critério “nacional”, assim, as pessoas coletivas com sede na comunidade europeia são contempladas pelo disposto no artigo 19, alínea 3⁸.

Perseguindo na ideia de que os direitos fundamentais podem se estender às pessoas coletivas, o doutrinador Dreier explica que tanto o Tribunal Constitucional Federal quanto a doutrina alemã consideram que, por detrás de toda pessoa jurídica, há o “substrato pessoal”, o que sustenta a proteção destes entes⁹.

Obviamente, não são todos os direitos fundamentais que são capazes de fornecer proteção às pessoas coletivas devido à natureza desses entes. Desse

⁶ Idem.

⁷ ROGEIRO, Nuno. **A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha**: com um ensaio e anotações de Nuno Rogeiro. Editora Coimbra : Coimbra, 1996. p. 147. *Apud* SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. Brasília a. 37 n. 145 jan./mar. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/555/r145-07.pdf?sequence=4>

⁸ SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. Brasília a. 37 n. 145 jan./mar. 2000. p. 59. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/555/r145-07.pdf?sequence=4>

⁹ DREIER, Horst; GRÖSCHNER, Rolf; HERMES, Georg et al. **Grundgesetz: Kommentar. Band I**. Art. 19, III, Abs. 11. Mohr Siebeck, 1996. Art. 19, III, Abs. 20. *Apud*. SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. Brasília a. 37 n. 145 jan./mar. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/555/r145-07.pdf?sequence=4>

modo, torna-se oportuno, a fim de exemplificação, expor um rol elaborado por Dreier de direitos e princípios fundamentais contidos no texto alemão que não são capazes de serem invocados pelas pessoas coletivas¹⁰.

Assim, Dreier considera que não se aplicam às pessoas coletivas: artigo 1º, alínea 1 (“A dignidade da pessoa humana é inviolável”); artigo 2º, alínea 2 (“Todos têm o direito à vida e à integridade física”); artigo 3º, alínea 3 (“Ninguém pode ser prejudicado ou privilegiado por causa de sexo, ascendência, raça, língua, pátria e terra de origem, crença, convicções religiosas ou políticas”); artigo 4º, alínea 3 (“Ninguém pode ser obrigado, contra a sua consciência, ao serviço militar com armas”); artigo 6º (sobre casamento, família e filiação legítima); artigo 7º, alínea 2 (“Os encarregados de educação têm o direito de decidir sobre a participação do filho na educação religiosa”); artigo 12, alínea 3 (sobre o serviço militar obrigatório); artigo 16 (sobre expatriação e extradição)¹¹.

Referidos direitos, por sua natureza são, na visão de Dreier, inerentes à pessoa humana, portanto, incapazes de se estenderem às pessoas coletivas.

Por outro lado, Dreier elenca outra série de direitos fundamentais dispostos no texto alemão que devem ser titularizados pelas pessoas jurídicas. São eles: artigo 2º, alínea 1 (“Todos têm o direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade”); artigo 3º, alínea 1 (“Todas as pessoas são iguais perante a lei”), artigo 4º, alínea 2 (“É garantido o livre exercício de religião”); artigo 5º, alíneas 1 (“Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente a sua opinião pela palavra, pelo escrito e pela imagem, bem como o direito de se informar, sem impedimentos, por meio de fontes acessíveis para todos. São garantidas a liberdade de imprensa e a liberdade de informação por radiodifusão e filme. Não haverá censura”) e 3 (“São livres a arte e a ciência, a investigação e o ensino”); artigo 9º, alíneas 1 (“Todos os alemães têm o direito de constituir associações e sociedades”) e 3 (“A todos e a todas as profissões é garantido o direito de constituir associações para defender e promover as condições econômicas de trabalho”⁴⁷); artigo 10 (sobre sigilo da correspondência, do correio e das

¹⁰ SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...*p. 59.

¹¹ ROGEIRO, Nuno. **A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha**. *Op cit...* *Apud*. SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...*p. 59 *et seq.*

telecomunicações); artigo 11, alínea 1 (“Todos os alemães gozam de liberdade de entrada e de circulação em todo o território federal”); artigo 12, alínea 1 (“Todos os alemães têm o direito de escolher livremente a sua profissão e o local de trabalho bem como o lugar de formação profissional”); artigo 13 (inviolabilidade do domicílio); artigo 14 (sobre garantia do direito de propriedade, do direito sucessório e expropriação); artigo 17 (sobre direito de petição) e artigo 19, alínea 4 (“Quem for lesado nos seus direitos por acto de autoridade pública, poderá recorrer à via judicial”)¹².

Ainda, conforme Dreier, se estendem às pessoas coletivas os seguintes direitos fundamentais de natureza processual: o artigo 93, alínea 1, nº 4 (“as queixas constitucionais que podem ser interpostas por toda a gente com a alegação de ter sido lesado, pelo poder público, num dos seus direitos consagrados”); artigo 101, alínea 1 (“Não são admitidos tribunais de excepção”) e artigo 103 (sobre os direitos fundamentais do réu)¹³.

Vale ressaltar que tais direitos processuais também se aplicam às pessoas coletivas estrangeiras com sede na União Europeia em razão do Direito Comunitário, que determina tratamento igualitário aos entes pertencentes à comunidade económica europeia¹⁴.

Seguindo o entendimento exposto acima, Hesse defende que, em casos especiais, a titularidade dos direitos fundamentais se estendem à “grupos de pessoas sem personalidade jurídica (jurídico-civilmente), e precisamente, segundo o significado do direito fundamental respectivo para esse grupo de pessoas e conforme sua situação jurídica no direito geral, portanto, por exemplo, partidos políticos (organizados como associações não-registradas) ou sociedades comerciais abertas”.¹⁵

Na esfera do direito internacional, alinhando-se ao Texto Constitucional alemão, o artigo 1º do Protocolo Aditivo para a Carta da Declaração dos Direitos do Homem dispõe que toda pessoa natural e jurídica tem direito à propriedade,

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...*p. 60.

¹⁵ SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...*p. 60-61.

direito esse que, não somente na Alemanha, mas também em diversos outros Estados, é considerado um direito fundamental¹⁶.

Dito isso, não se pode olvidar a forte influência que o Tribunal Constitucional Federal Alemão exerceu em diversas outras Cortes Constitucionais, tais como: Portugal, Espanha, Brasil, Itália, Colômbia e outras¹⁷.

Partindo da premissa de que o Direito Internacional é formado através da confluência política e jurídica dos vários estados soberanos, não se pode negar a influência que o direito interno exerce sobre a legislação internacional, razão pela qual se torna oportuna uma breve análise sobre esses ordenamentos.

A Constituição Portuguesa determina em seu artigo 12, nº 2, que as pessoas jurídicas são titulares de direitos fundamentais que sejam compatíveis com a natureza das mesmas. Conforme leciona Jorge Miranda, não se trata de uma equiparação das pessoas naturais com as pessoas jurídicas, mas sobretudo, uma limitação, pois às pessoas jurídicas cabem somente o usufruto de direitos fundamentais compatíveis com sua natureza, enquanto às pessoas naturais são garantidos todos os direitos, salvo aqueles exclusivos de entes coletivos¹⁸.

Reforçando este entendimento, o ilustre doutrinador dispõe comentários acerca do acórdão nº 198/8568¹⁹, com os seguintes dizeres: “a aplicação de direitos fundamentais às pessoas colectivas não pode deixar de levar em conta a particular natureza destas – e de tal modo que, seguramente, tem de reconhecer-se que, ainda quando certo direito fundamental seja compatível com essa natureza e, portanto, susceptível de titularidade “colectiva” (hoc sensu) daí não se segue que a sua aplicabilidade nesse domínio se vá operar exactamente nos mesmos termos e com a mesma amplitude com que decorre relativamente às pessoas singulares”²⁰.

¹⁶ SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...*p. 61.

¹⁷ GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; MELLO, Patrícia Perrone Campos. **A titularidade dos direitos fundamentais por parte de pessoas jurídicas. A empresa como agente de efetivação dos direitos sociais: notas introdutórias ao direito empresarial constitucional**. *Op cit...* p. 99-119.

¹⁸ MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 2. ed. Coimbra : Coimbra, 1993. p. 196-197. *Apud*. SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...*p. 61-62.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Complementando o raciocínio, Canotilho explica que a determinação de quais direitos e deveres são compatíveis com a natureza das pessoas coletivas depende do conceito e do âmbito normativo específico do direito fundamental²¹.

Por seu turno, a Constituição Espanhola deixa transparecer em alguns dispositivos a titularidade de direitos fundamentais por parte das pessoas coletivas. O artigo 162, nº 1, letra “a”, do referido texto faculta às pessoas jurídicas interpor recurso de amparo constitucional para a defesa de direitos fundamentais, desde que seja invocado interesse legítimo. Carrillo defende que tal legitimação se estende para demais recursos de amparo ordinário em qualquer das vias contenciosas-administrativas²².

O dispositivo contido no artigo 24, nº 1, também exemplifica a possibilidade de invocação de direitos fundamentais por parte das pessoas coletivas ao dispor que: “Todas las personas tienen derecho a obtener la tutela efectiva de los jueces y tribunales en el ejercicio de sus derechos e intereses legítimos, sin que, en ningún caso, pueda producirse indefensión”. Para melhor elucidar o dispositivo, Carrillo explica que o Tribunal Constitucional espanhol estabeleceu um critério realista: “la referencia que hace el artículo 53.2 de la CE a ‘cualquier ciudadano’ (...) como sujeto que puede recabar la tutela de las libertades y derechos (...) no debe llevarnos a negar a las personas jurídicas y entre ella sociedades mercantiles (...) que frente a una eventual violación del derecho que proclama el artículo 24.1 de la CE puedan acudir al proceso de amparo”.²³

Diferentemente das legislações alemã, portuguesa e espanhola, o ordenamento jurídico brasileiro não dispõe em sua constituição norma expressa que permite a invocação de direitos fundamentais por parte das pessoas coletivas²⁴.

²¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998. p. 384. *Apud*. SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...* p. 61-62.

²² CARRILLO, Marc. **La tutela de los derechos fundamentales por los tribunales ordinarios**. Madrid : Boletín Oficial del Estado, 1995. p. 183. *Apud*. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...* p. 62-63.

²³ Idem.

²⁴ SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...* p. 63.

Contudo, na visão de doutrinadores renomados, tal omissão não impede que as pessoas coletivas possam invocar direitos fundamentais. Entendem, portanto, que os direitos fundamentais se estendem às pessoas jurídicas nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil²⁵. Neste sentido, Afonso da Silva sustenta que vários dos direitos inseridos nos incisos do artigo 5º da Constituição Federal (que dispõe sobre direitos e garantias fundamentais) são extensivos às pessoas jurídicas, tais como “o princípio da isonomia, o princípio da legalidade, o direito de resposta, o direito de propriedade, o sigilo de correspondência e das comunicações em geral, a inviolabilidade do domicílio, a garantia do direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, assim como a proteção jurisdicional e o direito de impetrar mandado de segurança”²⁶.

É interessante mencionar, ainda, o entendimento referente à possibilidade de pessoas coletivas invocarem direitos fundamentais com vista a pedido de indenização por danos morais. Muito embora tal questão ainda comporte controvérsias no campo do Direito Comparado, Aguiar Dias sustenta que a jurisprudência está pacificada no sentido de assegurar a honra e intimidade das pessoas coletivas. Visão diferente, contudo, é defendida por Larenz e Von Tuhr²⁷.

No âmbito das Cortes brasileiras, conforme dispõe Lenz: “têm sido raras as manifestações sobre o tema aqui discutido, o que reflete a timidez de nossos causídicos em provocar a apreciação desta questão”²⁸.

No entanto, é possível apontar diversas decisões que acolheram as pretensões de pessoas coletivas no sentido de garanti-las direito a honra, conferindo-as indenização por dano moral²⁹.

²⁵ Idem.

²⁶ AFONSO DA SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15. ed. São Paulo : Malheiros, 1998.p. 194-195. *Apud.* SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...* p. 63-65.

²⁷ SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...* p. 63-65.

²⁸ Idem.

²⁹ Ver casos extraídos da obra SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado**. *Op cit...* p. 63-65. Decisões: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Embargos Infringentes nº 597176288, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Relator Des. Araken de Assis, acórdão de 7-11-97; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Cível nº 597241785, Segunda Câmara Cível, Relator Des. Arnaldo Rizzardo, acórdão de 13-5-98; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Cível nº 597148402, Sétima Câmara Cível, Relator Des. Sérgio Gischkow Pereira, acórdão de

Diante do exposto, é possível concluir que, muito embora o principal objetivo dos direitos fundamentais e humanos seja assegurar a dignidade da pessoa humana, não se pode olvidar que as pessoas coletivas são arranjos institucionais que têm por objetivo atender as necessidades humanas³⁰.

É evidente que as pessoas coletivas não existem independente das pessoas naturais. Desse modo, as pessoas coletivas dependem diretamente das pessoas naturais para concretamente existirem. Assim sendo, entende-se que as pessoas coletivas são titulares de direitos fundamentais e humanos, tendo em vista que são expressão da existência das pessoas naturais³¹.

Inobstante, a possibilidade do exercício dessa titularidade deve ser aferida no caso concreto. Portanto, é necessário analisar como, de fato, as pessoas coletivas poderiam usufruir de direitos civis e políticos (liberdade de locomoção, de expressão, de crença, de profissão, outros); direitos econômicos, sociais e culturais (direito à saúde, à educação, trabalhistas, outros); ou direitos difusos (direito ao meio ambiente, à paz, outros); tendo em vista a inexistência biológica das pessoas coletivas³².

Em síntese, reiterando a alusão à Constituição Portuguesa, os direitos fundamentais são titularizados por pessoas coletivas, desde que compatíveis com a sua natureza.

24-9-97; Tribunal de Alçada de Minas Gerais, Apelação Cível nº 160.196-1, Relator Juiz Baía Borges¹⁰⁴; Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 60.033-2, Relator Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior¹⁰⁵. Contra a reparação do dano moral repercutido na pessoa coletiva: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Cível nº 597169929, Sexta Câmara Cível, Relator Des. João Pedro Pires Freire, acórdão de 8-4-98; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Cível nº 597047083, Sexta Câmara Cível, Relator Des. Osvaldo Stefanello, acórdão de 19-11-97.

³⁰ GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; MELLO, Patrícia Perrone Campos. **A titularidade dos direitos fundamentais por parte de pessoas jurídicas. A empresa como agente de efetivação dos direitos sociais: notas introdutórias ao direito empresarial constitucional.** *Op cit...* p. 99-119.

³¹ Idem.

³² Idem.

2.1. INTERPRETAÇÃO APLICÁVEL ÀS PESSOAS COLETIVAS

A) Interpretação terminológica

Regularmente, considera-se pessoa coletiva a entidade legalmente separada de seus membros, que possui personalidade jurídica própria e capaz de contrair direitos e deveres em seu próprio nome. Vale ressaltar que a terminologia “coletiva” não necessariamente implica que haja uma pluralidade de pessoas na participação da pessoa coletiva, podendo existir, por exemplo, sociedades unipessoais, que se enquadram no conceito de pessoa coletiva³³.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), por sua vez, através do artigo 1 da Convenção Interamericana sobre Personalidade e Capacidade de Pessoas Jurídicas no Direito Internacional Privado estabelece que pessoa jurídica é “toda entidade que tenha existência e responsabilidade próprias, distintas das dos seus membros ou fundadores e que seja qualificada como pessoa jurídica segundo a lei do lugar de sua constituição”³⁴.

Comumente tais entidades podem ser de direito público, caso em que se encontram vinculadas ao Estado com objetivo de exercer funções próprias da autoridade estatal, como por exemplo a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários. Podem ser também de utilidade pública, que almejam atender interesses gerais de forma cooperativa com a Administração Pública, como por exemplo uma entidade que é encarregada do fornecimento e distribuição de água. Por fim, podem ser de direito privado, englobando as associações, as fundações e as sociedades³⁵.

As associações, em regra, visam fins não lucrativos e têm caráter cultural, social ou outros. As fundações consistem na reserva de determinado patrimônio

³³ MUCHLINSKI, Peter T. **Corporations in International Law**. Oxford Public International Law. Oxford University Press, article las updated 2014. Max Planck Encyclopedia of Public International Law [MPEPIL]. p. 01 Disponível em: [https://www.uio.no/studier/emner/jus/jus/JUS5851/v13/undervisningsmateriale/muchlinski-\(2009\)-corporations-in-international-law-max-planck-enc.-of-pil-co-1.pdf](https://www.uio.no/studier/emner/jus/jus/JUS5851/v13/undervisningsmateriale/muchlinski-(2009)-corporations-in-international-law-max-planck-enc.-of-pil-co-1.pdf)

³⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana sobre Personalidade e Capacidade de Pessoas Jurídicas no Direito Internacional Privado, 1984. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-49.htm>

³⁵ Fonte: <https://www.direitosedeveres.pt/q/vida-pessoal-e-familiar/pessoas-colectivas/que-tipos-de-pessoas-colectivas-existem>.

a fim de alcançar certos objetivos. Já as sociedades, em regra, são formadas com a intenção de perseguir lucro³⁶.

Cabe, contudo, ao ordenamento jurídico interno de cada Estado melhor detalhar suas formas, atribuições e objetivos.

O desenvolvimento do direito das pessoas coletivas à luz do direito internacional ganhou espaço devido às mudanças ocorridas no ambiente econômico. O crescimento do comércio internacional, somado ao processo de globalização ensejou na criação de uma vasta rede de negócios transnacionais. Ora na formação de empresas multinacionais, abrangendo suas filiais controladas, ora na formação de empresas multinacionais economicamente integradas, porém legalmente independentes³⁷.

Em qualquer caso, a noção jurídica dessas empresas desempenham um papel importante na estruturalização das pessoas coletivas no âmbito do direito internacional.

Tradicionalmente, o direito das pessoas coletivas é matéria localizada na esfera do direito interno. Todavia, a característica transnacional de várias pessoas coletivas gerou discussão sobre como o direito internacional deveria interferir na sua regulamentação³⁸.

Neste sentido, mais recentemente, novas indagações surgiram em relação à responsabilização e responsabilidade das pessoas coletivas por atos que possam infringir o direito internacional. No mesmo trilha, os apelos por um ambiente de investimento transparente, estável e previsível deram origem a regras especializadas de direito internacional que oferecem proteção aos ativos dos investidores corporativos, entre outros³⁹.

Portanto, a doutrina clássica inicia-se com o entendimento de que as corporações de lei interna não possuem personalidade jurídica internacional. Dessa forma, a nacionalidade de uma pessoa jurídica advém do fato de incorporação, ou seja, da instituição como pessoa jurídica, dentro de um

³⁶ Idem.

³⁷ MUCHLINSKI, Peter T. **Corporations in International Law**. Oxford Public International Law. Oxford University Press. *Op Cit...* p. 4.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

determinado sistema de direito interno, ou da nacionalidade das pessoas singulares ou coletivas que controlam a empresa⁴⁰.

A definição da nacionalidade da pessoa coletiva é importante, pois permite conferir determinados direitos e deveres às empresas. Assim, um tratado internacional poderá vincular, a depender da matéria, as pessoas coletivas nacionais das partes contratantes. Destarte, uma empresa que possui a nacionalidade de um Estado Parte no Tratado de Amizade, Comércio e Navegação ou em um Tratado Bilateral de Investimentos adquirirá direitos sob esse tratado⁴¹.

Ademais, é válido redizer que as pessoas coletivas podem gozar de determinados direitos previstos nos tratados de direitos humanos, conforme exposto no tópico anterior. É possível afirmar que várias empresas conseguiram, com sucesso, interpor reclamações perante a Corte Europeia de Direitos do Homem com base na Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, para uma série de violações dos direitos humanos⁴².

Nesta oportunidade, é válido esclarecer que o reconhecimento do *locus standi* perante um tribunal internacional para uma pessoa coletiva não se confunde com o direito de personalidade internacional plena. A pessoa coletiva tem personalidade apenas para o propósito do funcionamento efetivo de determinado tribunal. Tal personalidade é derivada e limitada pelo instrumento constitutivo aplicável⁴³.

O entendimento mais moderno, contudo, orientado por políticas, defende que as empresas multinacionais participam do processo do direito internacional. Elas fazem reivindicações perante o Estado com o objetivo de maximizar certos valores como, tais como, justiça e previsibilidade em transações comerciais internacionais⁴⁴.

Desse modo, a ausência de personalidade jurídica plena torna-se irrelevante, visto que as ações desses atores não estatais geram consequências

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

jurídicas reais em nível internacional. Nota-se, portanto, que a eficácia sobrepõe-se a noção formal de personalidade jurídica internacional⁴⁵.

Por exemplo, em relação aos direitos humanos, todas entidades são proibidas de violar tais direitos ou de ajudar os Estados a perpetrar tais violações. Seu status legal formal é, portanto, irrelevante. Do mesmo modo, quando uma empresa, incorporada sob um sistema jurídico interno, é obrigada, devido a natureza de suas funções e seu instrumento constitutivo, a observar o direito internacional⁴⁶.

B) Interpretação utilizada pelos Tribunais Internacionais

Este subtópico visa dispor sobre a interpretação utilizada pelos principais Tribunais de Direitos Humanos para fins de aplicação de Direitos Humanos às pessoas coletivas. Desse modo, sabendo que as Convenções regionais e universal de Direitos Humanos empregam em seu texto genericamente os termos “pessoa”, “indivíduo”, faz-se uma análise da possibilidade desses vocábulos abrangerem as pessoas coletivas. Tudo isso orientado pela Convenção de Viena de 1969, que trata sobre o direito dos tratados internacionais.

O artigo 31 (1) da Convenção de Viena é o principal norteador da interpretação dos tratados internacionais dispondo *in verbis*: “Um tratado deve ser interpretado de boa fé segundo o sentido comum atribuível aos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade.”⁴⁷

Referido dispositivo abastece a doutrina com uma série de teorias sobre a interpretação dos tratados, que são concretizadas pelo princípio da boa fé; pelo método de interpretação literal; pelo método de interpretação à luz do objeto e propósito do tratado; pelo método de interpretação sistemática; interpretação dinâmica ou evolutiva; entre outros⁴⁸.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm

⁴⁸ PETERS, Birgit. **Aspects of Human Rights Interpretation by the UN Treaty Bodies**. UN Human Rights Treaty Bodies, Law and Legitimacy, Helen Keller and Geir Ulfstein (eds). (April 11, 2011) CUP 2012, 261-319. p. 10. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2013298>

Válido esclarecer que tais métodos e princípios são aplicáveis tanto para o direito internacional geral, quanto para as normas de Direitos Humanos. Ademais, não há hierarquia entre eles, sendo que podem ser combinados⁴⁹.

Geralmente o primeiro ponto de referência a seguir para a hermenêutica dos tratados é o método de interpretação literal, visto que se trata da análise das palavras, propriamente ditas, dispostas no diploma legal como ponto de partida⁵⁰.

A interpretação à luz do objeto e propósito dá maior ênfase ao conteúdo e propósito do tratado, e, no contexto dos Direitos Humanos, aos valores enraizados nas Convenções. Desse modo, o objeto e o propósito de um Tratado devem ser considerados dentro de um contexto, vale dizer, uma interpretação teleológica. No que tange aos Direitos Humanos, tal interpretação deve buscar resguardar seu núcleo de proteção⁵¹.

Por sua vez, o princípio da boa-fé preceitua que as partes do tratado ajam com honestidade, justiça e razoabilidade, de modo a não adquirir vantagens injustas⁵².

A interpretação sistemática, que determina que as normas devem ser interpretadas como parte de um todo cujo significado e alcance devem ser analisadas em função do sistema jurídico ao qual pertencem. Desse modo, tal interpretação não leva em conta somente os instrumentos e acordos formalmente relacionados em um diploma, mas também o sistema sob o qual este se insere⁵³.

O princípio da interpretação dinâmica ou evolutiva, à seu turno, percebe a Convenção não como um documento estático, mas como um “instrumento vivo” que “deve ser interpretado à luz das condições atuais”⁵⁴.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Ibidem. p. 11.

⁵¹ Ibidem. p. 13-15.

⁵² Ibidem. p. 19.

⁵³ Opinião Consultiva OC-22/16 de 26 de fevereiro de 2016 solicitada pela República do Panamá. p. 17. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_22_esp.pdf

⁵⁴ MUIJSENBURG, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. Global Business & Development Law Journal / Vol. 25. March 2011. University of the Pacific, McGeorge School of Law Symposium on The Global Impact and Implementation of Human Rights Norms. p. 53. Disponível em: https://www.mcgeorge.edu/documents/Conferences/GlobeJune2012_Corporationsandthe.pdf

Posto isso, torna-se válido trazer o Opinião Consultiva emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, por ocasião de solicitude da República do Panamá no ano de 2016. Em tal oportunidade, a Corte rechaçou, num primeiro momento, a ideia de que as pessoas coletivas fossem destinatárias dos direitos previstos da Convenção Americana de Direitos Humanos. Desse modo, rejeitou a compreensão de que os supramencionados métodos de interpretação pudessem garantir a proteção das pessoas coletivas no âmbito da Convenção Americana.

Em relação a interpretação literal, a Corte considerou que o artigo 1.2 da Convenção⁵⁵ estabelece que os direitos reconhecidos no instrumento são direcionados exclusivamente a seres humanos. Para tanto, estabeleceu que o termo “pessoa” da forma como descrita na Convenção é sinônimo de “ser humano”⁵⁶.

No que tange a interpretação conforme objeto e propósito do tratado, a Corte fundamentou seu entendimento com base no preâmbulo⁵⁷ da Convenção, determinando que o objeto e propósito do instrumento é a proteção dos direitos fundamentais dos seres humanos, e exclusivamente estes, excluindo, portanto, as pessoas coletivas⁵⁸.

⁵⁵ Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

⁵⁶ Opinião Consultiva OC-22/16. p. 15.

⁵⁷ Reafirmando seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem; Reconhecendo que os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos; Considerando que esses princípios foram consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem e que foram reafirmados e desenvolvidos em outros instrumentos internacionais, tanto de âmbito mundial como regional; Reiterando que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos (...)

⁵⁸ Opinião Consultiva OC-22/16. p. 17.

No mesmo trilho, a Corte também entendeu que o preâmbulo e as primeiras considerações da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem⁵⁹ demonstram que esse instrumento foi criado com a intenção de assegurar a proteção e os direitos do ser humano. Para tanto, argumentou que a Declaração constantemente faz referência aos vocábulos “homem” e “pessoa humana”, que denota uma exclusão das pessoas coletivas do âmbito de proteção. Em complemento, explicou que a expressão “toda pessoa”, toda vez que utilizada na Convenção, faz referência a um direito do ser humano, não havendo artigos no instrumento que expresse ou confira às pessoas coletivas a propriedade desses direitos ou que permitam inferir alguma exceção ao disposto no artigo 1.2 da Convenção⁶⁰. Desse modo, não considerou que uma interpretação sistemática pudesse abranger as pessoas coletivas no âmbito dos direitos elencados na Convenção.

A Corte, ademais, realizou um balanço das legislações internas dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), a fim de verificar o tratamento jurídico estabelecido em seus respectivos ordenamentos no que tange à legitimação ativa das pessoas coletivas para acionarem as respectivas jurisdições nacionais. O estudo concluiu que a maioria dos Estados garante às pessoas coletivas a possibilidade de interpor ações em defesa dos seus direitos, em nome próprio. Apesar disto, a Corte entendeu que tal diagnóstico não configurava razão suficiente para que ela também conferisse

⁵⁹ Considerando: Que os povos americanos dignificaram a pessoa humana e que suas constituições nacionais reconhecem que as instituições jurídicas e políticas, que regem a vida em sociedade, têm como finalidade principal a proteção dos direitos essenciais do homem e a criação de circunstâncias que lhe permitam progredir espiritual e materialmente e alcançar a felicidade; Que, em repetidas ocasiões, os Estados americanos reconheceram que os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele cidadão de determinado Estado, mas sim do fato dos direitos terem como base os atributos da pessoa humana; Que a proteção internacional dos direitos do homem deve ser a orientação principal do direito americano em evolução; Que a consagração americana dos direitos essenciais do homem, unida às garantias oferecidas pelo regime interno dos Estados, estabelece o sistema inicial de proteção que os Estados americanos consideram adequado às atuais circunstâncias sociais e jurídicas, não deixando de reconhecer, porém, que deverão fortalecê-lo cada vez mais no terreno internacional, à medida que essas circunstâncias se tornem mais propícias (...)

⁶⁰ Opinião Consultiva OC-22/16. p. 18.

igual titularidade, visto que não existe uma uniformidade entre os Estados na aplicação da temática⁶¹.

Importante destacar que, embora a Corte Interamericana negue que as pessoas jurídicas possam se beneficiar de direitos convencionais, ela reconhece que determinados grupos, em especial as comunidades indígenas, podem gozar de proteção da Convenção, uma vez que certos direitos somente podem ser exercidos de maneira coletiva. Neste sentido, é possível observar que, a Corte, progressivamente, passou a interpretar o conteúdo do artigo 1.2 da Convenção (“pessoa é todo ser humano”), com o escopo de dar respostas para realidades imperantes no continente americano, sobretudo em relação a situação das comunidades indígenas⁶².

Até o ano de 2010, quando a Corte reconhecia uma violação de direito humano indígena, ela considerava como vítima os integrantes e membros da comunidade individualmente, portanto, não considerava como vítima a comunidade como um todo. Contudo, a partir de 2012 a Corte mudou seu critério e passou a reconhecer como vítima de violações de direitos humanos não apenas os membros da comunidade indígenas, mas também a própria comunidade⁶³.

Este entendimento foi confirmado por ocasião da opinião consultiva, oportunidade em que a Corte fez referência ao desenvolvimento do plano internacional através do qual vários tratados e jurisprudência de outros organismos internacionais passaram a sustentar a titularidade de direitos por

⁶¹ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo/SP. v.19. n.8. 2018. p. 176. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_ser_vicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-Bras_v.19_n.8.12.pdf

⁶² MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer; PELAYO MÖLLER, Carlos Maria. “Deberes de los Estados y derechos protegidos”. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario, Konrad Adenauer**. Editores Christian Steiner e Patricia Uribe. 2014. p. 63. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_38682-1522-4-30.pdf?140901164826.

⁶³ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. Tese (Doctorado en Derecho Internacional y Relaciones Internacionales) – Facultad de Derecho, Universidad Complutense de Madrid. Madrid. 2016. p. 151-153. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/48118/1/T40044.pdf>

parte das comunidades indígenas⁶⁴. Portanto, o mesmo critério poderia ser usado no futuro para reconhecer os direitos convencionais às pessoas jurídicas⁶⁵.

Na mesma Opinião Consultiva, a Corte Interamericana analisou o artigo 8 do Protocolo de San Salvador, relativo aos direitos sindicais. Até o momento, nenhum caso contencioso de violações de direitos sindicais foi levado até a Corte, no entanto, neste documento, a Corte resolveu a ambigüidade do artigo mencionado, no qual não ficava claro se os sindicatos eram titulares dos direitos da Convenção ou não. Depois de analisar a norma segundo diferentes métodos interpretativos, a Corte Interamericana concluiu que os sindicatos, federações e confederações são sim titulares dos direitos estabelecidos no artigo 8.1, a, do mencionado Protocolo, o que lhes permite comparecer perante o Sistema Interamericano em defesa dos seus próprios direitos⁶⁶.

Em tempo, é necessário esclarecer que a Corte Interamericana possui duas espécies de competência diferentes atribuídas pela Convenção Americana, sendo uma contenciosa e outro consultiva. A competência contenciosa é aquela acionada pelos Estados signatários, que tenham aceitado sua jurisdição, em face de casos concretos. Já a competência consultiva tem caráter interpretativo, ao passo que funciona como órgão de consulta para questionamentos referentes à correta aplicação da Convenção e de outros tratados de Direitos Humanos⁶⁷.

Válido trazer, portanto, aspectos sobre a competência consultiva. Trata-se da possibilidade da Corte receber e responder a pedidos de parecer apresentados pelos Estados membros da OEA e por seus órgãos: Assembléia Geral, Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, Conselhos, Comissão Jurídica Interamericana, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Secretaria-Geral, Conferências e Organismos Especializados. O escopo material da consulta se estende à interpretação de quaisquer tratados de

⁶⁴ Opinião Consultiva OC-22/16. p. 28.

⁶⁵ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...* p. 193.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. *Op Cit.* p. 172.

direitos humanos aplicáveis nos países da América e à compatibilidade entre leis nacionais (ou projetos) e tratados internacionais sobre o assunto. Ao desempenhar essa função, a Corte comunica as solicitações de opinião aos membros e órgãos da OEA, recebe as posições que formulam por escrito ou verbalmente e emite, enfim, a opinião que julga pertinente⁶⁸.

A força, vinculativa ou não, de opiniões consultivas gera certas divisões. Um setor da doutrina, provavelmente minoritário, sugere que elas tenham eficácia total. Isso foi aceito por pelo menos um Estado, no que diz respeito ao impacto que essas opiniões têm na ordem interna da quem solicita. Outros doutrinadores, de perspectiva mais conservadora, defendem que as opiniões, apesar de fornecidas com alto valor jurídico, político e ético, não têm, contudo, a força obrigatória de uma sentença. Os Estados argumentam que não podem ser subordinados a atos do Tribunal cuja eficácia vinculativa eles não tenham reconhecido. Isso acontece tanto com os Estados que não são partes da Convenção Americana, como com aqueles que, caso sejam, ainda não aceitaram a jurisdição contenciosa do Tribunal⁶⁹.

Portanto, referida competência não é acionada para resolver questões de fato, mas sim explorar o sentido, propósito e razão das normas de direitos humanos. Conforme Cançado Trindade: “a Corte Interamericana exerce a importante função de interpretação da letra e espírito da Convenção Americana sobre Direitos Humanos”⁷⁰. E, embora os pareceres não possuam caráter vinculante, seus efeitos jurídicos são inegáveis, tendo em vista que, tratam-se de fonte interpretativa para a jurisprudência da própria Corte, em sua competência contenciosa, a qual profere decisões obrigatórias⁷¹.

⁶⁸ GARCÍA RAMÍREZ, Sergio. **La jurisdicción interamericana de derechos humanos (estudios)**. México. UNAM. Instituto de Investigaciones Jurídicas. Serie de Doctrina Jurídica. 2006. p. 88. Disponível em: http://centro.paot.org.mx/documentos/cdhdf/jurisd_interam_ddhh.pdf

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Vol. II. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1999. *Apud*. GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. *Op Cit...*p.180.

⁷¹ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. *Op Cit...*p.180.

Diferentemente do sistema interamericano, a Convenção Europeia de Direitos do Homem não contém uma definição do vocábulo “pessoa”. Tal Convenção utiliza reiteradamente o termo “toda pessoa” em seus artigos, sem, contudo, especificar se trata-se de pessoa coletiva ou pessoa natural⁷². Do mesmo modo, o preâmbulo da Convenção enfatiza somente o valor dos direitos humanos como um meio de assegurar a justiça e paz na Europa⁷³.

Com efeito, os únicos dispositivos que fazem alusão à pessoa coletiva são os artigos 34 da Convenção Europeia⁷⁴ e o artigo 1 do Protocolo Adicional No. 1⁷⁵.

Posto isso, o artigo 34 da Convenção expõe que são competentes para apresentar reclamação perante o Tribunal Europeu: qualquer pessoa singular; qualquer organização não governamental; e qualquer grupo de indivíduos. Aprofundando, a jurisprudência do Tribunal Europeu já reconheceu no quadro de organização não governamental uma variedade de entidades jurídicas, a saber: i) pessoas jurídicas privadas, de qualquer natureza, com⁷⁶ (civil e

⁷² Opinião Consultiva OC-22/16. p. 19.

⁷³ Reafirmando o seu profundo apego a estas liberdades fundamentais, que constituem as verdadeiras bases da justiça e da paz no mundo e cuja preservação repousa essencialmente, por um lado, num regime político verdadeiramente democrático e, por outro, numa concepção comum e no comum respeito dos direitos do homem, Decididos, enquanto Governos de Estados Europeus animados no mesmo espírito, possuindo um património comum de ideais e tradições políticas, de respeito pela liberdade e pelo primado do direito, a tomar as primeiras providências apropriadas para assegurar a garantia colectiva de certo número de direitos enunciados na Declaração Universal (...)

⁷⁴ Artigo 34. Petições individuais: O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos. As Altas Partes Contratantes comprometem-se a não criar qualquer entrave ao exercício efectivo desse direito.

⁷⁵ Artigo 1. Protecção da propriedade: Qualquer pessoa singular ou colectiva tem o direito ao respeito dos seus bens. Ninguém pode ser privado do que é sua propriedade a não ser por utilidade pública e nas condições previstas pela lei e pelos princípios gerais do direito internacional.

As condições precedentes entendem-se sem prejuízo do direito que os Estados possuem de pôr em vigor as leis que julguem necessárias para a regulamentação do uso dos bens, de acordo com o interesse geral, ou para assegurar o pagamento de impostos ou outras contribuições ou de multas.

⁷⁶ Ver casos extraídos da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, *SCI Boumois Vs. Francia*, (No. 55007/00), Sentencia de 17 de junio de 2003; TEDH, *Asunto SCP Huglo, Lepage y Asociados, Consejo Vs. Francia*, (No. 59477/00), Sentencia del 1ro de febrero de 2005; TEDH, *Klithropiia Ipirou Evva Hellas A.E. Vs. Grecia*, (No. 27620/08), Sentencia de 13 de enero de 2011; TEDH, *Sociedade Agricola Do Ameixial Vs. Portugal*, (No. 10143/07), Sentencia del 11 de enero de 2011; TEDH, *Nieruchomosci SP. Z O.O. Vs. Polonia*, (No. 32740/06), Sentencia de 2 de febrero de 2010; TEDH, *Ge.Im.A SAS Vs. Italia*, (No. 52984/99), Sentencia de 12 de febrero de 2002; TEDH, *Asunto Studio Tecnico Amu S.A.S. Vs. Italia*, (No. 45056/98), Sentencia de 17 de octubre de 2000; TEDH, *Lilly France Vs. Francia* [nº 2], (No. 20429/07), Sentencia de 25 de

comercial) ou sem⁷⁷ fins lucrativos (associações e fundações), ou ii) pessoas jurídicas públicas, desde que não exerçam poderes governamentais, não sejam criadas para fins de administração pública e sejam independentes do Estado⁷⁸.

Ademais, a interpretação do artigo 34 da Convenção fez com que a Corte Europeia não apenas conhecesse casos de pessoas jurídicas relacionadas com o direito à propriedade, o que é expressamente permitido pelo Artigo 1 do Protocolo No. 1 da Convenção Europeia, mas também analisou casos relacionados a direitos como: liberdade de expressão⁷⁹ (artigo 10 da Convenção Europeia); não-discriminação⁸⁰ (artigo 14 da Convenção) ; processo equitativo⁸¹ (artigo 6 da Convenção); liberdade de reunião e associação⁸² (artigo 11 da Convenção); à liberdade de pensamento, consciência e religião⁸³ (artigo 9 da Convenção); à vida privada e familiar⁸⁴ (artigo 8 da Convenção).

noviembre de 2010; TEDH, Filippou Mavropoulos- Pam. Zisis O.E. Vs. Grecia, (No. 27906/04), Sentencia de 4 de mayo de 2006; TEDH, S. A. GE.MA SNC Vs. Italia, (No. 40184/98), Sentencia de 27 de abril de 2000; TEDH, Sordelli y C. SNC Vs. Italia, (No. 51670/99), Sentencia de 11 de diciembre de 2001, y TEDH, Asunto National & Provincial Building Society, The Leeds Permanent Building Society y The York Shire Building Society Vs. Reino Unido, (No. 117/1996/736/933-935), Sentencia de 23 de octubre de 1997.

⁷⁷ Ver casos extraídos da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Apeh Üldozötteinck Szövetsege y Otros Vs. Hungría, (No. 32367/96), Sentencia de 5 de octubre de 2000; TEDH, Boychev y Otros, entre ellos la Asociación de la Iglesia de la Unificación Vs. Bulgaria, (No. 77185/01), Sentencia de 27 de enero de 2011; TEDH, Cha'Are Shalom y Tsedek Vs. Francia, (No. 27417/95), Sentencia de 27 de junio de 2000; TEDH, Clube de Futebol Uniao de Coimbra Vs. Portugal, (No. 27295/95), Sentencia de 30 de julio de 1998; TEDH, Tüketici Bilincini Geliştirme Derneği Vs. Turquía, (No. 38891/03), Sentencia de 27 de febrero de 2007; TEDH, Association Avenir d'Alet Vs. Francia, (No. 13324/04), Sentencia de 14 de febrero de 2008.

⁷⁸ Ver casos extraídos da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Islamic Republic of Iran Shipping Lines Vs. Turquía, (No. 40998/98), Sentencia de 13 de diciembre de 2007, párr. 80, y TEDH, Holy Monasteries Vs. Grecia, (No. 13092/87), Sentencia de 9 de diciembre de 1994, párr. 49.

⁷⁹ Ver caso extraído da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Autronic AG Vs. Suiza [Corte Plena, Serie A], (No. 178), Sentencia de 22 de mayo de 1990, párr. 47.

⁸⁰ Ver caso extraído da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Religionsgemeinschaft der Zeugen Jehovas y Otros Vs. Austria, (No. 40825/98), Sentencia de 31 de julio de 2008, párrs. 87 a 99.

⁸¹ Ver casos extraídos da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Ern Makina Sanayi y Ticaret AS Vs. Turquía, (No. 70830/01), Sentenciad de 3 de mayo de 2007, párrs. 28-30, y TEDH, Asunto Stoeterij Zangersheide N.V. y Otros Vs. Bélgica, (No. 47295/99), Sentencia de 22 de diciembre de 2004, párr. 36.

⁸² Ver caso extraído da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Asunto Syndicat Nationale Des Professionnels Des Procédures Collectives Vs. Francia, (No. 70387/01), Sentencia de 21 de junio de 2006.

⁸³ Ver caso extraído da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Church of Scientology Vs. Suecia [D y R], (No. 16), Sentencia de 5 mayo de 1979, párr. 68.

⁸⁴ Ver casos extraídos da Opinião Consultiva OC-22/16. p. 20: TEDH, Colas Est y Otros Vs. Francia, (No. 37971/97), Sentencia de 16 de abril de 2002, párrs. 40 a 41, y TEDH, Ernst y Otros Vs. Bélgica, (No. 33400/96), Sentencia de 15 de junio de 2003, párr. 109.

De fato, isso mostra que, ao invés de aderir a um método textual de interpretação que focaliza principalmente a semântica e redação, e em vez de ceder às intenções dos redatores da Convenção ao interpretar o escopo de aplicabilidade das disposições, a Corte Europeia priorizou os princípios da eficácia e interpretação dinâmica (ou evolutiva) como as duas ferramentas principais determinar a substância das provisões da Convenção⁸⁵.

Prosseguindo, faz-se importante realizar uma comparação entre os artigos 34 da Convenção Europeia⁸⁶ e 44 da Convenção Interamericana⁸⁷. Em um primeiro momento, os dois dispositivos parecem materialmente iguais, o que poderia ensejar um questionamento sobre a extensão dos direitos humanos às pessoas coletivas no âmbito interamericano, da mesma forma que apontada na jurisprudência europeia⁸⁸.

Ocorre que, o dispositivo contido texto europeu determina que pode apresentar uma petição qualquer pessoa “que se considere vítima de una violación por una de las Altas Partes Contratantes de los derechos reconocidos en el Convenio o sus Protocolos”. Isto quer dizer que, a pessoa que apresenta uma petição perante o Tribunal Europeu deve provar ser suposta vítima no caso concreto. No que tange às pessoas coletivas, estas devem ser diretamente afetadas em seu direito por algum ato ou omissão, sendo que, em princípio, não poderiam apresentar petição em defesa de seus membros ou terceiros⁸⁹.

O entendimento deste detalhe é crucial para notar a diferença dos posicionamentos das Cortes Europeia e Interamericana. O sistema interamericano faz diferença entre peticionário e vítima, de modo que o artigo 44 do texto interamericano faz referência exclusivamente à legitimidade ativa. Com efeito, a Corte já se posicionou afirmando que “é claro que o artigo 44 da

⁸⁵ MUIJSENBORG, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...* p. 53.

⁸⁶ Artigo 34. Petições individuais: O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos. As Altas Partes Contratantes comprometem-se a não criar qualquer entrave ao exercício efectivo desse direito.

⁸⁷ Artigo 44. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte.

⁸⁸ Opinião Consultiva OC-22/16. p. 21.

⁸⁹ Idem.

Convenção permite que qualquer grupo de pessoas faça denúncias ou queixas por violação dos direitos consagrados na Convenção. Esse amplo poder de denúncia é uma característica do sistema [interamericano] de proteção dos direitos humanos"⁹⁰.

Portanto, a Corte considera que, a referência feita no artigo 44 a “organização não-governamental” ou “grupo de indivíduos”, não possibilita inferir uma autorização para que pessoas coletivas sejam presumidas vítimas, mas se refere à sua legitimidade. ativa, no sentido de que organizações não-governamentais ou grupos de indivíduos têm o direito de apresentar petições individuais perante a Comissão Interamericana em favor de supostas vítimas, mesmo nos casos em que não tenham seu consentimento⁹¹.

Em relação à Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, nota-se que referido instrumento, à semelhança da Convenção Interamericana, não traz definição sobre a terminologia “pessoa”. Tampouco seus órgãos judiciais, até então, trouxeram uma interpretação oficial que deve ser designada ao termo “povos”. Desse modo, num primeiro momento, não se pode concluir se as pessoas coletivas, no sistema africano, são abrangidas pela Carta de Direitos Humanos e/ou podem ser consideradas vítimas diretamente por alguma ação ou omissão que viole um direito contido na Convenção⁹².

Inobstante, de maneira semelhante ao sistema interamericano, a Carta Africana assegura às pessoas jurídicas a legitimidade de apresentar comunicações à Comissão Africana. Ou seja, há possibilidade de pessoas coletivas denunciar violação de direitos humanos contidos na Carta em nome de terceiros, desde que a comunicação cumpra os requisitos estabelecidos no instrumento⁹³.

Por último, é importante trazer as características do sistema universal. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) não estende seus direitos às pessoas coletivas. A interpretação oficial acerca deste instrumento

⁹⁰ CIDH, Castillo Petruzzi e Outros Vs. Perú. Exceções Preliminares. Sentença de 4 de setembro de 1998. Serie C No. 41, para. 77. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_41_esp.pdf

⁹¹ Opinião Consultiva OC-22/16. p. 21-22.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

determina que somente os indivíduos podem submeter denúncias perante o Comitê de Direitos Humanos (CDH). Para cristalizar este entendimento, o CDH considerou que o artigo 1 do Protocolo Facultativo do PIDCP autoriza somente indivíduos a apresentar denúncias perante o órgão⁹⁴.

No mesmo sentido, o Comentário Geral número 31 do CDH estabelece que "os beneficiários dos direitos reconhecidos pelo Pacto são os indivíduos"⁹⁵. Corroborando este posicionamento, o Comitê reiterou em diversas resoluções que "independentemente de as alegações parecerem estar relacionadas a questões do Pacto"⁹⁶, as pessoas jurídicas não possuem capacidade processual perante o órgão. Somado a isso, o Comitê de Direitos Humanos exige que quem apresente a queixa seja também a vítima dos direitos supostamente violados⁹⁷.

Inobstante, situação diversa recai sobre a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (CERD), uma vez que tal instrumento expressamente proíbe a discriminação contra grupos de pessoas e organizações⁹⁸. Por tal razão a CERD reconheceu a capacidade de pessoas

⁹⁴ CDH, V.S. Vs. Bielorrusia, No. 1749/2008. 31 de Outubro de 2011, para. 7.3. ("Dado que, en virtud del artículo 1 del Protocolo Facultativo, solo los individuos pueden presentar una comunicación al Comité, este considera que el autor, al alegar violaciones de la Unión Religiosa, que escapan al ámbito de aplicación del Pacto, no tiene la calidad que exige el artículo 1 del Protocolo Facultativo.") Disponível em:

<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPPRiCAqhKb7yhspbttFNxTkgvXTPJWIZn3vmjnZ9VYEnzb1l89m3Gw15r0%2BUlhzyJX9nIbXj%2FWHg8%2FEbXO%2F52GILDkJxuQ9AamxS%2FMLdKUfOSzfL2RhGQIRUWUA%2FoX6HsK0DwU9YT6OS6xQ%3D%3D>

⁹⁵ CDH, Observação Geral No. 31. 26 de maio de 2004, para. 9. Disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPPRiCAqhKb7yhspYoiCfMKolRv2FVaVzRkMjTnjRO%2Bfud3cPVrcM9YR0iW6Txaxgp3f9kUFpWoq%2FhW%2FTpKj2tPhZsbEJw%2FGeZRATdbWLgyA1RX6IE1VC%2FXrdwy1JEojEGK4mF1mRwn5H9lw%3D%3D>

⁹⁶ CDH, A newspaper publishing Company Vs. Trinidad y Tobago, No. 360/1989. 14 de julho de 1989, para. 3.2. ("A company incorporated under the laws of a State party to the Optional Protocol, as such, has no standing under article 1, regardless of whether its allegations appear to raise issues under the Covenant."). Disponível em: http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1989.07.14_A_newspaper_publishing_company_v_Trinidad_and_Tobago.htm

⁹⁷ CDH, A Group of Association For the Defence of The Rights of Disabled and Handicapped Persons in Italy Vs. Italia, No. 163/1984. 10 de Abril de 1984, para. 6.2. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/undocs/session39/163-1984.htm>

⁹⁸ Artigo 2º. §1. Os Estados Membros condenam a discriminação racial e comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e a encorajar a promoção de entendimento entre todas as raças, e para este fim: a) Cada Estado Membro compromete-se a abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições e zelar para que as autoridades públicas nacionais ou locais atuem em conformidade com esta obrigação.

jurídicas apresentarem reclamações por violações de seus próprios direitos e também por violações dos direitos de seus membros, acionistas e proprietários, tanto individual quanto coletivamente⁹⁹.

Já em relação ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), não foi produzida, até o momento, nenhuma jurisprudência relevante para este debate. Contudo, o artigo 2 do Protocolo Adicional do PIDESC¹⁰⁰ estabelece que "grupos de pessoas" podem apresentar queixas em nome de pessoa ou grupos de pessoas, desde que estas pessoas, por sua vez, reivindicuem a condição de vítima de uma violação de direitos previstos na Convenção. Situação idêntica a esta se dá em relação à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher¹⁰¹.

Diante do exposto, observa-se que com exceção do Sistema Europeu e da CERD, não são reconhecidos, de forma nítida, direitos das pessoas coletivas nos instrumentos de proteção de direitos humanos. Nota-se ainda que, os tratados abordados não possuem uma norma que defina como o termo "pessoa" deve ser interpretado, de modo que o artigo 1.2 da Convenção Americana é uma peculiaridade do sistema interamericano. Tendo isso em vista, não é possível concluir se existe uma clara tendência no direito internacional dos direitos humanos, que esteja interessada em conceder direitos a pessoas coletivas ou permitir-lhes acessar como vítimas os processos de petições individuais estabelecidos por tratados¹⁰².

⁹⁹ CERD, TBB-Turkish Union in Berlin/Brandenburg Vs. Alemanha, No. 48/2010. 26 de fevereiro de 2013, para. 11.2 e 11.3. Disponível em: http://www.worldcourts.com/cerd/eng/decisions/2013.02.26_TBB_v_Germany.pdf

¹⁰⁰ Artigo 2. Comunicações podem ser submetidas por ou no interesse de indivíduos ou grupos de indivíduos, sob a jurisdição de um Estado Parte, reivindicando serem vítimas de uma violação por aquele Estado Parte de qualquer um dos direitos econômicos, sociais e culturais arrolados no Pacto. Quando a comunicação é submetida no interesse de indivíduos ou grupos de indivíduos, isso deve ser feito com o consentimento deles, a não ser que o autor possa justificar agir no interesse deles sem tal consentimento

¹⁰¹ Opinião Consultiva OC-22/16 p. 22-23.

¹⁰² Idem.

2.2. DEBATE DOUTRINÁRIO: *PRO ET CONTRA*

Recapitulando de forma sintética o trabalho, foi observado que os direitos fundamentais e humanos não são, em primeira impressão, compatíveis com as pessoas coletivas. Contudo, vários ordenamentos jurídicos nacionais permitem a aplicabilidade dos direitos fundamentais às pessoas coletivas, desde que compatíveis com a natureza do direito. Por outro lado, no que tange aos direitos humanos regidos pelo direito internacional, nota-se que o sistema europeu é o sistema mais transparente no aspecto de garantir que determinados direitos humanos possam ser aplicados às pessoas coletivas, ao passo que os demais sistemas de direito internacional ainda não são efetivamente claros em relação a esta matéria, ou ainda, conforme visto no caso do sistema interamericano, mais tendencioso a não garantir essa aplicabilidade.

A principal discussão é, evidentemente, se as pessoas coletivas são beneficiárias de direitos humanos e, em caso afirmativo, em que condições e em que medida. A doutrina divide-se em argumentos a favor e contra a interpretação extensiva da proteção dos direitos humanos. Alguns não refutam que determinados direitos podem ser aplicados às pessoas coletivas, mas consideram isso injustificado¹⁰³.

Em que pese o entendimento supra abordado da "natureza do direito", é necessário melhor aprofundar na questão, visto que tal concepção, de fato, não atinge nenhuma limitação real dos direitos das pessoas coletivas, mas apenas exclui os direitos que, de qualquer forma, não fazem sentido para as mesmas¹⁰⁴.

Neste sentido, torna-se válido, num primeiro momento, enumerar de forma exemplificativa quais direitos humanos são compatíveis com as pessoas coletivas, quais são questionáveis e quais são incompatíveis por sua natureza. Para referida enumeração, tomar-se-á como base os direitos previstos na Convenção Europeia de Direitos do Homem.

Pois bem, por direitos compatíveis, podemos incluir, em primeiro lugar, os direitos processuais, que por sua própria natureza, não obstam a inclusão de

¹⁰³ SCOLNICOV, Anat. **Lifelike and Lifeless in Law: Do Corporations Have Human Rights?** (May 2013). University of Cambridge Faculty of Law Research Paper No. 13/2013. p. 06. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2268537

¹⁰⁴ Idem.

peessoas coletivas em seu escopo. Entre os direitos da Convenção Europeia, portanto, são facilmente considerados aplicáveis a pessoas coletivas o direito a um julgamento justo (artigo 6); o direito a nenhuma punição sem lei (artigo 7); o direito a limitações sobre o uso de restrições de direitos (artigo 18); e o direito a um recurso efetivo (artigo 13)¹⁰⁵.

Outros direitos atribuíveis às pessoas coletivas incluem: a proteção contra a discriminação (artigo 14); e a liberdade de reunião e associação (artigo 11). Embora não seja aplicada a pessoas coletivas com fins lucrativos, a liberdade de religião (artigo 9) também foi considerada aplicável a igrejas e, portanto, considerada capaz de conferir direitos a entidades não-humanas¹⁰⁶.

Como direitos questionáveis, ou seja, aqueles que são menos facilmente aceitos como capazes de assegurar proteção às pessoas coletivas, incluem-se: a liberdade de expressão (artigo 10); o direito à privacidade (Artigo 8); e o direito a indenização por dano moral (artigo 41). Esses dispositivos integram os chamados “hard cases” (expressão utilizada por teóricos do direito para definir casos nos quais se verifica uma lacuna ou obscuridade na aplicação da lei ao caso concreto, e por isso, não existe um raciocínio lógico-dedutivo simples a partir de uma regra jurídica existente para a solução da controvérsia¹⁰⁷). A aplicabilidade desses direitos a pessoas coletivas é mais controversa em razão da dificuldade em conciliar as disposições com os interesses corporativos em questão nos casos específicos¹⁰⁸.

Como direitos incompatíveis destacam-se aqueles, que por sua natureza, são considerados exclusivamente aplicáveis aos seres humanos e, por isso, não alcançam as pessoas coletivas. Como exemplo de direitos dessa natureza incluem-se: o direito à vida (artigo 2); a proibição de tortura, punição desumana ou degradante (artigo 3); a liberdade de detenção arbitrária (artigo 5); o direito de casar (artigo 12); e a liberdade de consciência (artigo 9)¹⁰⁹.

¹⁰⁵ MUIJSEBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 49-52.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ ARNAUD, André-Jean. **Dicionário enciclopédico de teoria e de sociologia do direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 86. *Apud.* Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_dif%C3%ADcil#cite_ref-1

¹⁰⁸ MUIJSEBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 49-52.

¹⁰⁹ Idem.

A natureza artificial e essencialmente desumana das pessoas coletivas impede a inclusão desses direitos dentro do âmbito de proteção dessas disposições que buscam proteger os indivíduos de carne e osso¹¹⁰.

Ora bem, passada essa questão preliminar, resta expor quais são as razões e argumentos que fundamentam o alcance dos direitos humanos às pessoas coletivas, bem como os motivos por que parte da doutrina refuta a ideia de expandir estes direitos para tais entidades e/ou teme uma vasta extensão dos mesmos.

A) Razões *pro*

Os argumentos a favor da ampliação do escopo dos direitos podem ser resumidas da seguinte forma: garantir direitos às pessoas coletivas protege não apenas a entidade, mas também os interesses das pessoas físicas e atua como salvaguarda do Estado de Direito e da sociedade democrática. Ainda, a concessão desses direitos às pessoas coletivas não privam os seres humanos de seus direitos, mas podem tornar empresas mais conscientes da necessidade de proteção dos direitos humanos¹¹¹.

Ademais, alguns doutrinadores entendem que as empresas devem gozar de certos direitos fundamentais que são essenciais ao seu propósito e funcionamento, mas esses direitos não são necessariamente tão extensos quanto os das pessoas físicas ou entidades sem fins lucrativos. Neste sentido, as pessoas coletivas deveriam receber proteção dos direitos humanos que lhe sejam razoáveis¹¹².

Inobstante, é válido destacar que dentre os que defendem a concessão de direitos humanos às pessoas coletivas há aqueles que entendem que as pessoas coletivas devem gozar de proteção apenas na medida necessária para proteger os direitos das pessoas físicas intrínsecas a elas, ao passo que outros

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ VISEKRUNA, Aleksandra. **Protection of Rights of Companies before the European Court of Human Rights**. EU and Comparative Law issues and challenges. Institute of Comparative Law. Belgrade, Serbia. Publicado em 2018. p. 112. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/ojs/index.php/eclic/article/view/6524/3433>

¹¹² Ibidem. p. 113.

entendem que a pessoa coletiva tem personalidade jurídica separada de seus membros, não sendo intercambiável com o seu substrato humano para fins de atribuição de direitos humanos¹¹³.

De todo modo, é possível verificar nos instrumentos internacionais de direitos humanos uma base que contribua para a sustentação daqueles que defendem a extensão dos direitos humanos às pessoas coletivas. Neste sentido, há quem sustente que o uso repetido na Declaração Universal de Direitos Humanos do termo "todos", sem limitação aos seres humanos, serve para conceder inúmeros direitos aos seres humanos, bem como às pessoas coletivas¹¹⁴.

Isso justifica-se pelo fato de várias disposições da Declaração Universal serem amplas demais para serem restritas aos seres humanos. Por exemplo, o direito de receber e transmitir informações e idéias através da mídia e proteger interesses morais e materiais decorrentes de produções científicas, literárias ou artísticas¹¹⁵ se aplica a "todos". A Declaração Universal não distingue entre seres humanos e corporações no reconhecimento desses direitos. A eventual exclusão das empresas desses direitos seria uma interpretação indevidamente restritiva, tendo em vista que grande parte das informações transmitidas ao público tem fonte corporativa. Da mesma forma, não poderia ter sido a intenção dos redatores excluir o reconhecimento e a proteção dos interesses corporativos em produções científicas, literárias e artísticas¹¹⁶.

A Declaração Universal também concede a todos o direito à propriedade. Nomeadamente, o artigo 17¹¹⁷ reconhece os direitos de propriedade decorrentes da propriedade exclusiva e "em associação com outros". Portanto, as empresas estão incluídas no escopo do dispositivo, uma vez que são vistas como associações de pessoas que utilizam a teoria agregada. As empresas também

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations**. 16 J. Transnat'l L. & Pol'y 197. HeinOnline. 2007. p. 211.

¹¹⁵ Artigo 27. 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

¹¹⁶ DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations**. *Op Cit...*p. 212.

¹¹⁷ Artigo 17. 1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

são consideradas pessoas na medida em que são designadas como tal pelos sistemas legais nacionais aplicáveis¹¹⁸.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos¹¹⁹, por sua vez, concede uma ampla variedade de liberdades e proteções a "indivíduos", "pessoas" e "todos" e, ainda, prevê que "ninguém" seja submetido a certas ações sem distinção entre seres humanos e pessoas coletivas. De maneira semelhante à Declaração Universal, o PIDCP é mais amplo do que o necessário para ser unicamente aplicável aos seres humanos¹²⁰. Por exemplo, o direito de receber e transmitir informações e idéias através da mídia se aplica a todas as pessoas sem uma base para distinguir entre seres humanos e pessoas coletivas¹²¹.

Interpretações semelhantes existem no que diz respeito aos instrumentos regionais de direitos humanos. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem se refere especificamente a "seres humanos", mas depois concede numerosos direitos a "toda pessoa".¹²² Embora a Convenção Americana¹²³ defina especificamente pessoas como seres humanos¹²⁴, ela concede simultaneamente direitos a "todos" e "qualquer pessoa" e proíbe certas condutas às quais "ninguém" será submetido. Esta referência específica aos "seres humanos" é mais baseada por limitações impostas "pelos direitos dos outros e pela segurança de todos"¹²⁵. Os termos "outras pessoas" e "todos" cuja segurança deve ser preservada não são identificadas e, portanto, podem incluir não apenas seres humanos, mas também pessoas coletivas¹²⁶.

¹¹⁸ DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations**. *Op Cit...*p. 212.

¹¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm

¹²⁰ DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations**. *Op Cit...*p. 213.

¹²¹ Artigo 19. 2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.

¹²² Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm

¹²³ Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm

¹²⁴ Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos. 2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

¹²⁵ Artigo 32. Correlação entre deveres e direitos. 2. Os direitos de cada pessoa são limitados pelos direitos dos demais, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem comum, numa sociedade democrática.

¹²⁶ DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations**. *Op Cit...*p. 214.

A Convenção Europeia de Direitos do Homem¹²⁷ reconhece uma ampla variedade de direitos de que "todos" gozam, enquanto simultaneamente proíbe certas condutas às quais "ninguém" será submetido. Desse modo, a Convenção reconhece a liberdade de expressão e disseminação de idéias¹²⁸ através de qualquer meio sem distinção entre seres humanos e pessoas coletivas. Ademais, os Estados são obrigados a tomar medidas para "assegurar a todos dentro de sua jurisdição os direitos e liberdades definidos na presente Convenção"¹²⁹. Qualquer dúvida quanto à aplicabilidade dessas proteções às pessoas coletivas pode ser eliminada pelo artigo 34, que garante a "qualquer pessoa", "organização não governamental" ou "grupo de indivíduos" que alegue ser vítima de uma violação por uma das Altas Partes Contratantes apresentar queixa perante o Tribunal¹³⁰.

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos¹³¹, no mesmo trilho, prossegue concedendo inúmeros direitos a "indivíduos" sem fazer distinção entre seres humanos e outros tipos de pessoas¹³².

B) Razões *contra*

Por outro lado, é possível enumerar também uma série de razões para que os direitos humanos não sejam extensíveis às pessoas coletivas.

A crítica recai em cima das incompatibilidades conceituais (os direitos humanos só podem ser estendidos aos seres humanos); das dificuldades práticas (superabundância de pedidos); e da ideia de que se as empresas se

¹²⁷ Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>

¹²⁸ Artigo 10. Liberdade de expressão. 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.

¹²⁹ Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos do homem. As Altas Partes Contratantes reconhecem a qualquer pessoa dependente da sua jurisdição os direitos e liberdades definidos no título I da presente Convenção.

¹³⁰ Artigo 34. Petições individuais. O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos. As Altas Partes Contratantes comprometem-se a não criar qualquer entrave ao exercício efectivo desse direito.

¹³¹ Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>

¹³² DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations**. *Op Cit...*p. 215.

recusam a aceitar as obrigações dos direitos humanos não deveriam, igualmente, poder se beneficiar de sua proteção¹³³.

Nota-se que quem defende a inaplicabilidade de direitos humanos às pessoas coletivas ressalta a vulnerabilidade humana como o valor subjacente da lei de direitos humanos. Desse modo, existe uma preocupação de que as empresas eventualmente usem esse novo desenvolvimento para promover e proteger seus interesses, independentemente das consequências que ocasionarem para as pessoas físicas¹³⁴.

Seguindo este raciocínio, a concessão de direitos às empresas pode deixar os seres humanos mais vulneráveis e as empresas mais protegidas. Nomeadamente, as empresas poderiam minar os esforços do governo para melhorar a proteção dos direitos humanos, dificultando a responsabilização das empresas¹³⁵.

Essa preocupação é reforçada quando leva-se em conta o fato de que as empresas tendem a estar em uma posição muito mais equilibrada em relação às autoridades públicas. Isto é notadamente evidente em relação às corporações multinacionais que podem usar seu poder econômico para evitar a responsabilidades. Tendo isso em mente, conceder-lhes direitos humanos seria paradoxal¹³⁶.

Interessante, nesta oportunidade, expor as alertas que a professora Turkuler Isiksel, cientista política da Universidade de Columbia, faz em relação as corporações multinacionais que alegam que, na qualidade de pessoas coletivas, são beneficiárias de direitos humanos¹³⁷.

Segunda a professora, essa reivindicação busca proteger as corporações das regulamentações domésticas impostas pelos países anfitriões nos quais elas fazem negócios¹³⁸.

¹³³ VISEKRUNA, Aleksandra. **Protection of Rights of Companies before the European Court of Human Rights**. *Op Cit...*p. 113-114.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ MILLON, David. **Human Rights for Corporate Persons**. Jotwell: J. Things We Like [370]. HeinOnline. 2015. p. 1-3.

¹³⁸ Idem.

Quando surgem disputas entre uma corporação e o estado anfitrião, elas geralmente são resolvidas por meio de arbitragem. Os tribunais arbitrais devem aplicar os termos do acordo de investimento específico, mas também invocam as normas de direitos humanos a fim de averiguar a conduta do Estado em relação aos investidores estrangeiros¹³⁹.

Os tribunais arbitrais ainda precisam declarar que as empresas, como pessoas coletivas que possuem direitos, de fato possuem direitos humanos. No entanto, esses tribunais freqüentemente buscam as normas de direitos humanos como fonte de direitos básicos à propriedade, devido processo legal e acesso à justiça, bem como princípios como proporcionalidade e meios menos restritivos para avaliar os encargos impostos pelo Estado¹⁴⁰.

A problemática reside no fato de que em um momento em que é difícil responsabilizar as corporações multinacionais de acordo com o direito internacional por violações de direitos humanos, há uma ironia na capacidade dessas empresas de proteger seus próprios interesses econômicos colocando suas queixas contra a regulação estatal na retórica dos direitos humanos¹⁴¹.

Desse modo, Isiksel adverte que a "estatura moral" do discurso dos direitos humanos é oportuno para empresas que visam contrapor-se à medidas estatais que acometam suas margens de lucro. Isiksel preocupa-se que uso oportunista do discurso dos direitos humanos pelas empresas possa desvalorar seu escopo principal. A professora arrisca dizer que o uso dos direitos humanos pelas corporações é uma forma de abrandar os riscos de fazer negócio, bem como se traduz numa reivindicação de um direito humano inexistente, qual seja a "imunidade ao risco de investimento"¹⁴².

Por fim, a professora propõe uma reflexão instigante. É sabido que as empresas apropriam-se do discurso de direitos humanos para uso contra os estados nos quais eles operam, baseando-se em uma noção de direitos humanos como supranacionais, gerando impacto nas políticas domésticas na forma de imposição estrangeira. Tal afirmação conflita a ideia de que as normas de direitos humanos são desenvolvidas e aperfeiçoadas através de lutas

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

domésticas voltadas à reforma de instituições públicas domésticas, que por sua vez, inspiram os documentos internacionais¹⁴³.

Por esse ângulo, os esforços das empresas multinacionais em usar as normas de direitos humanos como forma de refutar normas domésticas destinadas a proteger o bem-estar de uma população, ameaçam a capacidade das comunidades locais de elaborar e fazer cumprir as normas de direitos humanos¹⁴⁴.

C) Síntese

Apesar de todo esse dilema, fato é que o número de direitos humanos consideráveis aplicáveis às pessoas coletivas vêm crescendo. Tal fenômeno, no entanto, não é resultado de uma estratégia pré-planejada para garantir proteção às corporações, mas sim decorrência de uma análise de consultas e litígios examinados no caso concreto¹⁴⁵.

Melhor aprofundando, à luz do Tribunal Europeu de Direitos do Homem é possível realizar a seguinte classificação: a) direitos explicitamente concedidos à pessoas coletivas (ex: direito de propriedade); b) direitos concedidos a “todos”, onde o TEDH considerou que o escopo da norma inclui também as pessoas coletivas (ex: liberdade de expressão, direito à privacidade e direitos processuais); c) direitos “derivados” realizados através de indivíduos que constituem a empresa (ex: liberdade de associação e proteção contra discriminação); d) direitos inextricavelmente ligados à personalidade humana e incompatíveis com a natureza artificial da empresa (ex: o direito à vida, direitos contra a tortura e os maus tratos, direito de casamento)¹⁴⁶.

Não se pode olvidar, contudo, que as fronteiras estão sendo constantemente empurradas e o escopo inicial se estende além do reconhecimento¹⁴⁷.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ VISEKRUNA, Aleksandra. **Protection of Rights of Companies before the European Court of Human Rights**. *Op Cit...*p. 114-115.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

2.3. PROTEÇÃO DIRETA E INDIRETA DAS PESSOAS COLETIVAS

Este subtópico versa sobre um detalhe importante ainda não aprofundado no presente estudo. Quando se fala em proteção das pessoas coletivas com base nas normas de direitos humanos, é possível percebê-la sob dois aspectos distintos: proteção direta e indireta.

A proteção direta ocorre quando a pessoa coletiva, em seu próprio nome, como entidade, pleiteia proteção, na condição de vítima, à um órgão de defesa dos direitos humanos, com base em um tratado internacional. A proteção indireta, se dá quando um indivíduo interessado (proprietário, acionista, funcionário, etc) invoca, em seu próprio nome, a proteção dos direitos humanos, quando uma violação atinge uma pessoa coletiva na qual ele tenha interesse¹⁴⁸.

Antes de avançar, contudo, é importante destacar alguns aspectos à respeito dos sistemas de proteção dos direitos humanos.

O processo é uma relação jurídica entre sujeitos de direito (juiz e partes), para a qual outras pessoas podem ser invocadas (participantes), o que leva à sentença. Esse esquema simples, que é seguido em qualquer ordenamento nacional, também serve ao processo internacional no campo dos direitos humanos. Distingue-se as partes no sentido material (sujeitos da relação substantiva que é despertada no processo) e no sentido formal (sujeitos da relação formal em que consiste o processo). Pode haver uma coincidência entre as duas categorias, como também pode ocorrer que os sujeitos da segunda não se coincidam com os sujeitos da primeira. É o que acontece, por exemplo, no sistema interamericano, e já não mais no europeu, quando através do Protocolo 11 da Convenção de Roma foi estabelecida a coincidência entre ambos¹⁴⁹.

A Convenção Americana de Direitos Humanos determina em seu artigo 61: “1. Somente os Estados-partes e a Comissão têm direito de submeter um

¹⁴⁸ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** (June 1, 2011). In: M. Pieth & R. Ivory (eds.), *Corporate Criminal Liability. Emergence, Convergence, and Risk*, Ius Gentium: Comparative Perspectives on Law and Justice 9, New York/Dordrecht/Heidelberg/London: Springer 2011, p. 355-389. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2046046>

¹⁴⁹ GARCÍA RAMÍREZ, Sergio. **La jurisdicción interamericana de derechos humanos (estudios)**. *Op Cit.* p. 147-148.

caso à decisão da Corte.” Verifica-se, assim, que o acesso do indivíduo não ocorre diretamente à Corte, sendo que há o intermédio da Comissão, que além de realizar exame de admissibilidade, deve buscar soluções pacíficas para as controvérsias. Ou seja, o indivíduo leva seu caso de violação à Comissão que, após o exame de admissibilidade, poderá submetê-lo à Corte, momento em que o indivíduo tomará parte no possível contencioso¹⁵⁰.

Inobstante, no ano de 2001, a Corte Interamericana revisou seu Regimento Interno, para aprimorar a representação das vítimas perante a Corte, nos casos apresentados pela Comissão Interamericana. Assim, as vítimas e seus representantes adquiriram locus standi perante à Corte, podendo submeter argumentos e provas ao longo do processo¹⁵¹.

Essa prevenção restritiva do artigo 61 contrasta com a ampla legitimidade prevista no artigo 44¹⁵² com relação à apresentação de petições, denúncias ou reclamações perante a Comissão Interamericana (responsável pela primeira etapa do procedimento: a denúncia ao exercício da ação) por suposta violação de direitos humanos. Nesse caso, o poder de fazê-lo recai sobre qualquer pessoa (seja a suposta vítima ou não), porque é óbvio que o grupo e a entidade não-governamental estão integrados por pessoas. Portanto, não é necessário explorar a legitimidade da entidade de acordo com a lei Interna do Estado em que está submetida, basta saber que uma determinada pessoa física faz a denúncia¹⁵³.

No âmbito europeu, qualquer indivíduo tem acesso direto para provocá-lo no caso de violação de Direitos Humanos. Foi em 1º de novembro de 1998 que entrou em vigor o Protocolo nº 11 à Convenção Europeia de Direitos Humanos, que garantiu o *jus standi* dos indivíduos, em todos os casos, diretamente ao

¹⁵⁰ ALMEIDA, Daniela Lima de. **O acesso do indivíduo à jurisdição internacional de direitos humanos: Reflexões sobre a relativização do conceito de soberania estatal**. p. 11 Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c5866e93cab17768>

¹⁵¹ PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013, p. 239. *Apud*. MEDEIROS, Rafael Chiarini. **Sistema Africano de Direitos Humanos: uma análise crítica dos órgãos regionais de proteção**. Universidade de Brasília, Faculdade de Direito. 2017. p. 65. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/18571/1/2017_RafaelChiariniMedeiros.pdf

¹⁵² Artigo 44. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte.

¹⁵³ GARCÍA RAMÍREZ, Sergio. **La jurisdicción interamericana de derechos humanos (estudios)**. *Op Cit.* p. 147-148.

Tribunal Europeu, sem sem que houvesse necessidade da Comissão Europeia, que antes assumia a função de órgão auxiliar, intermediar o procedimento¹⁵⁴. Desse modo, o artigo 34 do respectivo Protocolo dispõe que: “O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos. As Altas Partes Contratantes comprometem - se a não criar qualquer entrave ao exercício efectivo desse direito.”¹⁵⁵

De acordo com Trindade, todos os Estados membros da Convenção Europeia de Direitos Humanos, se tornaram Partes também no Protocolo nº 11. Caracterizou-se, sobretudo, por ser a primeira vez em que um indivíduo passou poder acessar diretamente, com capacidade jurídica, um tribunal internacional¹⁵⁶.

Segundo Piovesan, dos três sistemas regionais (africano, americano e europeu) o europeu é o mais antigo e mais avançado, pois estabelece o mecanismo judicial para apreciar as comunicações individuais, o qual vem apresentando êxito na implementação de suas decisões¹⁵⁷.

Em relação ao sistema africano, a jurisdição da Corte é obrigatória para petições apresentadas pela Comissão, por Organizações Intergovernamentais africanas e pelos Estados Membros, sejam eles autores ou acusados perante comunicação à Comissão ou o país natal de vítima de violação de direitos

¹⁵⁴ VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. *Apud.* ALMEIDA, Daniela Lima de. **O acesso do indivíduo à jurisdição internacional de direitos humanos: Reflexões sobre a relativização do conceito de soberania estatal**. *Op Cit.* p. 12.

¹⁵⁵ Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue_convencao_europeia_dh.pdf

¹⁵⁶ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A personalidade e capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional**. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v. 3, n. 3, p.31-64, 2002. *Apud.* ALMEIDA, Daniela Lima de. **O acesso do indivíduo à jurisdição internacional de direitos humanos: Reflexões sobre a relativização do conceito de soberania estatal**. *Op Cit.* p. 12

¹⁵⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. *Apud.* ALMEIDA, Daniela Lima de. **O acesso do indivíduo à jurisdição internacional de direitos humanos: Reflexões sobre a relativização do conceito de soberania estatal**. *Op Cit.* p. 12.

humanos. Por outro lado, a jurisdição é facultativa em petições apresentadas por ONGs e indivíduos, dependendo de autorização expressa e avulsa do Estado¹⁵⁸.

Em termos práticos, a remessa de comunicações individuais pela Comissão ao órgão jurisdicional tornou-se o único elo de ligação entre os indivíduos e ONGs e a Corte Africana. Ademais, a própria conexão entre os órgãos carece de efetividade, visto que são exigidas diligências prévias da Comissão, marcadas por sua morosidade. Somado a isso, muitas das comunicações decididas não são levadas pela Comissão à Corte, ainda que o Estado tenha se omitido ao cumprimento das recomendações finais. Em número, das 61 comunicações apreciadas pela Comissão desde 2006, somente 3 foram enviadas à Corte¹⁵⁹.

Com isso, observa-se que o sistema africano se coloca em um meio termo entre o interamericano e o europeu, em matéria de petição individual, por definir o acesso de indivíduos e ONGs à Corte regional de forma facultativa¹⁶⁰.

No sistema universal, o direito de petição aos comitês é permitido aos indivíduos independente de intermediação de um Estado parte ou de outra entidade. As petições individuais devem ser encaminhadas ao Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) sendo que o peticionário está dispensado de representação por advogado, visto que é dispensável sua familiaridade com termos ou técnicas jurídicas¹⁶¹.

A legitimidade para apresentar petições aos comitês convencionais não é restrita aos nacionais, às pessoas residentes no território ou aos cidadãos dos Estados que reconheceram a competência dos comitês para analisar as petições individuais, mas também a qualquer pessoa física sujeita ao exercício de poder desses Estados¹⁶².

Referido direito, em tese, é reservado ao indivíduo, pessoa física, ainda que muitos dos direitos reconhecidos nos tratados também sejam garantidos às

¹⁵⁸ MEDEIROS, Rafael Chiarini. **Sistema Africano de Direitos Humanos: uma análise crítica dos órgãos regionais de proteção**. Universidade de Brasília, Faculdade de Direito. 2017. p. 60. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/18571/1/2017_RafaelChiariniMedeiros.pdf

¹⁵⁹ Ibidem. p. 61.

¹⁶⁰ Ibidem. p. 65.

¹⁶¹ DANTAS, Carla. **Direito de petição do indivíduo no sistema global de proteção dos direitos humanos**. Revista internacional de direitos humanos. v.9. n. 17. 2012. p. 204. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/11/sur17-port-carla-dantas.pdf>

¹⁶² Ibidem. p. 205-206.

peessoas coletivas. No entanto, o fato de o presente mecanismo convencional de monitoramento dos direitos humanos ser reservado aos indivíduos não impede que os mesmos enderecem petições em defesa de pessoas jurídicas que tiveram seus direitos, reconhecidos pelas convenções, violados¹⁶³.

É possível ainda, o envio da petição em nome de terceiros, desde que o peticionário esteja acompanhado de evidências da impossibilidade da vítima agir em nome próprio, bem como de autorização dada pela mesma, em vistas ao princípio da máxima proteção. Contudo, tal autorização é prescindível diante de situações excepcionais¹⁶⁴.

A) Proteção Direta

Tratando, primeiramente, do ponto de vista da proteção direta, nota-se que, em regra, pessoas coletivas não podem ser qualificadas como vítimas perante Comitê de Direitos Humanos por uma suposta violação do PIDCP. As pessoas coletivas, portanto, não têm status perante o PIDCP. Válido ressaltar que, tal afirmação não obsta a capacidade das pessoas coletivas apresentarem comunicações ao CDH¹⁶⁵. Todavia, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial de 1965 (CERD)¹⁶⁶ dispõe de modo diverso, ao passo que permite às pessoas coletivas a possibilidade de elaborar denúncias que afetem seus direitos, sempre que se considerarem vítimas do caso, em nome dos seus membros, acionistas e proprietários, tanto individualmente, como coletivamente, e obter, portanto, proteção direta¹⁶⁷.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit.* p. 355-389.

¹⁶⁶ Disponível em: [https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%20106%20\(XX\)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf](https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%20106%20(XX)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf)

¹⁶⁷ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** *Op Cit.* p. 176.

A situação no âmbito da CEDH já é diferente. O art. 34¹⁶⁸ CEDH, autoriza que pessoas coletivas, que se considerem vítimas de uma violação do tratado, peticionem em nome próprio perante o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH). Reitera-se que, embora apenas o art. 1 do Primeiro Protocolo da CEDH, sobre o direito de propriedade, reconhece expressamente as pessoas coletivas como destinatárias dos direitos fundamentais, vários outros direitos humanos são concedidos a elas também, conforme diversas jurisprudências do Tribunal. Assim, o TEDH consolidou que a convenção é “um instrumento vivo que deve ser interpretado à luz das condições atuais”¹⁶⁹. Além disso, como o TEDH também argumentou, em muitos casos não é possível fazer distinções entre as atividades profissionais e não profissionais de um indivíduo¹⁷⁰.

Isso não significa, contudo, que as empresas e outras pessoas coletivas de direito privado tenham exatamente a mesma proteção que os indivíduos sob os direitos que lhes são aplicáveis. Ademais, pessoas coletivas de direito público não podem apresentar queixas individuais ao TEDH, tampouco gozam dos direitos e liberdades incorporados no TEDH e seus Protocolos¹⁷¹.

A Convenção Americana de Direitos Humanos também possui suas peculiaridades próprias. O artigo 44 da CADH¹⁷² oferece uma vasta possibilidade

¹⁶⁸ Artigo 34. Petições individuais

O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos. As Altas Partes Contratantes comprometem - se a não criar qualquer entrave ao exercício efectivo desse direito.

¹⁶⁹ TEDH, Colas Est e Outros Vs. França, (No. 37971/97), Sentença de 16 de abril de 2002, para 41. Disponível em: <https://www.legal-tools.org/doc/5aefe0/pdf/>

¹⁷⁰ TEDH, , Niemietz v. Germany, Appl. 13710/88, sentença de 16 de dezembro de 1992, para 29 e 30. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22%3A%22001-57887%22%7D>

¹⁷¹ Ver decisões extraídas da obra VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit.*...p. 355-389: ECtHR, Judgment of February 1, 2001, Ayuntamiento de M v. Spain, Appl. 15090/89; ECtHR, Judgment of November 23, 1999, The Municipal Section of Antilly v. France, Appl. 45129/98; ECommHR, Decision of May 31, 1974, 16 Austrian Communes v. Austria, Appl. 5767/72, under I. In interstate cases, however, the state does have standing, of course; see Art. 33 ECHR. It is, however, not always evident if a legal person should qualify as a governmental or non-governmental organization. For the applicable criteria, see ECtHR, Judgment of December 13, 2007, Islamic Republic of Iran Shipping Lines v. Turkey, Appl. 40998/98, para. 80. In specific circumstances public law entities are regarded as non-governmental organizations; see ECtHR, Judgment of December 9, 1994, The Holy Monasteries v. Greece, Appl. 13092/87, paras. 14 et seq. and 48 et seq. Conversely, private law legal persons may rank as governmental organizations: see ECtHR, Decision of January 27, 2009, State Holding Company Luganskvugillya v. Ukraine, Appl. 23938/05.

¹⁷² Artigo 44. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão

para pessoas jurídicas de direito privado apresentarem denúncias perante à Comissão Interamericana. Tal fato, entretando, não significa que pessoas coletivas, necessariamente, podem ser beneficiárias das normas contidas na Convenção¹⁷³.

Desse modo, uma pessoa coletiva tem legitimidade para apresentar queixa à Comissão Interamericana por eventual violação dos direitos de pessoas singulares ou de um grupo de pessoas singulares. Contudo, não é possível fazer uma denúncia de violações de direitos humanos cometidas contra pessoas jurídicas privadas. Isto significa que, em regra, pessoas coletivas não são detentoras dos direitos da Convenção¹⁷⁴.

Válido lembrar, contudo, a situação das comunidades indígenas e das organizações sindicais, federações e confederações perante o sistema interamericano.

Em relação às comunidades indígenas, até poucos anos atrás eram considerados como sujeitos de direito somente os membros das comunidades, e não esta como coletividade. No entanto, a partir do ano de 2012, através do caso do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs Equador¹⁷⁵, foi reconhecida às comunidades indígenas a titularidade dos direitos da convenção. Na decisão, a Corte considerou que os direitos de referido povo indígena foram violados, nos aspectos da propriedade comum, da identidade cultural, das garantias judiciais e da proteção judicial, considerando-se o Estado o responsável por colocar em risco os direitos à vida e integridade física dos membros da comunidade. Desse modo, a Corte assentou que existem determinados direitos que os membros da comunidade gozam por si mesmos, enquanto há outras garantias cujo exercício se dá de forma coletiva, através das comunidades¹⁷⁶.

petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte.

¹⁷³ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit...* p. 355-389.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ CIDH, Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs Equador. Sentença de 27 de junho de 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/dd8acea6c7256808b84889d6499e6aaa.pdf>

¹⁷⁶ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** *Op cit...* p. 177.

À respeito disso, Fátima Piovesan dispõe *in verbis*: “à luz de uma interpretação evolutiva e dinâmica, reconheceu a Corte os direitos dos povos indígenas à propriedade coletiva da terra, como uma tradição comunitária, e como direito fundamental e básico a sua cultura, vida espiritual, integridade e sobrevivência econômica. Acrescentou que para os povos indígenas a relação com a terra não é somente uma questão de posse e produção, mas um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente, inclusive para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras”¹⁷⁷.

A compreensão da situação das organizações sindicais, federações e confederações requer a leitura dos artigos 8.1¹⁷⁸ e 19.6¹⁷⁹ do protocolo de “San Salvador”¹⁸⁰.

Através da sua competência consultiva, a Corte Interamericana analisou o cenário das mencionadas entidades, a fim de verificar a possibilidade destas serem titulares de direitos perante a convenção. Foi ressaltado que, o Protocolo de “San Salvador” integra a Convenção Americana e, por isso, atende ao princípio *pro persona* estipulado por esta. Desse modo, a interpretação dos dispositivos deve ser a mais garantista, de modo que, a Corte entendeu que a interpretação mais favorável do Protocolo de “San Salvador” consiste em que nele estão consagrados direitos a favor dos sindicatos, federações e confederações, uma vez que estes são interlocutores de seus associados¹⁸¹.

¹⁷⁷ PIOVESAN, Flávia. 2012, p. 168. *Apud.* GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** *Op cit...* p. 177.

¹⁷⁸ Artigo 8 (Direitos sindicais)

1.Os Estados Partes garantirão:

a.O direito dos trabalhadores de organizar sindicatos e de filiar-se ao de sua escolha, para proteger e promover seus interesses. Como projeção desse direito, os Estados Partes permitirão aos sindicatos formar federações e confederações nacionais e associar-se às já existentes, bem como formar organizações sindicais internacionais e associar-se à de sua escolha. Os Estados Partes também permitirão que os sindicatos, federações e confederações funcionem livremente;

¹⁷⁹ Artigo 19 (Meios de proteção)

6. Caso os direitos estabelecidos na alínea a do artigo 8, e no artigo 13, forem violados por ação imputável diretamente a um Estado Parte deste Protocolo, essa situação poderia dar lugar, mediante participação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, quando cabível, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à aplicação do sistema de petições individuais regulado pelos artigos 44 a 51 e 61 a 69 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

¹⁸⁰ Disponível em: http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/e.Protocolo_de_San_Salvador.htm

¹⁸¹ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** *Op cit...* p. 177-178.

Assim, a Corte estabeleceu que os sindicatos, federações e confederações são legitimados para defenderem seus direitos, em nome próprio, muito embora destacou que o acesso de tais entidades à Corte Interamericana só seria aplicável com base no artigo 8.1, quando houver violação por uma ação imputável diretamente a um Estado membro da Convenção¹⁸².

Visto isso, observa-se que embora a regra do sistema interamericano seja a de que pessoas coletivas não recebem proteção direta da Corte, as comunidades indígenas e sindicatos, federações e confederações configuram uma exceção à regra, na medida que, podem receber proteção direta.

Outro posicionamento é percebido na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos. O art. 55¹⁸³ do tratado permite que a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos considere queixas impetradas por organizações não-governamentais em nome de vítimas individuais ou grupo de indivíduos. Por sua vez, a Carta Africana é pouco restritiva em relação a legitimidade para apresentar denúncias perante a Comissão. Desse modo, um demandante não precisa conhecer ou ter qualquer relação com a vítima. Ademais, mesmo as queixas que são de interesse público, ou seja, ações populares, podem ser admissíveis, o que é uma novidade em relação aos demais instrumentos. Em face disso, os denunciantes não precisam de ser vítimas para apresentar uma queixa¹⁸⁴.

A Carta Africana não traz qualquer disposição que faça um conceito sobre os termos “pessoa” ou povos”. Em razão dessa lacuna, alguns pesquisadores consideram que, ainda que pessoas coletivas possam realizar denúncias de violações aos direitos humanos, em nome de terceiros, elas não poderiam acessar diretamente as Cortes em benefício de seus próprios interesses¹⁸⁵.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Artigo 55. 1. Antes de cada sessão, o secretário da Comissão estabelece a lista das comunicações que não emanam dos Estados Partes na presente Carta e comunica-a aos membros da Comissão, os quais podem querer tomar conhecimento das correspondentes comunicações e submetê-las à Comissão.

¹⁸⁴ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit...* p. 355-389.

¹⁸⁵ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** *Op cit...* p. 176.

De todo modo, saber se as pessoas coletivas têm legitimidade para impetrar uma queixa perante a Comissão para apurar uma eventual violação cometida contra ela mesma é uma outra questão, ao passo que alguns casos sugerem que este pleito é possível¹⁸⁶.

A título de exemplo, o caso “Civil Liberties Organisation v. Nigéria (101/93)”¹⁸⁷ corrobora o afirmado. Em resposta a uma queixa apresentada em favor da Ordem dos Advogados da Nigéria, a Comissão Africana considerou que o Decreto dos Profissionais Jurídicos da Nigéria interferiu na liberdade de associação da entidade e, portanto, constituiu uma violação do art. 10 da Carta Africana. A associação foi, neste caso, considerada a vítima da violação, o que implica que é uma detentora de direitos do tratado.

Neste sentido, nota-se que a Carta Africana estabelece um amplo sistema de proteção. Obviamente, a Comissão não dispensa que os casos de violação atinjam pessoas singulares, ainda que as pessoas coletivas sejam admitidas como vítimas. Contudo, a Comissão não parece considerar a proteção das pessoas coletivas como um objetivo próprio, mas parece apenas fornecer tal proteção instrumentalmente à proteção dos direitos humanos¹⁸⁸.

Posto isso, verifica-se que dentre todos os sistemas internacionais de direitos humanos, o sistema africano talvez seja o de aplicação mais ampla à pessoas jurídicas privadas e até mesmo públicas, bem como às partes interessadas nelas¹⁸⁹.

B) Proteção Indireta

A questão que envolve a proteção indireta, conforme dito, é se é possível para proprietários individuais, acionistas, empregados e outras pessoas físicas envolvidas em uma pessoa coletiva invocar a proteção dos direitos humanos

¹⁸⁶ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit...* p. 355-389.

¹⁸⁷ CADHP, Civil Liberties Organization v. Nigéria. Decisão de 1995, Comm. 101/93 (1995), para. 14. Disponível em: <https://africanlii.org/afu/judgment/african-commission-human-and-peoples-rights/1995/1-0>

¹⁸⁸ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit...* p. 355-389.

¹⁸⁹ Idem.

quando uma ação ou omissão estatal atente contra a pessoa coletiva em que eles têm interesse. No âmbito universal, europeu e americano, verifica-se que as possibilidades são bastante limitadas, contudo, não necessariamente pelos mesmos motivos. Já no âmbito africano, a respectiva convenção parece não impor muitos obstáculos¹⁹⁰.

Antes de esclarecer suas posições, é importante fazer a distinção de dois conceitos pelos quais pessoas coletivas podem se beneficiar da proteção que se aplica às pessoas físicas.

O primeiro conceito pode ser denominado “identificação” ou “perfuração do véu corporativo”. Por “identificação” entende-se que, os direitos da pessoa jurídica e dos acionistas são tratados como sendo o mesmo. O “véu corporativo” se trata do princípio de que os direitos e deveres de uma pessoa jurídica são separados dos de seus acionistas, pois são entidades distintas. De acordo com este conceito, o “véu corporativo” é, portanto, “perfurado”. No contexto dos direitos humanos, isso significa que um ato ou omissão do Estado viola os direitos humanos da organização e do indivíduo em conjunto. Uma consequência disso pode ser que o esgotamento dos recursos internos (requisito de admissibilidade exigido por todos os quatro tratados) por um deles conte para ambos¹⁹¹.

O segundo conceito, por sua vez, reconhece que uma ação ou omissão do Estado contra uma pessoa coletiva também pode constituir uma violação dos direitos humanos das pessoas físicas com interesse na pessoa coletiva. Nesta abordagem, a infração contra uma empresa (ou entidade similar) e a infração contra o indivíduo são formalmente distintas em vez de serem vistas como uma só. Isto é, o indivíduo reivindica e obtém proteção de seus próprios direitos, mas a entidade jurídica se beneficia indiretamente da ordem, porque seus interesses estão intimamente relacionados. Segundo este conceito, o esgotamento dos recursos internos pela pessoa coletiva ou pelo indivíduo não cumpriria, em princípio, o requisito de esgotamento para ambos¹⁹².

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

Aparentemente, o Comitê Internacional de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos ainda não reconheceram, inequivocamente, a possibilidade da “identificação”¹⁹³. O que foi realizado, em algumas ocasiões, foi a aplicação do segundo conceito.

Inobstante, o TEDH, em situações excepcionais, permite a “perfuração do véu corporativo”. O TEDH entende que esta abordagem é mais apropriada quando é claramente impossível para a pessoa coletiva aplicar os institutos da convenção através de seus órgãos, ou em caso de liquidação, através dos seus liquidatários¹⁹⁴.

Neste sentido, observa-se que o conceito da “identificação”, em regra, não é reconhecido pelo TEDH, mas pode ser utilizado quando é impossível para a pessoa coletiva obter proteção através de órgãos representativos. Isto significa que, em outras situações, os interesses de uma pessoa coletiva não serão protegidos através de suas partes interessadas. Elas podem, no entanto, ter uma chance com o segundo conceito.

No que tange ao âmbito universal, o caso *Singer v. Canadá* (*Singer*) relata uma situação interessante. O CDH constatou que o Canadá violou o direito à liberdade de expressão do demandante porque a empresa de impressão da qual ele era o principal acionista foi convocada pelas autoridades de Quebec para substituir anúncios comerciais em inglês para anúncios em francês. O Comitê explicou que o direito à liberdade de expressão é, por sua natureza, “inerentemente ligado à pessoa”. Assim, embora a empresa e o acionista individual não pudessem ser “identificados”, o Comitê considerou que os

¹⁹³ EMBERLAND, Marius. **The corporate veil in the jurisprudence of the Human Rights Committee and the Inter-American Court and Commission of Human Rights**. Oxford University Press. Human Rights Law Review. Volume 4. Issue 2. 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/hrlr/article/4/2/257/655283>. *Apud.* VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit...* p. 355-389.

¹⁹⁴ Ver decisões extraídas da obra VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit...* p. 355-389: ECtHR, Judgment of October 24, 1995, *Agrotexim v. Greece*, Appl. 14807/89, para. 66. See also ECtHR, Decision of October 14, 2008, *Ketko v. Ukraine*, Appl. 31223/03; ECtHR, Decision of September 9, 2004, *Capital Bank AD v. Bulgaria*, Appl. 49429/99, para. 1; ECtHR, Decision of April 1, 2004, *Camberrow MM5 AD v. Bulgaria*, Appl. 50357/99, para. 1.

regulamentos de publicidade contestados afetavam pessoalmente o impetrante¹⁹⁵.

O caso em análise configura uma jurisprudência importante, pois sinaliza que, em circunstâncias excepcionais, as pessoas coletivas podem encontrar proteção indireta contra infrações de direitos sob o PIDCP através de indivíduos intimamente relacionados a elas. Também mostra que a disponibilidade do segundo conceito depende muito do caso concreto e da natureza do direito em questão. Assim, o fato de o demandante ser um acionista de 90% na empresa e a natureza específica do direito à liberdade de expressão parecem ter sido cruciais em *Singer*. A este respeito, o caso *Singer* é bastante excepcional, pois, o simples fato de um indivíduo ser proprietário, ou único ou principal acionista, de uma pessoa jurídica é, geralmente, uma razão insuficiente para que o CDH aceite que o indivíduo foi pessoalmente afetado por medidas contra uma empresa¹⁹⁶.

O TEDH, por sua vez, apresenta uma disposição maior em reconhecer que as medidas que afetam uma empresa podem afetar diretamente os direitos de seus acionistas. Isso é primeiramente possível quando, uma pessoa singular é a única proprietária ou acionista de uma empresa, ou efetivamente conduz seu negócio através de uma empresa. Uma medida contra a empresa também afeta pessoalmente o indivíduo, ao passo que é inviável, neste caso, estabelecer distinções entre a pessoa jurídica e seu proprietário¹⁹⁷. Em regra, essa abordagem permite que atos ou omissões estatais que violem os direitos de pessoas coletivas também sejam considerados uma violação distinta dos direitos da pessoa física a quem a organização pertence¹⁹⁸.

No tocante ao continente americano, o caso *Cantos v. Argentina* (*Cantos*) merece destaque. A Corte defendeu que, em circunstâncias específicas, um indivíduo pode recorrer ao sistema de supervisão da CADH para fazer valer “seus direitos fundamentais”, ao invés daqueles da pessoa coletiva, ainda que

¹⁹⁵ CDH, View de 26 de julho de 1994, *Singer v. Canada*, Comm. 455/1991, para. 11.2. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/undocs/html/vws455.htm>

¹⁹⁶ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit.*...p. 355-389.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Idem.

esses direitos estejam englobados em uma entidade legal¹⁹⁹. Neste caso, a pessoa jurídica foi indiretamente, isto é, através de seu único proprietário, beneficiada pelos direitos de garantias judiciais (Art. 8 CADH²⁰⁰) e de proteção judicial (Art. 25 CADH²⁰¹).

A abordagem da CADH no caso Cantos se assemelha com a jurisprudência do TEDH na medida em que ofereceu proteção aos direitos humanos a um indivíduo que era o proprietário de uma empresa. Contudo, uma diferença a ser ressaltada é o fato de que os casos do TEDH envolveram

¹⁹⁹ CIDH, Cantos Vs. Argentina, Exceções Preliminares, sentença de 07 de setembro de 2001, para. 29. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_85_esp.pdf

²⁰⁰ Artigo 8. Garantias judiciais

1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.
2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:
 - a. direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal;
 - b. comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;
 - c. concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;
 - d. direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;
 - e. direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei;
 - f. direito da defesa de inquirir as testemunhas presentes no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos;
 - g. direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada;
 - h. direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.
3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.
5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

²⁰¹ Artigo 25. Proteção judicial

1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.
2. Os Estados Partes comprometem-se:
 - a. a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso;
 - b. a desenvolver as possibilidades de recurso judicial;
 - c. a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso.

empresas bastante pequenas que, na realidade, eram pouco mais do que veículos pelos quais seus proprietários administravam uma empresa, enquanto a corporação *Cantos* era uma entidade muito grande que, assume-se, operada por si mesma²⁰². O que pode ter persuadido a Corte de que os direitos de Cantos foram violados foi o fato de as autoridades terem personalizado sua disputa com a empresa perseguindo sistematicamente o próprio Cantos²⁰³.

Desse modo, não é possível concluir do caso Cantos que os proprietários de grandes empresas em geral encontrarão proteção mais ampla sob a Convenção Americana do que sob a Convenção Europeia. Pelo contrário, a Comissão Interamericana ainda encontra-se relutante em conceder proteção a indivíduos interessados, dentro ou por trás, de uma pessoa coletiva, mesmo quando eles são os únicos proprietários ou acionistas²⁰⁴.

Tomados como um todo, a jurisprudência americana parece estar mais próxima da universal do que da europeia. Há apenas uma exceção clara: ao contrário do PIDCP, a CEDH e a CADH oferecem aos proprietários de ações proteção de direitos humanos quando as medidas contra a empresa infringem diretamente seus direitos de propriedade²⁰⁵. Não está claro, contudo, se os sistemas Americano e Europeu fornecem essa proteção na mesma medida²⁰⁶.

Em suma, os quatro sistemas internacionais de direitos humanos em discussão apresentam abordagens e peculiaridades próprias. Conclui-se assim que, o PIDCP nega completamente a proteção direta das pessoas coletivas, sendo que, no máximo, oferece aos indivíduos proteção contra medidas direcionadas a pessoas coletivas das quais são partes interessadas. Em regra,

²⁰² VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit.*...p. 355-389.

²⁰³ CIDH, Cantos Vs. Argentina, Exceções Preliminares, sentença de 07 de setembro de 2001, para. 2. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_85_esp.pdf

²⁰⁴ Ver decisões extraídas da obra VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit.*...p. 355-389; IACommHR, Report of March 9, 2005, José Luis Forzanni Ballardo v. Peru, Report 40/05, paras. 35 et seq. Cf. IACommHR, Report of June 14, 2001, Tomás Enrique Carvallo Quintana v. Argentina, Report 67/01, para. 54; IACommHR, Report of September 27, 1999, Bernard Merens and Family v. Argentina, Report 103/99, paras. 14 et seq.

²⁰⁵ Ver decisões extraídas da obra VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit.*...p. 355-389; IACtHR, Judgment of February 6, 2001, Ivcher Bronstein v. Peru, paras. 117 et seq.; IACtHR, Judgment of September 7, 2001, Cantos v. Argentina, para. 29.

²⁰⁶ VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** *Op Cit.*...p. 355-389.

portanto, as pessoas coletivas, no âmbito universal, não podem ser beneficiadas com a proteção dos direitos humanos sob o pacto, ainda que indiretamente, salvo casos excepcionalíssimos²⁰⁷.

A abordagem sob a Carta Africana, por sua vez, não é totalmente clara, mas parece ser a mais oposta à abordagem universal em um primeiro instante. Sempre que uma violação dos direitos humanos inequivocadamente afeta indivíduos, dentro ou por trás de uma pessoa coletiva, a Comissão Africana busca garantir a proteção de ambos. Assim, parece que as pessoas jurídicas de direito privado podem encontrar proteção direta e indireta de seus direitos sob a Carta Africana. Inobstante, a proteção de pessoas jurídicas como tais não parece ser um objetivo dentro do sistema africano de direitos humanos. Ademais, os direitos contidos na Carta Africana não são inteiramente adequados à proteção de pessoas coletivas²⁰⁸.

O sistema interamericano, por seu turno, se mostra mais limitado do que o sistema africano, visto que, oferece apenas proteção indireta às pessoas coletivas e, ainda assim, de forma bastante limitada²⁰⁹.

Desse modo, do ponto de vista das pessoas coletivas de direito privado, o sistema europeu aparenta ser o mais adequado. Isto porque, não só reconhece expressamente as pessoas jurídicas de direito privado como entidades que merecem proteção direta como tal, como também oferece proteção indireta através de suas partes interessadas quando a proteção direta parecer insatisfatória ou insuficiente²¹⁰.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Idem.

3. DIREITOS ESPECÍFICOS

Finalizado o estudo genérico à respeito da concessão dos direitos humanos às pessoas coletivas, nota-se que existe uma gama de interpretações e possibilidades de aplicação ou não do direito, que dependem tanto do instrumento de proteção acionado, quanto do direito específico em si que se busca a tutela.

Diante disso, este tópico buscará aprofundar no estudo de dois direitos específicos previstos nos instrumentos de proteção dos direitos humanos, quais sejam o direito à propriedade e o direito à vida. Assim, será analisada a doutrina e a jurisprudência aplicada pelos tribunais internacionais referentes à concessão desses direitos às pessoas coletivas.

A escolha destes dois direitos é justificada pelo cunho dissemelhante que existem entre eles. Isto é, enquanto o direito à propriedade possui uma natureza de mais fácil assimilação de concessão às pessoas coletivas, o direito à vida possui uma natureza de concessão aparentemente mais irrealizável.

Desse modo, a investigação desses dois direitos de índoles distintas, permite averiguar o posicionamento dos tribunais internacionais em razão da concessão de direitos humanos às pessoas coletivas em razão da natureza do direito, de maneira que tornar-se-á possível presumir as eventuais tendências futuras deste estudo.

3.1. DIREITO À PROPRIEDADE

O vocábulo “propriedade” é procedente do latim *proprius*, que significa “próprio”. Logo, difere-se do vocábulo *communis*, que traduz-se em “comum”, e do vocábulo *alienus*, que traduz-se em “de outro”. De acordo com esta etimologia, a propriedade está associada à individualidade. Portanto, isto quer dizer que a propriedade pertence à alguém em particular, em detrimento de um grupo ou do público. Este postulado é a base do conceito de propriedade na política e tradição ocidental.²¹¹

Os direitos de propriedade são considerados imperiosos à liberdade e prosperidade do ser humano. Sinais de seu surgimento podem ser encontrados na Carta Magna, firmada pelo Rei da Inglaterra no ano de 1215. Referido documento caracteriza-se por ser um marco épico em relação aos direitos humanos. Notadamente, a Carta Magna elencou grande parte do que mais tarde foi concebido como direitos humanos. Entre tais direitos, foi previsto o direito de todos os cidadãos livres possuir e herdar propriedade. Mais tarde, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem sofreu forte influência das tradições jurídicas britânicas, incluindo a Carta Magna²¹².

Inobstante, há também quem sustente que o direito de propriedade se originou através dos primeiros escritos filosóficos, que, por sua vez, influenciaram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Bill of Rights dos EUA. Mesmo depois de relevantes desenvolvimentos durante e após o século XVIII, a classificação do direito de propriedade como um direito humano continua a levantar controvérsias²¹³.

A proteção dos direitos de propriedade no âmbito do direito internacional levantou grande discussão dentro da comunidade internacional e entre

²¹¹ O'NEILL, Johnathan. **Property Rights and the American Founding: An Overview**, **Supreme Court Historical Society**. Volume 38. Issue 3. 2013. *Apud*. RISTIK, Jelena. **Right to property: From Magna Carta to the European Convention on Human Rights**. Special Edition, Magna Carta 800th. Volume 11, Issue1, 2015. p. 145-158. Disponível em: <https://content.sciendo.com/view/journals/seeur/11/1/article-p145.xml?lang=en>

²¹² RISTIK, Jelena. **Right to property: From Magna Carta to the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...* p. 145-158.

²¹³ GOLAY, Christophe; CISMAS, Ioana. **Legal Opinion: The Right to Property from a Human Rights Perspective**. 2010. p. 02. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1635359

acadêmicos. Por este motivo, as organizações internacionais estão lutando para definir claramente o seu conceito, seu status legal e seu escopo. Na visão clássica do teórico John Locke, centrada no indivíduo, os direitos de propriedade “[...] derive from a person’s right to use the common for personal support and comfort from which it follows that his appropriation is limited to what he can use. [...] Whatever is beyond this, is more than his share, and belongs to others”²¹⁴.

De acordo com tal descrição, a propriedade pode ser definida como um conjunto de direitos que garante aos indivíduos a gestão exclusiva sobre um bem. Portanto, a proteção ao direito de propriedade traduz-se em impedir a interferência do Estado ou de terceiros sobre o bem que determinado indivíduo detém a propriedade. Todavia, o exercício desses direitos não possui caráter absoluto, isto é, podem sofrer restrições. Em outras palavras, o Estado pode limitar o direito de propriedade fundamentando-se em razões de ordem pública. Por exemplo, havendo interesse da Administração Pública, fundamentada na primazia dos direitos coletivos sobre os direitos individuais, o Estado pode operar um processo de redistribuição de terras, em que a propriedade dos grandes detentores de terras pode ser transferida para as camadas mais pobres da comunidade. Obviamente, esse processo deve ser devidamente embasado nas regras constitucionais e infraconstitucionais locais²¹⁵.

Importante ressaltar que, a presente concepção lockeana da propriedade diz respeito à propriedade privada, ou seja, aquela que é mantida por um indivíduo. Assim, não leva em conta a propriedade mantida em comum. De todo modo, os regimes de propriedade coletiva ou comunal também são previstos em grande parte dos ordenamentos jurídicos, bem como desempenham um papel importante no direito internacional²¹⁶.

²¹⁴ LOCKE, John. **The Second Treatise of Government** (Awnsham Churchill 1689), 19, para 30. *Apud.* BONTEMPS, Clémentine. sob orientação de Pr. Björg Thorarensen. **The right to property over land in public international law in the light of the global interests of environmental protection and human rights**. LL.M. Final Thesis. Natural Resources Law and International Environmental Law. 2018. p. 13. Disponível em: <https://skemman.is/bitstream/1946/31312/1/Clementine%20Bontemps.pdf>

²¹⁵ BONTEMPS, Clémentine. sob orientação de Pr. Björg Thorarensen. **The right to property over land in public international law in the light of the global interests of environmental protection and human rights**. *Op cit.*...p. 13 - 15.

²¹⁶ Idem.

Prosseguindo, embora tenha sido reconhecido global e regionalmente como um direito humano após a Segunda Guerra Mundial, não é fácil consolidar um conceito universal do alcance e das implicações do direito de propriedade em nível internacional. As várias tradições jurídicas do mundo desenvolveram diversificadas nuances à respeito dos direitos de propriedade e, apesar de uma quantidade importante de constituições estatais prever um direito fundamental de propriedade aos nacionais, referidas concepções diferentes dificultam o assentamento de um conceito bem definido de direito humano internacional à propriedade. Ademais, uma definição universal desse direito certamente seria submetida a críticas dos relativistas culturais, uma vez que não incorporaria todos os entendimentos nacionais de direitos de propriedade²¹⁷.

Ilustrando referidas nuances, o ordenamento jurídico em determinados estados latino americanos, a exemplo do Chile, considera o direito à propriedade do ponto de vista da relação de um proprietário com a comunidade, enquanto na visão de Dolidze o direito humano internacional à propriedade é baseado na cultura dos direitos individuais, que se origina de um contexto histórico específico²¹⁸.

Inobstante, a consagração de um direito humano à propriedade por meio de organizações regionais de direito, que são formadas por estados vizinhos cujas culturas legais são supostamente mais semelhantes, ajuda a aliviar esses conflitos culturais²¹⁹.

Conforme denota-se, o direito à propriedade, por si só, já enseja relevante discussão jurídica em razão das diversas interpretações que podem existir diante dos variados documentos internacionais de direitos humanos. No que tange à possibilidade de concessão do direito de propriedade às pessoas coletivas não é diferente. Talvez as divergências sob este aspecto sejam ainda mais evidentes quando analisadas as jurisprudências e doutrina de cada tribunal internacional.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ RHODA E, Howard-Hassmann. **Reconsidering the Right to Own Property**. 2013. 12 Journal of Human Rights, 180, 182; Dehaibi (n 2) 2; Dolidze (n 7) 170. *Apud* BONTEMPS, Clémentine. sob orientação de Pr. Björg Thorarensen. **The right to property over land in public international law in the light of the global interests of environmental protection and human rights**. *Op cit...*p. 13 - 15.

²¹⁹ BONTEMPS, Clémentine. sob orientação de Pr. Björg Thorarensen. **The right to property over land in public international law in the light of the global interests of environmental protection and human rights**. *Op cit...*p. 13 - 15.

Desse modo, torna-se necessário analisar separadamente o entendimento predominante em cada instrumento internacional, de maneira à melhor compreender a legislação e interpretação realizada por organizações internacionais referente à concessão do direito de propriedade às pessoas coletivas. Para tanto, o presente estudo abordará os sistemas interamericano e europeu, tendo em vista que estes dispõem de maior material de apoio sobre este aspecto.

A) Sistema interamericano

A Convenção Americana de Direitos Humanos regulamenta o direito à propriedade em seu artigo 21, que dispõe o seguinte:

1. *Toda pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social.*
2. *Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei.*
3. *Tanto a usura como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem devem ser reprimidas pela lei.*

A Convenção Interamericana consagra o ser humano como detentor dos direitos humanos, incluindo o direito à propriedade privada. Em contrapartida, a Convenção Europeia, em seu Protocolo Primeiro consagra explicitamente os seres humanos e as pessoas coletivas como detentores desse direito. No âmbito do direito à propriedade privada, isso tem consequências especiais, uma vez que a criação de sociedades é comum e tem um enorme impacto nos ativos das pessoas que as compõem, bem como no exercício de seus direitos. Contudo, é possível adiantar que o exercício deste direito por parte das pessoas coletivas ainda não teve uma resposta sólida dos órgãos do sistema interamericano²²⁰.

²²⁰ GROS ESPIELL, Héctor. **La Convención Americana y la Convención Europea de Derechos Humanos**. Análisis comparativo, Editorial Jurídica de Chile. Santiago de Chile. 1991, pág. 112. *Apud.* GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Konrad Adenauer Stiftung. Editores Christian Steiner e Patricia Uribe. 2014. p. 510. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_38682-1522-4-30.pdf?140901164826.

Inicialmente, cumpre frisar o Artigo 1.2 da Convenção que expressa da seguinte forma: “Para os efeitos dessa Convenção, pessoa é todo ser humano”. Nesse sentido, a CIDH, precedentemente, defendia de maneira enfática que a proteção concedida pelo sistema interamericano de direitos humanos se limitava apenas às pessoas físicas, não se estendendo às pessoas coletivas, uma vez que não poderiam ser vítimas de uma violação dos direitos humanos²²¹.

Desse modo, a primeira oportunidade em que a Comissão Interamericana examinou sua própria competência para apurar pleitos referentes a pessoas coletivas com base na Convenção foi no caso do Banco de Lima contra o Peru. Neste episódio, que posteriormente tornou-se precedente para sucessivos casos de pessoas coletivas, diversos acionistas da referida entidade bancária foram apresentados como vítimas. O banco teria tido seus ativos expropriados sem as devidas garantias processuais. Os demandantes, portanto, argumentaram que o Estado teria infringido os direitos das vítimas às garantias judiciais e o direito à propriedade²²².

Necessário destacar que, muito embora a entidade bancária tenha sido direta e imediatamente atingida pelas supostas infrações de direitos, os peticionários não apresentaram o banco como vítima, mas sim seus acionistas físicos²²³.

No decorrer do processo, o Estado defendeu a compatibilidade de seus regulamentos internos sobre expropriações com as regras da Convenção Americana de Direitos Humanos e sustentou que eles eram amparados por razões de utilidade pública e interesse social²²⁴.

Após analisar o caso, a CIDH rejeitou a demanda. Para tanto, esclareceu que de acordo com a finalidade da Convenção, o vocábulo “pessoa” se restringia a todo “ser humano” e que, conforme o Pacto de São José da Costa Rica, “toda pessoa” (entenda-se ser humano) teria o direito de usar e desfrutar de seus bens.

²²¹ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. Perspectivas Internacionales, Cali, 2010. p. 207. Disponível em: <https://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/perspectivasinternacionales/article/view/822>

²²² RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...* p. 162-172.

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

A Comissão, contudo, observou que lhe cabe proteger os direitos de um indivíduo cujos bens são confiscados, mas não tem competência para decidir sobre os direitos das pessoas coletivas, tais como entidades bancárias ou outras²²⁵.

Dito isso, imperioso realizar alguns questionamentos: Tendo em vista que o Estado não apresentou exceção de inadmissibilidade em razão da incompetência *ratione personae*, resta a Comissão obrigada a rejeitar, de ofício, a petição por este motivo? Sabendo que os peticionários apresentaram como vítimas do processo as pessoas físicas acionistas, por que a CIDH considerou como vítima a entidade bancária²²⁶?

Um caso do ano de 2005 (Massacre de Mapiripán x Colombia) ajuda a melhor elucidar o primeiro questionamento. Em tal oportunidade, a Corte Interamericana entendeu que o Estado teria aceitado implicitamente a jurisdição do Tribunal uma vez que reconheceu a sua responsabilidade no referido caso, de modo que, qualquer objeção neste sentido, posteriormente oposta, não teria caráter de uma questão preliminar²²⁷. Neste sentido, no ano de 1994 (caso Caballero Delgado e Santana x Colombia), a Corte determinou que as exceções de inadmissibilidade não invocadas de forma específica e oportuna pelo Estado não devem ser analisadas pela Corte, uma vez que, a oportunidade de apresentá-las expira-se²²⁸. Por outro lado, não restam dúvidas sobre a possibilidade de um Estado poder renunciar expressa ou tacitamente às exceções por falta de esgotamento dos recursos internos, uma vez que esta regra opera em seu próprio benefício. Esse entendimento já foi reiterado tanto

²²⁵ CIDH, Informe No. 10/91, Caso 10.169, Inadmisibilidad, Banco de Lima (Perú), 22 de fevereiro de 1991. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/90.91sp/Peru10169.htm>

²²⁶ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...* p. 162-172.

²²⁷ CIDH, “Masacre de Mapiripán” Vs. Colombia. Exceções Preliminares. Sentença de 7 de março de 2005. Serie C No. 122, para. 30. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_122_esp.pdf

²²⁸ CIDH, Caballero Delgado y Santana Vs. Colombia. Exceções Preliminares. Sentença de 21 de janeiro de 1994. Serie C No. 17, para. 60. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_17_esp.pdf

pela Corte Interamericana²²⁹ como pela européia²³⁰. Inobstante, o mesmo procedimento não resta claro em relação as demais condições de admissibilidade²³¹.

As questões relativas a competência, seja em razão do lugar, tempo, matéria ou pessoa, são aspectos estabelecidos na Convenção Americana que tratam da adequação operacional dos órgãos do sistema. Portanto, não foram estabelecidas para beneficiar alguma das partes como ocorre na regra de esgotamento dos recursos internos. Assim, a Comissão e a Corte Interamericana têm a obrigação de analisar *ex officio* sua jurisdição em cada caso concreto, bem como a não oposição de incompetência por uma das partes não lhe confere o direito de seguir com o trâmite do processo²³².

Em relação ao segundo questionamento, nota-se que a Comissão se importa, sobretudo, a analisar contra quem os atos ilícitos foram direcionados em detrimento de quem se apresentou como vítima. Ou seja, ainda que os acionistas da empresa tenham se colocado na posição de vítima do processo a Comissão considerou que os atos foram praticados contra a pessoa jurídica (entidade bancária), motivo pelo qual entendeu que não tinha competência para apreciar o caso²³³.

De todo modo, a Comissão não deixou claro os fundamentos porque não considerou que as violações cometidas contra a entidade bancária não prejudicaram os direitos das pessoas físicas apresentadas como vítimas²³⁴.

Importante destacar que, esse foi o primeiro caso publicado em que a Comissão examinou a competência em razão da pessoa em matéria de ato que viole diretamente pessoa jurídica. Resta claro que, a posição acolhida neste exemplo não percorreu em direção às interpretações evolutivas e sistemáticas

²²⁹ CIDH, Asunto de Viviana Gallardo y otras vs. Costa Rica, Decisão de 13 de novembro de 1981, Serie A No. 101, para. 26. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/5/2433/4.pdf>

²³⁰ TEDH, Cases of Wilde, Ooms and Versyp ("Vagrancy") vs. Belgium (Merits), julgamento de 18 de junho de 1971, para. 55. Disponível em: <https://www.globaldetentionproject.org/wp-content/uploads/2016/06/De-Wilde-Ooms-and-Versyp-v-Belgium-1971.pdf>

²³¹ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

²³² Idem.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

que a Comissão vinha praticando até àquele momento. Pelo contrário, a Comissão seguiu uma posição mais teórica e dogmática neste caso²³⁵.

Neste caminho, no caso de Tabacalera Boquerón S.A. V. Paraguai²³⁶, inobstante a Comissão tenha realizado uma análise mais complexa do caso para fundamentar sua jurisprudência, ela reafirmou que as empresas, como pessoas coletivas, não podem se figurar na condição de vítima de violações de direitos humanos²³⁷.

Em tal oportunidade, foram apresentadas como vítimas do processo a pessoa jurídica em comento e, simultaneamente, os acionistas da entidade. O caso tratava de supostas violações do direito de propriedade e garantias judiciais, em que os peticionários alegavam que o nome de sua marca de cigarros não era protegido pelo Estado paraguaio em ação movida por uma empresa brasileira²³⁸.

Ao examinar as questões de admissibilidade, a Comissão Interamericana, fundamentou-se em sua jurisprudência anterior reiterando que pessoas jurídicas não podem ser consideradas vítimas de violações de direitos humanos no sistema interamericano e, desse modo, não acolheu a demanda em relação à corporação²³⁹.

Já em relação às pessoas físicas acionistas da entidade, a Comissão apontou que, como a entidade foi diretamente afetada pelas decisões judiciais, foi ela quem sofreu os danos materiais. Complementou que, nas instâncias internas, os acionistas não foram retratados como vítimas de qualquer violação de seus direitos, e, assim, a discussão não abrangia os direitos de propriedade individual dos acionistas, mas o direito comercial e patrimonial da pessoa jurídica (Tabacalera Boquerón SA), que não é compreendido pela jurisdição da Comissão²⁴⁰.

²³⁵ Idem.

²³⁶ CIDH, Tabacalera Boquerón, S.A. (Paraguay). Informe No. 47/97, Inadmisibilidad, de 16 de outubro de 1997. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/97span/ParaguayTabacalera.htm>

²³⁷ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. *Op Cit...*p. 208.

²³⁸ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

Nota-se que, em referido episódio, a Comissão faz a separação entre a pessoa jurídica e seus membros. Por conseguinte, estabeleceu que, nos processos em que os acionistas ou membros de uma pessoa jurídica são apresentados como supostas vítimas, os recursos anteriores das instâncias internas, devem sempre ser esgotados em seu nome, para que o assunto possa prosseguir na instância internacional. No caso em questão, os recursos internos foram esgotados em nome da corporação, pois, de acordo com o direito paraguaio, ela estava autorizada a atuar em seu nome e representação. Contudo, a CIDH não analisou se os acionistas estavam pessoalmente aptos a defender as violações cometidas contra sua empresa²⁴¹.

A Comissão Interamericana tem como diretriz que, “em princípio, os acionistas não podem ser considerados vítimas de atos de interferência nos direitos de uma empresa, a menos que provem que seus direitos foram diretamente afetados”. Desse modo, enfatiza a necessidade de identidade entre as reclamações feitas perante o sistema judicial nacional e as levadas à instância internacional para provar que os recursos internos foram esgotados, conforme o caso²⁴².

Isto posto, repisa-se que a Comissão distinguiu os interesses da pessoa jurídica dos interesses dos seus membros. Referida distinção foi baseada tão somente na forma como os recursos foram apresentados perante as instâncias nacionais. Em outras palavras, foi unicamente averiguado se, internamente, as reclamações se deram em nome da pessoa jurídica ou da pessoa física para tutelar seus direitos individuais²⁴³.

No direito interno, a capacidade processual ativa trata-se da idoneidade de fazer valer o direito no processo, ao passo que a legitimidade *ad causam* significa deter a propriedade desse direito. Conforme os requisitos da Comissão,

²⁴¹ Idem.

²⁴² CIDH, Tomás Enrique Carvallo Quintana (Argentina). Informe No. 67/01, Caso 11.859, Admisibilidad, 14 de junho de 2001, para. 54. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2001sp/Argentina11.859.htm>

²⁴³ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

os acionistas devem demonstrar as duas premissas perante as autoridades internas²⁴⁴.

Acerca de tais informações, indaga-se se a Comissão averiguou, ainda que não tenha havido alegação por parte dos demandantes, se diante das instâncias internas os acionistas teriam o direito de apresentar recursos em nome próprio quando a pessoa diretamente envolvida na disputa fosse a pessoa jurídica. No caso de os membros da pessoa jurídica não terem a possibilidade de apresentar recursos em nome próprio, conforme requisição da Comissão, seria razoável inclinar-se a favor de uma exceção à regra do esgotamento dos recursos internos²⁴⁵.

Neste caso concreto em tela, isso não é possível, uma vez que conforme dispõe o artigo 94 do Código Civil do Paraguai²⁴⁶, as pessoas jurídicas são pessoas diferentes de seus membros e seus ativos são independentes. Outrossim, o artigo 96 da mesma lei dispõe que as pessoas jurídicas têm a mesma capacidade legal que as pessoas físicas para adquirir bens ou obrigações contratuais²⁴⁷.

Portanto, a legislação paraguaia confere à própria pessoa jurídica a legitimidade para ingressar com as respectivas ações perante as autoridades nacionais e, por esse motivo, seus membros não podem mover ação em nome próprio. Caso os acionistas tivessem proposto recursos individualmente, a defesa processual teria arguido exceções previstas no Código de Processo Civil paraguaio.

Em verdade, este é um aspecto trivial das pessoas coletivas que gozam de capacidade legal para agir em seu próprio nome, seja através de seus diretores ou de seus representantes, uma vez que é ela e não seus membros que estão legalmente capacitados para agir em relação aos atos que a envolvem. Contudo, este raciocínio não pretende ignorar que os membros das

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Codigo_Civil_Paraguay.pdf

²⁴⁷ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

peessoas jurídicas podem ser prejudicados por atos cometidos contra a entidade. Sobre este aspecto a Corte Internacional de Justiça já asseverou *in verbis* que:

*“The [...] acts may have been directed at the company and not the shareholders, but only in a formal sense: in reality, company and shareholders are so closely interconnected that prejudicial acts committed against the former necessarily wrong the latter; hence any acts directed against a company can be conceived as directed against its shareholders, because both can be considered in substance, i.e., from the economic viewpoint, identical.”*²⁴⁸

Em suma, a Corte Internacional de Justiça reconhece que pessoas jurídicas e seus membros são inerentemente interconectadas, e portanto, atos que prejudicam aquelas necessariamente lesam esses.

Como regra geral, o acionista individual não está legitimado à invocar medidas legais diante das autoridades nacionais, seja em nome da corporação ou em seu próprio nome, quando a pessoa afetada é a própria pessoa jurídica. Esse entendimento se repete no âmbito do direito internacional, visto que quando os direitos de um membro de uma pessoa jurídica são violados por atos cometidos contra a entidade, é a entidade que deve iniciar as ações correspondentes para reivindicar uma compensação pelos danos sofridos²⁴⁹.

A maior parte dos Estados membros do Sistema Interamericano possuem regras internas similares às do Paraguai e estabelecem que as pessoas jurídicas ajam e sejam representadas por seus órgãos estabelecidos em lei ou de acordo com as disposições previstas em seus artigos de incorporação e estatutos²⁵⁰.

²⁴⁸ CIJ, The Barcelona Traction, Light and Power Company Limited (Belgium v. Spain), Julgamento de 5 de fevereiro de 1970. para. 45, p. 36. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/50/050-19700205-JUD-01-00-EN.pdf>

²⁴⁹ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. Op Cit...p. 162-172.

²⁵⁰ Código Civil Federal mexicano, Artigo 27: “Las personas morales obran y se obligan por medio de los órganos que las representan sea por disposición de la ley o conforme a las disposiciones relativas de sus escrituras constitutivas y de sus estatutos”. Fonte:

<https://www.oas.org/dil/esp/C%C3%B3digo%20Civil%20Federal%20Mexico.pdf>

Código Civil argentino, artigo 31 (De las personas jurídicas) “Las personas son de una existencia ideal o de una existencia visible. Pueden adquirir los derechos, o contraer las obligaciones que este Código regla en los casos, por el modo y en la forma que él determina. Su capacidad o incapacidad nace de esa facultad que en los casos dados, les conceden o niegan las leyes”. Fonte: <https://www.oas.org/dil/esp/Codigo%20Civil%20de%20la%20Republica%20Argentina.pdf>

Código Civil colombiano, artigo 639: “ Las corporaciones son representadas por las personas autorizadas por las leyes o las ordenanzas respectivas, y a falta de una y otras, por un acuerdo

Todavia, vista a impossibilidade dos membros das pessoas jurídicas apresentarem recursos em seu próprio nome no âmbito interno, há de se perquirir a viabilidade de tais membros lançarem exceções ao esgotamento dos recursos internos em atendimento ao artigo 46.2 alínea “a” da Convenção²⁵¹.

No presente caso da Tabacalera Boquerón SA, não foi alegado pelos acionistas a impossibilidade de propor recursos de forma individual e independente na esfera interna, contudo, conforme já realizado diversas vezes pela Comissão e em atendimento ao princípio *pro homine*, é possível argumentar que deveria a Comissão realizar um estudo *motu proprio* (conforme art. 24 do Regulamento da Comissão Interamericana²⁵²) do fato, de modo que procedesse em uma interpretação legal que buscasse maior benesse ao indivíduo, neste caso os acionistas da corporação²⁵³.

Isso é corroborado quando se assoma que o Sistema Interamericano garante o acesso de qualquer indivíduo à Comissão sem grandes exigências. Conforme sabido, o artigo 44 da Convenção Americana preconiza que “qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental [...], poderá apresentar à Comissão petições contendo queixas ou queixas de violação à Convenção por parte de um Estado parte”²⁵⁴.

O princípio *pro homine* é um critério hermenêutico que informa todo o direito dos direitos humanos e prescreve que o julgador que aplica o direito deve empregar a norma mais ampla ou a interpretação mais extensa, quando se tratar de reconhecer direitos de proteção do ser humano e, inversamente, empregar a

de la corporación que confiera este carácter”. Fonte: https://www.oas.org/dil/esp/Codigo_Civil_Colombia.pdf

²⁵¹ Artigo. 46.

2. As disposições das alíneas *a* e *b* do inciso 1 deste artigo não se aplicarão quando:

a) não existir, na legislação interna do Estado de que se tratar, o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenham sido violados;

²⁵² Artigo 24. Tramitação *motu proprio*

A Comissão poderá, *motu proprio*, iniciar a tramitação de uma petição que reúna, a seu juízo, os requisitos para tal fim.

²⁵³ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

²⁵⁴ Idem.

norma ou a interpretação mais restrita, quando se tratar de estabelecer restrições ao exercício de direitos²⁵⁵.

Referido princípio é um dos basilares dos direitos humanos e pode ser entendido de maneira que oriente o julgador a facilitar o acesso de pessoas à justiça. Notadamente, no Sistema Interamericano, este princípio pode ser observado no artigo 29 da Convenção, que preconiza que nenhuma disposição da mesma pode ser interpretada no sentido de suprimir o gozo e o exercício dos direitos e liberdades nela reconhecidos ou limitá-los em maior medida que nela prevista²⁵⁶.

Outrossim, há de se mencionar o artigo 31.1 da Convenção de Viena, que dispõe que a interpretação deve levar em conta o objeto e propósito do tratado, sendo que, o objetivo e propósito, precisamente, dos tratados de direitos humanos é conceder a todos indivíduos os direitos fundamentais, na medida do possível²⁵⁷.

Caso seja acatada a premissa de que as pessoas jurídicas não têm acesso ao Sistema Interamericano, torna-se necessário questionar qual é a seção normativa da Convenção que também restringe o acesso aos acionistas das pessoas jurídicas. Igualmente, é necessário questionar qual é a base normativa para a Comissão interpretar que os recursos internos devem ser esgotados em nome da pessoa física para que seja demonstrado dano sobre elas²⁵⁸.

O entendimento adotado pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas acerca do esgotamento dos recursos internos não se respalda

²⁵⁵ PINTO, Monica. **El principio pro homine. Criterios de hermenéutica y pautas para la regulación de los derechos humanos, La aplicación de los tratados de derechos humanos por los tribunales locales**. CELS, Buenos Aires: Editorial Del Puerto, 1997.p. 163. *Apud*. RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

²⁵⁶ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

²⁵⁷ LEÓN BASTOS, Carolina. **La interpretación de los derechos fundamentales según los tratados internacionales sobre derechos humanos: un estudio de la jurisprudencia en España y Costa Rica**. Madrid: Reus, 2010. *Apud* RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

²⁵⁸ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 162-172.

em analisar se um recurso é ordinário ou extraordinário, mas sim se o recurso promove uma solução efetiva e suficiente. Em contrapartida, o Sistema Interamericano adota o entendimento de que, quando a Convenção Americana exige o esgotamento dos recursos internos para que uma determinada demanda possa avançar ao plano internacional, ela se refere exclusivamente a recursos ordinários. Exigir da vítima o esgotamento de recursos além dos ordinários disciplinados internamente poderia configurar uma prática discriminatória por parte dos órgãos do Sistema Interamericano²⁵⁹.

A Convenção determina em seu artigo 24 que “todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei”. Em sintonia com o anterior, o artigo primeiro do mesmo instrumento preconiza que “Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social”²⁶⁰.

Com base no exposto, é possível sustentar que exigir dos acionistas da pessoa jurídica a proposição de recursos, além dos ordinários, isto é, recursos em nome próprio, para buscar sanar violações sofridas, configuraria medida discriminatória contra eles. Isto porque, eles estariam submetidos, necessariamente, a procedimentos adicionais aos ordinários, o que traduz-se em mais gastos e mais esforço judicial²⁶¹.

Sintetizando, em face da reiterada prática da Comissão de rejeitar demandas dessa categoria, o método mais provável de sucesso para os membros das pessoas coletivas atingidas seria se apresentar como supostas vítimas e levantar, conforme discutido supra, exceções ao esgotamento dos

²⁵⁹ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. Perspectivas Internacionales, Cali, 2010. p. 213. Disponível em: <https://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/perspectivasinternacionales/article/view/822>

²⁶⁰ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...* p. 162-172.

²⁶¹ Idem.

recursos internos, de forma que sua demanda possa ser processada perante o sistema interamericano²⁶².

No entanto, até a data de hoje, não foi encontrado na jurisprudência interamericana um caso que em referida exceção foi arguida por algum indivíduo, tampouco algum caso em que a Comissão tenha feito uma análise *motu proprio* das razões expostas no presente estudo²⁶³.

Outras demandas semelhantes ao da Tabacalera Boquerón foram apresentados à Comissão em momentos posteriores.²⁶⁴ Ocorreram episódios em que não apenas a pessoa jurídica, mas também seus membros foram apresentados como vítima; ainda, casos em que foram apresentados apenas o nome dos membros da entidade como vítimas. Em todos eles, a Comissão seguiu o mesmo entendimento: *“La Comisión entiende que, en principio, los accionistas no pueden considerarse víctimas de actos de interferencia con los derechos de una empresa, a menos que prueben que sus derechos se han visto afectados directamente”*²⁶⁵.

No ano de 2005 a Comissão recebeu uma demanda, também declarada inadmissível, impetrada contra o Estado do Peru. Foi alegado que um gerente de uma pessoa jurídica teria tido seus direitos violados por atos e omissões do estado peruano.²⁶⁶ Num primeiro aspecto, a Comissão concordou com as alegações e fundamentos trazidos pelo demandante reconhecendo que havia “uma conexão substancial entre as supostas violações e as reivindicações” da pessoa jurídica da qual ele era o administrador titular. Analisando tão somente esta parte, poderia deduzir-se que o relatório indicaria que, se as arguidas violações atingissem o gerente, o certo seria admitir o pedido perante as autoridades internacionais²⁶⁷.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem..

²⁶⁴ CIDH, Bendeck-Cohdinsa (Honduras). Informe No. 106/99, Inadmisibilidad, 27 de setembro de 1999. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/cases/1999/Shonduras106-99.html>

²⁶⁵ CIDH, Tomás Enrique Carvallo Quintana (Argentina). Informe No. 67/01. Admisibilidad. para 54. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2001sp/Argentina11.859.htm>

²⁶⁶ CIDH, José Luis Forzanni Ballardo (Perú). Informe No. 40/05. 2005. Inadmisibilidad. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2005sp/Peru12139.sp.htm>

²⁶⁷ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. Op Cit...p. 162-172.

Ocorre que, ao realizar o estudo completo do caso, a Comissão concluiu que as violações cometidas pelo Estado do Peru estavam diretamente relacionadas à pessoa jurídica, não ao gerente administrador. Desse modo, foi-lhe negada proteção com base na Convenção. Ao final, reforçou sua decisão informando que os recursos internos foram esgotados em nome da pessoa jurídica²⁶⁸.

Constata-se, portanto que, até então, a Comissão preservou o entendimento de que a Convenção exclui de seu escopo a proteção à pessoas coletivas, “uma vez que estas são ficções legais sem existência real na ordem material”. Conforme sustenta a Comissão, esta interpretação é baseada na premissa de que “pessoa é todo ser humano” cumulada com o texto do Preâmbulo da Convenção, que reconhece que os direitos essenciais do homem “têm como fundamento os atributos da pessoa humana” e reitera a necessidade de criar condições que permitam a cada pessoa “realizar o ideal do ser humano livre, isento do medo e a miséria”²⁶⁹.

Visto o entendimento da Comissão com base nos casos abordados, passemos à análise da situação das pessoas coletivas perante a Corte Interamericana. De antemão, vale dizer que a Corte apresenta uma situação mais encorajadora do que a Comissão para com as pessoas coletivas²⁷⁰.

Em primeiro lugar, é importante recordar que, para uma demanda ser apreciada pela Corte Interamericana, é imprescindível que a Comissão acolha o caso e apresente a queixa para a Corte. Por este motivo, não foram muitas as oportunidades em que a Corte Interamericana se pronunciou acerca dos direitos das pessoas coletivas ou das pessoas que as integram.

A primeira oportunidade em que os direitos de um acionista foram discutidos foi no caso *Ivcher Bronstein v. Peru*²⁷¹. Em referido episódio, o Estado peruano teria arbitrariamente obstado o senhor Ivcher Bronstein, cidadão

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ CIDH, *Mevopal S.A. (Argentina)*. Informe No. 39/99. 11 de março de 1999. para 17. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/98span/Inadmisibilidad/Argentina.Mevopal.htm>

²⁷⁰ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...* p. 185-190.

²⁷¹ CIDH, *Ivcher Bronstein Vs. Perú*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. Serie C. No. 74. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_74_esp.pdf

naturalizado peruano, acionista majoritário, diretor e presidente de um canal de televisão de ter seu título de nacionalidade. Por conseguinte, referido cidadão fora destituído de seus direitos de acionistas, pois conforme o direito peruano, para ser proprietário de um meio de telecomunicação, é indispensável a nacionalidade peruana²⁷².

Ao examinar o caso, que supostamente violava os direitos de propriedade do senhor Ivcher Bronstein, a Corte Interamericana arguiu que os “bens” de uma pessoa podem ser definidos como os bens materiais apropriáveis, bem como quaisquer direitos que possam fazer parte do patrimônio de uma pessoa. Desse modo, a Corte concluiu que esse conceito inclui todos os bens móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos, e qualquer outro objeto imaterial suscetível de valor²⁷³.

Prosseguiu sua deliberação estabelecendo que, para um acionista de uma empresa comercial, o direito de vender suas ações e participar das decisões da companhia, por meio do exercício do voto nas assembleias de acionistas, bem como de receber os dividendos legais e estatutários acordados, são atributos fundamentais os direitos de propriedade²⁷⁴.

Embora este caso seja notório no que tange aos direitos de propriedade protegidos pelo Artigo 21 da Convenção Americana, ele não analisa a situação da pessoa jurídica como tal em termos de pessoas afetadas por violações dos seus direitos. Com efeito, a Corte Interamericana enfatizou a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça sobre a Barcelona Traction, Light e Power

²⁷² RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 185-190.

²⁷³ CIDH, Ivcher Bronstein Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. Serie C. No. 74. para 122. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_74_esp.pdf

²⁷⁴ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 185-190.

Company Ltda²⁷⁵, que diferenciou os direitos dos acionistas de uma empresa dos da própria empresa²⁷⁶.

Em contrapartida, no caso Cantos vs. Argentina, a Corte Interamericana fez menção expressa às violações cometidas contra uma pessoa coletiva. Ao analisar sua competência, a Corte considerou que, embora a figura das pessoas jurídicas não tenham sido expressamente reconhecidas pela Convenção Americana, como faz Protocolo nº 1 da Convenção Europeia, tal circunstância não obstará a possibilidade de que, em determinadas ocasiões, o indivíduo pudesse impulsionar o sistema interamericano para garantir a salvaguarda dos direitos humanos, a fim de reivindicar seus direitos fundamentais, mesmo quando cobertos por uma figura ou ficção jurídica criada pelo mesmo sistema de leis²⁷⁷.

Depois de analisar este caso, o jurista Marius Emberlad argumentou que, aparentemente os órgãos do sistema interamericano exigem uma forma especial de evidência para considerar os acionistas de uma pessoa jurídica como vítimas. Tal forma especial de evidência é observada quando os acionistas têm a convicção de terem sido afetados pelo ato contestado, ou o que ele chama de crença individual de vitimização. Para a Emberlad, este requisito é, para todos os fins práticos, idêntico ao requisito de esgotamento dos recursos internos em nome das pessoas físicas²⁷⁸.

No acórdão do caso Cantos não ficou claro se a afirmação do Tribunal no sentido de que as pessoas jurídicas não tinham seus direitos reconhecidos pela Convenção Americana, deveria ser interpretada no sentido de que, ao não reconhecer expressamente as pessoas jurídicas, a Convenção as estaria

²⁷⁵ CIJ, The Barcelona Traction, Light and Power Company Limited (Belgium v. Spain), Julgamento de 5 de fevereiro de 1970. para. 45, p. 36. ("Therefore the interests of the shareholders are both separable and indeed separated from those of the company, so that the possibility of their diverging cannot be denied"). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/50/050-19700205-JUD-01-00-EN.pdf>

²⁷⁶ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 185-190.

²⁷⁷ CIDH, Cantos Vs. Argentina, Exceções Preliminares. *Op Cit...*para 29.

²⁷⁸ EMBERLAND, Marius. **The corporate veil in the jurisprudence of the Human Rights Committee and the Inter-American Court and Commission of Human Rights**. *Op Cit...*p. 270. *Apud* RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 185-190.

excluindo do escopo de proteção da Convenção? Ou, em determinados casos, as pessoas jurídicas poderiam ser considerados vítimas diretas dos direitos humanos²⁷⁹?

De todo modo, a Corte Interamericana entendeu que, em geral, os direitos e obrigações atribuídos a pessoas jurídicas são resolvidos em direitos e obrigações das pessoas físicas que as constituem ou que atuam em seu nome ou representação. Ainda, interpretar o artigo 1.2 da Convenção, no sentido de impedir, em todos os casos, os direitos à pessoas jurídicas, implicaria a remoção da proteção do dito instrumento interamericano a um importante conjunto de direitos humanos²⁸⁰.

Sem prejuízo do exposto, é importante sintetizar alguns casos analisados pela Corte nos anos seguintes. No caso de Herrera Ulloa vs. Costa Rica²⁸¹, a Corte entendeu que as consequências civis derivadas de uma sentença criminal que recaíram diretamente sobre o representante da empresa afetada (periódico “La Nación”) não foram direcionadas contra a suposta vítima de maneira particular ou privada, mas sim dirigidas contra o periódico²⁸². Portanto, o Tribunal percorreu uma rota mais pragmática, consonante com os casos descritos perante a Comissão, ao passo que tendo os representantes das vítimas apresentado à pessoa jurídica “La Nación” também como suposta vítima, a Corte não a considerou como tal²⁸³.

No caso Perozo e outros Vs. Venezuela²⁸⁴, considerou que os fatos alegados como violações dos direitos de propriedade privada dos Srs. Ravell e Zuloagaos coincidem com os descritos como atos atribuíveis a indivíduos não determinados, portanto, entendeu que os danos foram causados à sede ou propriedade da Globovisión, como empresa ou entidade legal. Desse modo, a

²⁷⁹ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 185-190.

²⁸⁰ CIDH, Cantos Vs. Argentina, Exceções Preliminares. *Op Cit...*para 27 e 28.

²⁸¹ CIDH, Herrera Ulloa vs. Costa Rica. Sentença de 2 de julho de 2004. para. 100. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_107_esp.pdf

²⁸² GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Konrad Adenauer Stiftung. Editores Christian Steiner e Patricia Uribe. 2014. p. 510-512. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_38682-1522-4-30.pdf?140901164826.

²⁸³ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. *Op Cit...*p. 208.

²⁸⁴ CIDH, Perozo y otros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. para 402 e 403. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_195_esp.pdf

Corte considerou que não foi demonstrado que o Estado violou o direito de propriedade privada das supostas vítimas, nos termos do artigo 21 da Convenção²⁸⁵.

Por outro lado, no caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez vs Equador²⁸⁶, a Corte analisou em profundidade a violação do artigo 21, considerando que houve uma interferência arbitrária do Estado no gozo dos ativos da pessoa coletiva de tal modo que afetaram o valor e a produtividade da empresa, que, por sua vez, acarretaram em prejuízo aos seus acionistas²⁸⁷.

O caso mais recente que envolve a proteção das pessoas jurídicas no âmbito da Convenção Americana, que se refere aos direitos de propriedade, trata-se da demanda trazida pela Televisão de Rádio Caracas contra o Estado da Venezuela. Respectivo acórdão fora prolatado no mês de junho de 2015. Em tal episódio, a Corte Interamericana esclareceu com mais exatidão sua postura em relação aos direitos das pessoas jurídicas no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos. A demanda apresentada trazia na condição de vítimas indivíduos que tinham a qualidade de diretores, acionistas, jornalistas ou trabalhadores da mídia²⁸⁸.

Em um primeiro momento, a Corte Interamericana tratou de reiterar o entendimento o que vinha adotando a respeito da interpretação do artigo 1.2 da Convenção Americana, que estabelece que os direitos reconhecidos no instrumento são direcionados às pessoas, isto é, aos seres humanos”. Contudo, também destacou os critérios estabelecidos no caso Cantos vs. Argentina e assentou que, apesar do precedente, o acesso ao sistema interamericano de indivíduos cobertos pela figura de uma pessoa jurídica é viável somente sob certas circunstâncias, indicando como exemplos desses, casos que violam o direito de propriedade de certas pessoas na qualidade de acionistas. De todo modo, a Corte Interamericana foi clara e enfática ao sustentar que, para

²⁸⁵ GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Op Cit...p. 510-512.

²⁸⁶ CIDH, Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez. vs. Ecuador. Sentença de 21 de novembro de 2007. para 209. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_170_esp.pdf

²⁸⁷ GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Op Cit...p. 510-512.

²⁸⁸ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. Op Cit...p. 185-190.

determinar que houve uma violação do direito de propriedade dos sócios da entidade legal, é essencial que a afetação de seus direitos seja claramente comprovada²⁸⁹.

Cumpre destacar, contudo, que a Corte Interamericana não deixou claro qual é a maneira de mostrar essa “afetação”, ao contrário do que a Comissão Interamericana fez em seus relatórios, afirmando que:

*“La jurisprudencia de la Comisión sostiene en forma constante que los reclamos planteados ante la misma que hayan sido objeto de litigio ante los tribunales nacionales en nombre de personas jurídicas, y no de víctimas individuales, no son admisibles, porque la Comisión carece de competencia ratione personae para examinar denuncias referentes a los derechos de las primeras”*²⁹⁰.

Como se observa, a posição dominante no sistema interamericano tem sido o absoluto desconhecimento da capacidade processual das pessoas coletivas (salvo raras exceções, como por exemplo as comunidades indígenas), entendendo também que é precisamente a Comissão quem deve definir esse aspecto, visto que corresponde à Comissão Interamericana e não à Corte, a identificação precisa das supostas vítimas de um caso²⁹¹.

Diante da exposição desses casos, ainda que possam gerar uma certa confusão, é possível consubstanciar que, a jurisprudência da Corte, compartilhada pela Comissão, em suas decisões de admissibilidade, exige: 1) um nível elevado de prova entre a relação do o ato ou omissão violadora do Estado e a pessoa física que faz parte da pessoa coletiva atacada; 2) distinção entre atos dirigidos a uma pessoa como “indivíduo” ou como “pessoa coletiva”²⁹².

Esses critérios permitem excluir a análise dos casos do sistema interamericano, ou parte dos fatos, em situações de violações dos direitos

²⁸⁹ CIDH, Caso Granier y otros (Radio Caracas Televisión) Vs. Venezuela. Exceções Preliminares. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 22 de junho de 2015. Serie C. No. 293. para 19, 146 e 338. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_293_esp.pdf

²⁹⁰ CIDH, Tomás Enrique Carvallo Quintana (Argentina). Informe No. 67/01. Admissibilidade. para 55 e 57. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2001sp/Argentina11.859.htm>.

²⁹¹ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. Op Cit...p. 209.

²⁹² GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Op Cit...p. 510-51..

humanos realizados pelo Estado mediante o uso desproporcional do poder contra empresas ou outras associações. Contudo, dá origem a distinções formais, em cada caso específico, determinando se o ato é dirigido contra a própria pessoa coletiva ou contra a pessoa natural que apresenta o caso perante o sistema ou se apresenta como vítima, resultando na proteção do direito de propriedade, entre outros, da pessoa, desde que seja acionista da empresa ou se encontre em situações derivadas de tal condição²⁹³.

Uma terceira exigência poderia ser suscitada em relação à necessidade de que os recursos internos tenham sido esgotados também em “nome próprio” e não apenas no nome da pessoa coletiva. No entanto, ainda que em várias oportunidades os posicionamentos da Corte tenha nos induzido à esta ideia, é possível dizer que este requisito não tem caráter absoluto, isto é, pode ser relativizado.

Tal requisito, em tese, deriva da natureza complementar do Direito Internacional Público, na medida em que a responsabilidade primária de resolver temas de violações de direitos humanos é do Estado. Assim, a OC/22 trouxe à tona os critérios repetidos na jurisprudência da Corte como demonstrativos do exaurimento da jurisdição interna, quais sejam: a disponibilidade, idoneidade e efetividade dos tribunais nacionais, na defesa dos direitos em questão²⁹⁴.

Ao examinar o artigo 46.1 da Convenção²⁹⁵, a Corte assentou que a interpretação conferida a este dispositivo não pode servir como limitação de acesso ao Sistema Interamericano, de modo que seria desproporcional exigir a interposição de recursos inexistentes, quando comprovado que foram utilizados os recursos idôneos e efetivos, exauridos através da pessoa coletiva. O parecer explica que, se através de um recurso de ordem interna, proposto por uma pessoa coletiva, se protegiam os direitos das pessoas físicas, logo, não existiria

²⁹³ GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. *Op Cit...* p. 510-512..

²⁹⁴ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. *Op Cit...*p. 178-179.

²⁹⁵ Artigo 46

1. Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário:

a. que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos;

razão para a Corte não entender como preenchido o requisito do esgotamento da jurisdição interna²⁹⁶.

Neste trilha, sinteticamente, a Corte estabeleceu que os recursos internos podem ser considerados exauridos quando: 1) Seja comprovado que foram apresentados os recursos disponíveis, idôneos e efetivos para a proteção de seus direitos, independentemente se ditos recursos tenham sido apresentados e resolvidos em favor de uma pessoa jurídica. 2) For demonstrado que existe uma coincidência entre as pretensões que a pessoa jurídica alegou nos procedimentos internos e as presumidas violações que se argumentem perante o Sistema Interamericano²⁹⁷.

Após realizar um estudo dos contenciosos mais recentes processados pela Corte Interamericana, é possível afirmar que não é exigido, de maneira excludente, que os recursos internos tenham sido esgotados pela pessoa física para prosseguir com o procedimento perante o sistema internacional, ou seja, excepcionalmente (ou “em certas circunstâncias”), os recursos podem ser esgotado em nome da pessoa coletiva²⁹⁸.

Embora este aspecto não esteja claramente desenvolvido no último caso mencionado, tampouco em outros casos contenciosos levados à jurisdição interamericana, a Corte Interamericana o amadureceu através do parecer consultivo solicitado pela República do Panamá e emitido em fevereiro de 2016²⁹⁹.

Neste sentido, a referida opinião consultiva consolidou o entendimento sobre os direitos dos proprietários, acionistas ou membros de pessoas jurídicas, admitindo que, em certas situações, os recursos das instâncias internas podem ser esgotados pela pessoa jurídica e, portanto, o assunto pode sempre chegar (em nome de uma pessoa humana) perante o sistema interamericano. Importante ressaltar que, a situação da pessoa jurídica continua a mesma, de

²⁹⁶ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** *Op Cit...* p. 178-179.

²⁹⁷ Opinião Consultiva OC/22. p. 45.

²⁹⁸ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos.** *Op Cit...* p. 185-190.

²⁹⁹ Idem.

que ainda não pode ser considerada uma vítima dos direitos humanos baseada na Convenção Americana sobre Direitos Humanos³⁰⁰.

A despeito do posicionamento consolidado da Corte de rechaçar a capacidade das pessoas coletivas se figurarem como vítimas perante o sistema interamericano, Raúl Fernando Nunez sustenta que existe embasamento jurisprudencial e convencional que fundamenta o contrário.

Em primeiro lugar, o autor alude o princípio “kompetenz kompetenz” (competência da competência), segundo o qual, a jurisdição da Corte não pode estar condicionada a fatos que não sejam sua própria atuação e decisão. Uma vez que os Estados reconhecem a jurisdição obrigatória da Corte, uma refutação ou qualquer outra ação intentada pelo Estado com a finalidade de suscitar a incompetência da Corte é inócua, tendo em vista que, em qualquer circunstância, a Corte retém a competência da competência, por ser mestra de sua jurisdição. Neste sentido, tendo a própria jurisprudência da Corte já realizado alusão à este princípio, poderia ela determinar a interpretação adequada do artigo 1.2 da Convenção, no sentido de que, pessoas não são mais que veículos para o desenvolvimento das atividades humanas³⁰¹.

Por conseguinte, esta interpretação estaria em consonância com os próprios dizeres da Corte proferidos no caso Canto vs. Argentina, oportunidade em que afirmou que “*en general, los derechos y las obligaciones atribuidos a las personas morales se resuelven en derechos y obligaciones de las personas físicas que las constituyen o que actúan en su nombre o representación*”, portanto inadmitir as pessoas coletivas perante o sistema interamericano implicaria “*quitar la protección de la Convención a un conjunto importante de derechos humanos*”³⁰², de modo que estaria violando o artigo 29 da Convenção³⁰³.

³⁰⁰ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...* p. 190-197..

³⁰¹ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. Perspectivas Internacionales, Cali, 2010. p. 217. Disponível em: <https://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/perspectivasinternacionales/article/view/822>

³⁰² Idem.

³⁰³ Artigo 29. Normas de interpretação

Nenhuma disposição desta Convenção pode ser interpretada no sentido de:

a. permitir a qualquer dos Estados Partes, grupo ou pessoa, suprimir o gozo e exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção ou limitá-los em maior medida do que a nela prevista;

Além disso, corrobora a tese de Nunez a interpretação sistemática defendida pela Corte em outras situações. Analisando a Opinião Consultiva OC 10/89 solicitada pela República da Colômbia³⁰⁴, a leitura dos parágrafos 37³⁰⁵ e 38³⁰⁶ da mesma somada à leitura do Artigo 29 alínea “d”³⁰⁷ da Convenção implica que a Convenção, juntamente com a Declaração Americana dos Direitos Humanos, forma um verdadeiro *Corpus Iuris International*. A importância dessa declaração é que a Declaração não faz a distinção entre pessoas coletivas e pessoas humanas, com exceção de um único artigo³⁰⁸.

Neste sentido, o Professor Rodriguez Pinzón assinala que “*teniendo en cuenta que la CEDH, por ejemplo, extiende su protección a entidades no gubernamentales, es posible concluir que la Declaración Americana puede ser*

b. limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados Partes ou de acordo com outra convenção em que seja parte um dos referidos Estados;

c. excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo; e

d. excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

³⁰⁴ Opinião Consultiva OC 10/89 solicitada pela República da Colômbia. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_10_esp1.pdf

³⁰⁵ 37. la Declaración Americana se basa en la idea de que “la protección internacional de los derechos del hombre debe ser guía principalísima del derecho americano en evolución” (Considerando tercero). Este derecho americano ha evolucionado desde 1948 hasta hoy y la protección internacional, subsidiaria y complementaria de la 12 nacional, se ha estructurado e integrado con nuevos instrumentos. Como dijo la Corte Internacional de Justicia: “un instrumento internacional debe ser interpretado y aplicado en el cuadro del conjunto del sistema jurídico en vigor en el momento en que la interpretación tiene lugar” (Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia (South West Africa) notwithstanding Security Council Resolution 276 (1970), Advisory Opinion, I.C.J. Reports 1971, pág. 16 ad 31). Por eso la Corte considera necesario precisar que no es a la luz de lo que en 1948 se estimó que era el valor y la significación de la Declaración Americana como la cuestión del status jurídico debe ser analizada, sino que es preciso determinarlo en el momento actual, ante lo que es hoy el sistema interamericano, habida consideración de la evolución experimentada desde la adopción de la Declaración.

³⁰⁶ 38. La evolución del “derecho americano” en la materia, es una expresión regional de la experimentada por el Derecho internacional contemporáneo y en especial por el de los derechos humanos, que presenta hoy algunos elementos diferenciales de alta significación con el Derecho internacional clásico. Es así como, por ejemplo, la obligación de respetar ciertos derechos humanos esenciales es considerada hoy como una obligación erga omnes (Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited, Second Phase, Judgment, I.C.J. Reports 1970, pág. 3. En la misma línea de pensamiento ver también Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia (South West Africa) notwithstanding Security Council Resolution 276 (1970) supra 37, pág. 16 ad 57; cfr. United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran, Judgment, I.C.J. Reports 1980, pág. 3 ad 42).

³⁰⁷ Nenhuma disposição desta Convenção pode ser interpretada no sentido de:

d. excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

³⁰⁸ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. Op Cit... p. 219.

*mal interpretada si no se garantizan ciertos derechos a las personas jurídicas*³⁰⁹ em consonância com o já proferido pela Corte que “*formalidades, propias de ciertas ramas del Derecho interno no rigen en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos, cuyo principal y determinante cuidado es la debida y completa protección de esos derechos*”³¹⁰.

Da mesma forma, deve ser levada em conta a realidade dos demais sistemas de proteção dos direitos humanos. Os sistemas europeu e o africano já reconheceram, cada um à seu modo, a possibilidade de proteção direta das pessoas coletivas no âmbito de suas respectivas convenções. Assim, é pertinente ressaltar que a evolução do *corpus juris* do Direito Internacional dos Direitos Humanos não pode ser alheia a esta Corte, que, valorizando o impacto positivo alcançado em outros sistemas de proteção, deveria adotar um critério adequado para considerar o assunto, tendo em vista a evolução dos direitos fundamentais da pessoa humana no direito internacional contemporâneo. Portanto, levando isso em conta e sendo a favor de uma interpretação sistemática exigida pela Convenção em seu artigo 29, é evidente como o sistema interamericano exige proteção de pessoas coletivas, pois sua rejeição implicaria ir contra a alínea d) do dispositivo indicado³¹¹.

Por último, e em consequência do anterior, deve ser destacado como a interpretação evolutiva também favorece a proteção direta das pessoas coletivas. Nesse sentido, deve ser lembrado que as pessoas coletivas são criações humanas que permitem o desenvolvimento do ser humano na comunidade comercial e empresarial, portanto restringir o acesso dessas aos sistemas de proteção não parece pertinente, ainda mais quando as necessidades dos comerciantes se tornam cada vez maiores³¹².

³⁰⁹ RODRÍGUEZ PINZÓN, Diego. **La Comisión Interamericana de Derechos Humanos en Martín Claudia et. Al.** Derecho Internacional de los Derechos Humanos. México, Distribuciones Fontamara S.A. Primera Reimpresión. 2006. p. 199. *Apud.* NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano.** *Op Cit...* p. 219.

³¹⁰ CIDH. Caso Yatama. Excepciones preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 23 de junho de 2005. Serie C No. 127, para. 82. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_127_esp.pdf

³¹¹ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano.** *Op Cit...* p. 219.

³¹² Idem.

Conforme afirma Cançado Trindade, o principal objetivo da Convenção é proteger os direitos essenciais que ela consagra, para alcançar esse objetivo, deve ser levado em conta o progresso internacional dos direitos humanos e garantir maior proteção aos mesmos³¹³. Tudo isso está em conformidade com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

Desse modo, a fim de cumprir sua função de amplitude, evolução e progressividade na proteção dos direitos humanos, os órgãos do sistema, especialmente a comissão, devem interpretar a Convenção, em uma estrutura geral, de acordo com os movimentos mundiais, a situações reais e não de forma fechada e muito³¹⁴.

Em harmonia com o exposto, García Ramírez já proferiu que *“Los derechos humanos....corresponden – es evidente - a la persona humana, es decir, a la persona física. La CADH señala lo que debe entenderse bajo este último término (cfr. Art.1.2). No podría titularse, pues, la persona moral o colectiva, que no tiene derechos humanos, pero ello no obsta para que se reconozca – como en efecto lo ha hecho la Corte IDH recientemente - que tras la figura, una ficción jurídica, de la persona colectiva se halle el individuo; los derechos y deberes de aquellos repercuten o se trasladan, en definitiva, como derechos y deberes de quienes integran la persona colectiva o actúan en nombre, en representación o por encargo de esta. (...) No se a pertinente rechazar, sin mas, las pretensiones que se formulen a propósito de personas morales sin examinar previamente, para resolver lo que proceda, si la violación supuestamente cometida lo ha sido – analizada con realismo - a derechos de personas físicas. De lo contrario, se dejaría sin protección un espacio tal vez muy amplio de la vida y la actividad de los individuos”*³¹⁵.

³¹³ CANÇADO TRINDADE, Antonio. **El derecho internacional de los derechos humanos en el siglo XXI**. Santiago de Chile. Editorial Jurídica de Chile. 2001. pp.35 e 38. *Apud.* NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. *Op Cit...* p. 219.

³¹⁴ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. *Op Cit...* p. 219.

³¹⁵ GARCÍA RAMÍREZ, Sergio. **Los Derechos Humanos y la Jurisdicción Interamericana**. México, UNAM – Instituto de Investigaciones Jurídicas, Serie de Doctrina Jurídica. 2002. p. 93. *Apud.* NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. *Op Cit...* p. 219.

Há de se ressaltar, sinteticamente, que os argumentos trazidos por Nunez, embasado em jurisprudências e doutrinas relevantes, geram reflexão acerca da resistência interpretativa da Corte no sentido de conceder proteção direta às pessoas coletivas, muito embora a mesma já tenha procedido uma modesta evolução jurisprudencial.

Situação especial a ser abordada se dá em relação às comunidades indígenas. Na mesma opinião consultiva, a Corte reiterou sua jurisprudência que garante às comunidades indígenas o direito de ingressarem perante o sistema interamericano a fim de assegurar a tutela de seus direitos, podendo pleitear a defesa de seus direitos e de seus membros³¹⁶.

Destarte, a Corte rejeitou argumentos elaborados pelos Estados que se referem à falta de “personalidade jurídica” das comunidades na esfera doméstica o que impediria a Corte de conhecer desses assuntos. Embora a Corte continue exigindo, e cada vez mais rigorosamente, a identificação individual das vítimas nas demandas enviadas à Comissão Interamericana, nos casos de direitos indígenas, ela leva em consideração as violações produzidas contra a comunidade como um todo³¹⁷.

Neste sentido, a Corte solidificou a garantia do direito de propriedade cabível às comunidades indígenas que já vinha sendo reconhecido nos casos recentes. Por exemplo, no caso dos Povos Indígenas Kuna de Madungandí e Emberá de Bayano e seus Membros contra o Estado do Panamá, a Corte concluiu que o Estado havia violado, entre outros, o direito de propriedade da comunidade indígena e de seus membros. Mais recentemente, nos casos da Comunidade Garifuna Triunfo De La Cruz e de seus membros e da Comunidade Garifuna de Punta Piedra e seus membros, ambos os casos contra Honduras, a Corte reconheceu violações dos direitos de propriedade, garantias judiciais e proteção judicial cometidos contra as respectivas comunidades³¹⁸.

³¹⁶ Opinião Consultiva OC-22/16 p. 27.

³¹⁷ GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Op Cit... p. 510-512..

³¹⁸ Ver casos informados na Opinião Consultiva OC-22/16 p. 27, 28 e 29: Caso de los Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus Miembros Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Serie C No. 284. Caso Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus Miembros Vs. Honduras. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 08 de octubre de 2015. Serie C No. 305. Caso Comunidad

Em suma, a aplicabilidade do direito à propriedade, assim como outros direitos, depende de um exame casuístico em que o Tribunal analisa no caso concreto se, efetivamente, a pessoa física exerceu seu direito através da ficção da pessoa jurídica. Ademais, é verificado se existe uma relação direta entre o indivíduo que demanda proteção e a pessoa coletiva através da qual foi produzida a violação, pois este vínculo não pode ser tênue, uma vez que o escopo da convenção é amparar as garantias da pessoa física, não da pessoa coletiva³¹⁹.

Desse modo, a Corte Interamericana reconhece a possibilidade de uma pessoa física exercer seus direitos por meio de uma pessoa coletiva. Contudo, não estabelece um padrão exato para isso, tendo em vista a diversidade de situações possíveis, sendo necessária a análise dos casos concretos³²⁰.

Diante de todo o exposto conclui-se que, quando se reivindica a proteção dos direitos humanos das pessoas coletivas (ou mesmo dos titulares, acionistas ou membros de pessoas jurídicas) a “ampla garantia de acesso” não é a característica mais previsível para o sistema interamericano³²¹.

B) Sistema Europeu

A discussão enfrentada hoje pelo sistema interamericano fora semelhantemente encadeada no âmbito do sistema europeu de direitos humanos, porém em seu início. Isto porque o texto original da Convenção Europeia dos Direitos do Homem não incluiu a proteção das pessoas coletivas. No entanto, entendendo a importância que elas têm no futuro das sociedades e

Garífuna de Punta Piedra y sus Miembros Vs. Honduras. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 08 de octubre de 2015. Serie C No. 304.

³¹⁹ VEADO, Luíza Drummond. **A Opinião Consultiva 22/16: titularidade de direitos de pessoas jurídicas no Sistema Interamericano**. Revista Eletrônica de Direito Internacional, ISSN 1981-9439, vol.19, jul./dez., 2016, pp. 206-230. *Apud.* GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. *Op Cit...*p. 178-179.

³²⁰ GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. *Op Cit...*p. 178-179.

³²¹ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

a defesa substantiva se baseia no primado do direito da Comunidade Europeia³²⁶.

Prosseguindo, o Tribunal Europeu usa uma definição mais abrangente em relação aos direitos de propriedade. Por exemplo, dentro do entendimento de propriedade o sistema europeu incluiu a liberdade de empresa, que, por sua vez, na legislação da União Europeia, é protegida como uma regra independente aos direitos de propriedade³²⁷. Válido destacar que, o direito de propriedade não abrange o direito de adquirir bens, mas protege os bens que já são de propriedade das pessoas³²⁸.

Nos termos da jurisprudência europeia, o direito à propriedade compreende bens materiais, sejam móveis ou imóveis, bem como ativos intangíveis e inclui, por exemplo, a titularidade de licenças administrativas para o exercício de uma atividade econômica ou fundo de comércio, créditos, valores mobiliários, quotas de ações, pensões e direitos de autor³²⁹. Ainda, são garantidos pelo direito de propriedade, as ações detidas pelos acionistas de pessoas jurídicas³³⁰.

Nesta seara, o direito à propriedade confere às pessoas coletivas o direito de usufruir e dispor das coisas de maneira absoluta, desde que não sejam utilizadas de maneira proibida por lei ou regulamentos. Esta ampla proteção é garantida graças à extensão do conceito de bens operado pelos juízes de direitos humanos. Tal extensão é favorecida pelo caráter autônomo do conceito de bens³³¹.

³²⁶ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. *Op Cit...*p. 209-210.

³²⁷ Artigo 16 CDFUE (Liberdade de empresa): “É reconhecida a liberdade de empresa, de acordo com o direito comunitário e as legislações e práticas nacionais”. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf

³²⁸ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

³²⁹ GARCÍA VITORIA, Ignacio. **La libertad de empresa en la Carta. Art. 16 CDFUE**. p. 488. *Apud*. RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

³³⁰ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op cit...*p. 283.

³³¹ KOUAMÉ KOKI, Hubert. **Les droits fondamentaux des personnes morales dans la convention européenne des droits de l’homme**. Droit. Université de La Rochelle, 2011. Français. p 131-133. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00808648/document>

Desse modo, um bem, definido de forma autônoma, facilita a consideração de diversas outras situações. Neste trilho, a juízo europeu reconheceu a existência de um direito à propriedade ainda que este não possa ser estabelecido³³². Foi o que ocorreu, por exemplo, com um vendedor de betoneiras (misturadora de cimento), com retenção do título até o pagamento integral do preço, que se encontrou em grande dificuldade para provar que continuara detendo de um direito genuíno à propriedade³³³.

Sem prejuízo do exposto, a redação da norma do direito de propriedade, contida no artigo 1 do Protocolo, estabelece três regras. A primeira delas, de natureza geral, está prevista na primeira frase do primeiro parágrafo e embasa o princípio do respeito pela propriedade e seu gozo pacífico. A segunda regra refere-se ao caráter relativo desse direito e faz referência à privação da propriedade (expropriação), bem como o sujeita a certas condições que aparecem na segunda frase do mesmo parágrafo. A terceira regra, que também confirma a relatividade do direito de propriedade, está contida no segundo parágrafo do artigo, ela determina que os Estados têm o direito, entre outras coisas, de controlar o uso de bens de acordo com o interesse geral, aplicando regras que considerem necessárias para isso³³⁴. De acordo com o Tribunal Europeu, as segunda e terceira regras, que tratam de situações peculiares de interferência do Estado no direito de propriedade, devem ser interpretadas à luz do princípio geral estabelecido na primeira regra³³⁵.

Quando uma questão referente ao direito de propriedade é apresentada ao sistema europeu, o Tribunal analisa se o dano alegado violou a regra, examinando, conforme o caso, se as três regras do dispositivo foram observadas. A primeira regra (gozo pacífico da propriedade) é aplicada quando

³³² Idem.

³³³ TEDH, Gasus Dosier und Fördertechnik GmbH vs. Pays-Bas, 23 de fevereiro de 1995, Série A, nº 306-B. Disponível em: <https://juricaf.org/arret/CONSEILDELEUROPE-COUREUROPEENNEDESROITSDELHOMME-19950223-1537589>

³³⁴ TEDH, Sporrong and Lönnroth vs. Sweden. App No 7151/75. Sentença de 23 setembro de 1982. para. 61. Disponível em: [https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:\[%22001-57580%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:[%22001-57580%22]})

³³⁵ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. Op Cit...p. 282-287.

há interferência no uso ou gozo dos bens sem que tenha havido expropriação ou as medidas de controle do uso da propriedade³³⁶.

Por meio da segunda regra, o Tribunal analisa se foram cumpridas as condições que deram origem a uma expropriação. Contudo, não é apenas averiguado se ocorreu uma expropriação formal; o Tribunal também atenta-se à situação real para verificar se não houve nenhuma tomada *de facto* da propriedade, ou o que no direito internacional costumeiro tem sido chamado de “expropriação indireta”³³⁷.

“[I]t is recognised by international law that measures taken by a State can interfere with property rights to such an extent that these rights are rendered so useless that they must be deemed to have been expropriated, even though the State does not purport to have expropriated them and the legal title to the property formally remains with the original owner”³³⁸.

Por último, através da terceira regra, o Tribunal analisa se o ato denunciado como violador do direito de propriedade faz parte de um esquema legislativo que responde às políticas sociais e econômicas para controlar o uso da propriedade, e se respeita um interesse geral, bem como se tem fundamentos razoáveis. No caso de tais requisitos não forem considerados cumpridos, o Tribunal deve determinar a violação do direito em comento³³⁹.

Pois bem, o dispositivo que orienta o direito de propriedade estipula que os Estados podem estabelecer limitações ao direito de propriedade, desde que sejam previstas por lei e desde que respondam a uma causa de utilidade pública ou interesse geral. No sistema interamericano, a norma também permite o

³³⁶ Idem.

³³⁷ SPRANKLING, John G. **The International Law of Property**. New York: Oxford University Press, 2014. p. 277. *Apud.* RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

³³⁸ CARSS FRISK, Monica. **The right to property**. Strasbourg: Council of Europe, 2001, p. 22. Case concerning Starrett Housing Corporation and the Government of the Islamic Republic of Iran; Interlocutory award of December 1983 by Iran- United States Claims Tribunal. *Apud.* RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

³³⁹ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

estabelecimento de limitações do direito diante das condições anteriores, mas, diferentemente da regulamentação europeia, acrescenta que as restrições à propriedade devem ser acompanhadas de indenização justa³⁴⁰.

Os significados de “utilidade pública” ou “interesse geral” podem ser bastante genéricos e a concepção das duas premissas podem ser diferentes diante de cada instância nacional. Válido destacar que, são as autoridades nacionais que, em princípio, se encontram em melhores condições para determinar o que corresponde ao “interesse público”. Para o Tribunal Europeu, “utilidade pública” geralmente se relaciona com o exame de questões políticas, econômicas e sociais dentro do Estado que deve adotar leis sobre direitos de propriedade. Uma privação de propriedade operada nos termos de uma política legítima pode responder à utilidade pública, mesmo que a sociedade como um todo não utilize ou se beneficie do bem em questão. Isto significa que não é necessário que todos os membros da sociedade sejam favorecidos pela ação do Estado que limita o direito do proprietário, mas que é suficiente que um determinado grupo seja um beneficiário. Por exemplo, todos os habitantes de uma determinada área de uma cidade, ou todas as pessoas dedicadas a uma determinada atividade, entre outras³⁴¹.

Além de responder a um interesse geral, as restrições ao direito de propriedade devem ser legítimas e proporcionadas para alcançar um “equilíbrio justo” entre as exigências de interesse geral da sociedade e as exigências para a proteção dos direitos fundamentais individuais. Neste sentido, em um caso recente em que uma construtora dedicada à perfuração e exploração geológica processou o Estado por violações do gozo pacífico de seus bens, uma vez que foi forçada a pagar um seguro específico para seus funcionários que trabalham nesse setor. O Tribunal Europeu considerou que havia um justo equilíbrio entre o interesse de garantir a proteção social de todos os empregados que trabalham na indústria da construção, por um lado, e o direito da empresa requerente de usufruir pacificamente de suas posses por outro lado, de modo que, a interferência no direito de propriedade foi proporcional ao propósito

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

perseguido³⁴². Neste caso, o Tribunal de Estrasburgo entendeu que, as autoridades nacionais agiram dentro do âmbito de sua ampla gama de apreciação de domínio das políticas sociais e económicas e respeitaram o seu juízo, não o considerando manifestamente infundado³⁴³.

Diferentemente do caso anterior, pode-se mencionar a demanda da empresa de serviços logísticos Ünspeđ Paket Servisi San. Veja Tic. S.A., em que as autoridades búlgaras confiscaram caminhões da empresa alegando que eles eram usados para tráfico de drogas. O Tribunal entendeu que a decisão das autoridades internas de confiscar os bens da empresa não mantinha uma relação de proporcionalidade razoável entre os diferentes interesses em jogo³⁴⁴.

Outro aspecto interessante da jurisprudência europeia sobre pessoas coletivas e direito à propriedade privada, é a interpretação pela qual reconhece que uma pessoa jurídica pode ser vítima de violações continuadas. No direito internacional, uma violação continuada é a transgressão de uma obrigação internacional através de um ato cometido por um sujeito de direito internacional que se estenda ao longo do tempo e cause a duração ou a continuação temporária dessa violação³⁴⁵. Tais violações, cujos efeitos se prolongam no tempo, foram tipicamente declarados em casos de desaparecimento forçado de pessoas. No entanto, a violação da obrigação internacional que ocorre apenas no momento em que o fato é produzido não constitui uma violação contínua, mesmo que seus efeitos perdurem³⁴⁶.

³⁴² TEDH, Geotech Kancev GmbH vs. Germany (Merits and Just Satisfaction). App No 23646/09. Sentença de 02 de junho de 2016, para. 65 e seguintes. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/eng/#/%22itemid%22:%22001-163356%22%7D>

³⁴³ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

³⁴⁴ TEDH, Ünspeđ Paket Servisi San. Ve Tic. A.Ş. vs. Bulgaria (Merits), Sentença de 13 de Outubro de 2015, para. 45. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/app/conversion/pdf/?library=ECHR&id=003-5197573-6435540&filename=Judgments%20of%2013.10.15.pdf>

³⁴⁵ PAUWELYN, Joost. **The Concept of a 'Continuing Violation' of an International Obligation: Selected Problems**. Oxford University Press. The British Yearbook of International Law. 66.1 (1996). p. 415. *Apud*. RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

³⁴⁶ Projeto da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas sobre a responsabilidade Internacional dos Estados:
Art. 14. Extensão no tempo de uma violação de uma obrigação internacional

Essa característica das violações internacionais de direitos humanos é de particular importância em relação ao princípio da não retroatividade dos tratados, pelo qual as normas de um tratado não podem ser aplicadas a eventos ocorridos antes da entrada em vigor para o Estado em questão. No entanto, se a violação ocorreu antes da ratificação do instrumento em questão e ele é classificado como uma violação continuada, o Estado demandado poderá ser responsabilizado, uma vez que, como mencionado, a violação perdura ao longo do tempo³⁴⁷.

Transferindo este entendimento para o caso das pessoas coletivas, o Tribunal defende que, quando estas forem vítimas continuadas de uma violação do Artigo 1 do Protocolo 1, isto é, no caso de lhes serem negadas o acesso, controle, uso ou gozo de suas propriedades, bem como qualquer interferência infundada em seus direitos de propriedade, pode ser configurada uma violação contínua de seus direitos³⁴⁸.

Em conclusão, é evidente como o sistema europeu encontrou a utilidade da proteção dos direitos humanos por meio de pessoas coletivas, entendendo-as como simples criações para o benefício humano³⁴⁹.

No sistema europeu, 8,5% das decisões emitidas de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 tiveram origem em supostas violações do direito de propriedade, das quais 17,2% dos casos foram apresentados pessoas jurídicas como vítimas. O objeto das reivindicações baseadas no direito de propriedade tem sido bastante variado, tendo sido tratadas questões como dívidas estaduais para a privatização de empresas, licitações estaduais irregulares, confisco de produtos, entre outros³⁵⁰.

1. A violação de uma obrigação por um ato de um Estado que não tenha caráter contínuo ocorre no momento em que o ato é realizado, mesmo que seus efeitos perdurem.

Disponível em: <http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/09/Projeto-da-CDI-sobre-Responsabilidade-Internacional-dos-Estados.pdf>

³⁴⁷ RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. *Op Cit...*p. 209-210.

³⁵⁰ Dados disponíveis na base de dados do Tribunal Europeu de Direitos Humanos: <http://hudoc.echr.coe.int>.

Cfr RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. *Op Cit...*p. 282-287.

3.2. DIREITO À VIDA

O direito à vida pode acarretar uma série de desdobramentos em razão da natureza de sua proteção. Isto é, várias discussões acadêmicas podem ser formadas a fim de analisar a compatibilidade do direito à vida com temas como aborto, pena de morte, eutanásia, meio ambiente, etc. Tendo em vista que o foco do presente tópico é analisar a compatibilidade do direito à vida com as pessoas coletivas, referidas discussões tornam-se dispensáveis nesta oportunidade.

Á partir da leitura dos tópicos anteriores nota-se que direito a vida sofre dificuldade de ter sua aplicação em benefício das pessoas coletivas, segundo entendimentos doutrinários e jurisprudenciais. Razão disso se dá, conforme reiteradamente dito, em razão do escopo de sua proteção que passa a ser exposta adiante.

Os redatores da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 detinham fresco em suas memórias os campos de concentração nazistas e a matança, organizada pelo Estado, de milhões de pessoas simplesmente porque eles não eram o tipo de pessoa "correta". O Artigo 3, bem como os artigos 5 e 9 relacionados à proteção contra a tortura e a prisão arbitrária, foram redigidos como forma de uma firme renúncia à crença de Hitler da supremacia do Estado como justificativa para controlar a vida dos indivíduos³⁵¹.

O redator chileno Hernan Santa Cruz explicou que muitos dos artigos da Declaração Universal, se baseiam na crença de que os interesses dos indivíduos vêm antes dos interesses do Estado e que o Estado não deve ser autorizado a privar o indivíduo de sua dignidade e de seus direitos básicos."³⁵²

O direito à vida, neste sentido, passou a ser um dos principais direitos aceitos pelos países, sendo que 77% das constituições do mundo, nos dias de hoje, incluem este direito, em comparação com 27% das constituições em vigor no ano 1945, quando a ONU foi fundada³⁵³.

O direito à vida, que toda pessoa humana possui, é a condição prévia necessária para a realização e o gozo de todos os outros direitos. De fato, sem

³⁵¹Fonte:

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23862&LangID=E>

³⁵² Idem.

³⁵³ Idem.

o direito à vida, os outros direitos da pessoa humana desapareceriam, pois afetaria a própria existência de seu titular. Como resultado, as restrições ao direito à vida que, portanto, constituem uma violação à todos os instrumentos de direitos humanos e comprometem a responsabilidade internacional dos Estados, não são aceitáveis³⁵⁴.

Assim sendo, o artigo 3 da Declaração Universal (direito à vida) enseja muito além do que discussões acerca da pena de morte. Isso foi enfatizado em um documento de “comentário geral” *quasi legal* publicado em outubro de 2018 pelo Comitê de Direitos Humanos, um grupo de especialistas independentes que monitora a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, um dos dois pactos que expandem a Declaração Universal de Direitos Humanos³⁵⁵.

O documento observou que, a obrigação de proteger, respeitar e garantir o direito à vida abrange muitas outras questões, incluindo tecnologias modernas, como o uso de drones em conflitos armados. Olhando para o futuro, o documento assentou que a degradação ambiental, as mudanças climáticas e o desenvolvimento insustentável representam sérias ameaças à capacidade das gerações atuais e futuras de usufruir do direito à vida³⁵⁶.

Outros argumentaram ainda que, o Artigo 3 abrange muitas outras questões, tais como: a privação de cuidados de saúde que leva à morte, assassinatos extrajudiciais, e até mesmo o uso de munição real pelas forças policiais contra manifestantes desarmados³⁵⁷.

Antônio Cançado Trindade, membro do Tribunal Internacional de Justiça, anotou que a privação arbitrária da vida não se limita ao ato ilícito de homicídio, ela se estende à privação do direito de viver com dignidade³⁵⁸.

³⁵⁴ CORAL, Carlos Ayala; RIVERO, María Daniela. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Konrad Adenauer Stiftung. Editores Christian Steiner e Patricia Uribe. 2014. p. 114-115. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_38682-1522-4-30.pdf?140901164826.

³⁵⁵Fonte: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23862&LangID=E>

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ Idem.

Expostas essas considerações sobre o direito à vida, passemos à análise de sua (in)compatibilidade de aplicação às pessoas coletivas.

Existem direitos humanos aos quais as pessoas coletivas, sobretudo as empresas transnacionais, encontram maior resistência de compatibilidade. Dentre esses direitos, sem dúvida, está o direito à vida. A extensão do direito à vida às pessoas jurídicas pode não traduzir-se em um benefício às pessoas naturais. Isto porque, tal resultado equipararia muito as empresas com os seres humanos. Além disso, o reconhecimento de um direito corporativo à vida poderia interferir indevidamente na regulamentação estatal necessária das empresas. Por exemplo, governos nacionais, estaduais e locais poderiam ser prejudicados em seus esforços para suspender ou revogar as cartas constitutivas das empresas inadimplentes no pagamento de impostos ou taxas. Talvez o mais importante seja a revogação dos estatutos das empresas envolvidas em fraudes ou outros abusos da forma corporativa de negócios, que seriam prejudicados na medida em que as empresas teriam direito à mesma proteção de sua existência que os seres humanos têm. A consequência mais extrema de estender o direito à vida às empresas seria a eliminação das leis estaduais de registro e fretamento, uma vez que os incorporadores poderiam argumentar que as entidades que eles criam existem independentemente da ação estatal, baseada em um direito inerente à vida³⁵⁹.

Neste sentido, as razões para estender o direito à vida às pessoas coletivas não são idênticas às que dizem respeito aos seres humanos. Ainda que pessoas jurídicas sejam consideradas "vidas", elas dificilmente podem ser equiparadas à vida humana, o status mais estimado e protegido da lei. Diferentemente das pessoas jurídicas, que vivem em perpetuidade e estão sujeitas à previo processo judicial para terem suas cartas revogadas, a vida humana está exposta a extinção aleatória e espontânea. Ademais, os seres humanos podem ser impactados positiva ou negativamente por uma infinidade de "micro-eventos" associados à sua vida cotidiana, enquanto as empresas são mais propensas a serem afetadas por um conjunto totalmente diferente de "macro-eventos". As empresas são, em grande parte, impermeáveis aos micro-

³⁵⁹ DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations**. *Op Cit...*p. 239.

eventos que afetam a vida de suas contrapartes humanas individuais. A vida corporativa carece da fragilidade da vida humana, o que exige proteção especial. Na medida em que as empresas são pessoas mais robustas, elas não exigem a panóplia completa de proteções estendidas à vida humana em instrumentos internacionais de direitos humanos³⁶⁰.

Por ocasião da opinião consultiva solicitada pela República do Panamá, a Corte Interamericana observou que é necessário esclarecer que cada direito implica uma análise diferente em termos de seu conteúdo e modalidade. Assim, enquanto alguns direitos se relacionam diretamente às funções vitais dos seres humanos ou às funções físicas ou psicológicas do corpo humano, como o direito à vida, liberdade pessoal ou integridade pessoal, outros estão relacionados à relação entre seres humanos e sociedade. Exemplos desse último relacionamento seriam os direitos à propriedade privada, associação, nacionalidade, entre outros³⁶¹.

Nesta seara, a Corte faz alusão a jurisprudência constitucional colombiana no sentido de não reconhecer o direito a vida às pessoas coletivas. *“La jurisprudencia ha hecho distinción respecto de los derechos fundamentales de los cuales puede ser titular una persona jurídica, señalando que algunos de ellos se refieren exclusivamente a la persona humana y, por tanto, aquellas no estarían legitimadas para recurrir a su amparo. Por ejemplo, el derecho a la vida, a la prohibición de la desaparición forzada, tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes o al derecho a la intimidad familiar.”* (Sentencia T – 317 de 2013)³⁶².

O mesmo entendimento já havia sido reconhecido em outros julgados, tais como a Sentencia T – 396 de 1993. *“La persona jurídica no es titular de los derechos inherentes a la persona humana, es cierto, pero sí de derechos fundamentales asimilados, por razonabilidad, a ella. No tiene el derecho a la vida, pero sí al respeto a su existencia jurídica.”*³⁶³

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Opinião Consultiva OC-22/16. p. 38.

³⁶² DE ROA, Alba Liliana Silva. **Observaciones respecto de la solicitud de opinión consultiva elevada por el Estado de Panamá.** Decana Facultad de Derecho y Ciencias Políticas Universidad de San Buenaventura Cali Cali, República de Colombia. p. 18. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/observaciones/panama/26.FacultaddeDerechoyCienciasPoliticasydeLaUniversidadSanBuenaventuradeCali.pdf>

³⁶³ Ibidem. p. 19

A Convenção Americana, por sua vez, através do seu artigo 4³⁶⁴ reconhece o direito de toda pessoa de ter sua vida respeitada e, conseqüentemente, preconiza que ninguém pode ser arbitrariamente privado da vida. O detentor desse direito, portanto, é “toda pessoa”, entendida como tal, “todo ser humano”. Esse reconhecimento em relação a toda pessoa é, por sua vez, reforçado pela cláusula geral de não discriminação, contida no artigo 1 do Convenção Americana³⁶⁵. Diferentemente das disposições previstas no PIDCP e na Convenção Europeia, a Convenção Interamericana introduz no reconhecimento do direito à vida uma referência à proteção “em geral, desde o momento da concepção”³⁶⁶.

Conforme Cecilia Medina, decorre da história do tratado que a expressão “em geral” foi acrescentada ao texto original com o objetivo específico de conciliar a possibilidade de que as leis nacionais permitissem o aborto³⁶⁷. Como conseqüência, segundo a Convenção Americana, o contribuinte do direito à vida é toda pessoa, ou seja, todo ser humano; e a obrigação de sua proteção começa “em geral, desde o momento da concepção”, sem que a Corte Interamericana tenha decidido até o momento, especificamente, sobre o direito interno dos países que autorizam o término voluntário da gravidez ou o aborto³⁶⁸.

Castillo anota um paradigma interessante acerca desse assunto. Assim, ele determina que deve ser estabelecida a amplitude da extensão dos direitos

³⁶⁴ Artigo 4. Direito à vida:

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente. (...).

³⁶⁵ Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

³⁶⁶ CORAL, Carlos Ayala; RIVERO, María Daniela. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. *Op Cit...*p. 114-115..

³⁶⁷ MEDINA, Cecilia. **La Convención Americana; Vida, Integridad personal, Libertad personal, Debido proceso y Recurso Judicial**. Santiago. Universidad de Chile. 2003. p 71. *Apud*. CORAL, Carlos Ayala; RIVERO, María Daniela. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. *Op Cit...*p. 114-115.

³⁶⁸ CORAL, Carlos Ayala; RIVERO, María Daniela. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. *Op Cit...*p. 114-115.

fundamentais às pessoas coletivas. Desse modo, a extensão poderia ser ilimitada ou limitada³⁶⁹.

Poderia ser ilimitado se fosse constatado que pessoas coletivas são realidades iguais às pessoas físicas. Como observado anteriormente, a pessoa natural é uma realidade diferente da pessoa coletiva: enquanto em relação a primeira é possível pregar uma natureza humana (e consequente dignidade humana) cuja constatação permite reconhecer uma capacidade jurídica igual e absoluta, o mesmo não acontece em relação à pessoa coletiva, que é mera criação do direito, à qual é impossível reconhecer a natureza e a dignidade humana³⁷⁰.

Se não for ilimitado, a questão passa a ser saber quais podem ser esses limites. Dada a impossibilidade de formular esses limites de maneira geral, visto que as entidades jurídicas, sendo uma criação da lei, têm capacidade jurídica na medida em que cada lei específica decide, é possível formular alguns critérios que justifiquem a limitação da extensão, ou, em outras palavras, critérios que permitam a extensão "na medida em que sejam extensíveis"³⁷¹. Esses critérios são pelo menos dois: a natureza do direito fundamental, ou seja, seu conteúdo constitucionalmente protegido; e a aptidão do direito fundamental para alcançar o objetivo perseguido pela pessoa coletiva específica³⁷².

Com base nesses critérios, dois tipos de direitos fundamentais podem ser estabelecidos em relação à sua possível titularidade por pessoas coletivas. O primeiro reuniria uma série de direitos que de maneira alguma poderiam ser titularizados por elas. Neste rol estariam direitos como o direito à vida, integridade moral, psicológica e física e ao livre desenvolvimento e bem-estar, dentre outros. Tendo em vista que, o conteúdo desses direitos fundamentais é formulado em referência necessária a um indivíduo (ser humano), eles não são direitos atribuíveis a pessoas coletivas privadas³⁷³.

³⁶⁹ CASTILLO CÓRDOVA, Luis. **La persona jurídica como titular de derechos fundamentales**. Actualidad Jurídica: información especializada para abogados y jueces, tomo 167, 125-134. 2007. p. 11-14. Disponível em: https://pirhua.udep.edu.pe/bitstream/handle/11042/2073/Persona_juridica_como_titular_derechos_fundamentales.pdf?sequence=1

³⁷⁰ Idem

³⁷¹ Idem.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

Num segundo grupo, seriam reunidos direitos fundamentais cuja titularidade é possível ser atribuída a pessoas coletivas privadas. A esse grupo pertenceriam direitos como o direito à propriedade privada, direito à igualdade perante a lei, entre outros. Todos esses direitos fundamentais, tendo em vista que seu conteúdo é formulado fora de um assunto individual, seriam passíveis de serem extensíveis às pessoas coletivas³⁷⁴.

Em suma, nota-se que a teoria abordada por Castillo está em consonância com a jurisprudência colombiana observada pela Corte Interamericana na ocasião da Opinião Consultiva. Isto é, ambos conteúdos foram contrários à concessão de um direito à vida às pessoas coletivas³⁷⁵.

Conforme denota-se, o sistema interamericano ainda possui um estudo muito raso em relação o direito à vida e as pessoas coletivas. Ainda que este direito seja um dos mais desenvolvidos na jurisprudência da Corte, que declarou a violação de tal dispositivo em 65 das 141 sentenças substantivas (até o ano de 2014)³⁷⁶, as maiores discussões e preocupações à respeito deste direito, perante o sistema, está relacionada à outros temas tais como o aborto, a pena de morte, etc. Destarte, a concessão do direito à vida às pessoas coletivas não é uma prioridade do sistema interamericano, de modo que, a jurisprudência da Corte rechaça essa possibilidade invocando os fundamentos de incompatibilidade e nomenclatura da Convenção.

Levando o estudo para o âmbito do sistema europeu, o primeiro caso interessante de se invocar é o de Colas Est vs França. Conforme demonstrou o estudo acima, o Tribunal Europeu, ao aderir ao princípio da interpretação dinâmica, considera a Convenção Europeia um "instrumento vivo" que deve ser interpretado à luz das "condições atuais". No entanto, o acórdão do caso Colas Est parece dar um novo significado (mais amplo) para o termo "condições atuais", que não apenas cobre as necessidades da sociedade atuais, mas também parece se referir à evolução da jurisprudência do próprio Tribunal (e à

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ CORAL, Carlos Ayala; RIVERO, María Daniela. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. *Op Cit...*p. 113.

dinâmica nela). Podemos esclarecer isso citando o seguinte parágrafo do Tribunal³⁷⁷:

*“The Court reiterates that the Convention is a living instrument which must be interpreted in the light of present-day conditions. As regards the rights secured to companies by the Convention, it should be pointed out that the Court [in its Comingersoll judgment] has already recognised a company’s right under Article 41 to compensation for non-pecuniary damage sustained as a result of a violation of Article 6 § 1 of the Convention. Building on its dynamic interpretation of the Convention, the Court considers that the time has come to hold that in certain circumstances the rights guaranteed by Article 8 of the Convention may be construed as including the right to respect for a company’s registered office, branches or other business premises.”*³⁷⁸

Imperioso esclarecer que, o caso mencionado não se refere ao direito à vida, mas sobretudo, ao direito à privacidade das pessoas coletivas. Contudo, a presente abordagem se faz essencial para a compreensão do raciocínio ulterior.

Curiosamente, o Tribunal parece usar a pura dinâmica interna de sua própria jurisprudência, ou seja, sua gradual expansão caso a caso do escopo dos direitos das pessoas coletivas, como um argumento evolutivo (bola de neve) que justifica mais uma expansão que busca incluir as pessoas jurídicas no âmbito protetor do artigo 8 da Convenção (direito à vida privada e familiar). A Corte implica, por meio de sua referência ao acórdão Comingersoll³⁷⁹ (que tem pouca relevância em relação ao direito à privacidade nos termos do artigo 8 da Convenção), que, uma vez que a Corte já aceitou que empresas, assim como seres humanos, podem sofrer danos não pecuniários, é apenas um pequeno passo a mais para atribuir também às empresas o direito à privacidade³⁸⁰.

³⁷⁷ MUIJSEBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

³⁷⁸ TEDH, Société Colas Est v. France, 2002-III, 131, 148-49 (internal citations omitted). *Apud*. MUIJSEBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

³⁷⁹ TEDH, Comingersoll S.A. vS. Portugal, 355. *Apud*. MUIJSEBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

³⁸⁰ MUIJSEBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

Essa constante evolução da jurisprudência do Tribunal aparentemente significa um processo dinâmico de humanização gradual das empresas³⁸¹.

Conforme exaustivamente exposto, existem bons argumentos para afirmar que certos direitos fundamentais da natureza humana, como o direito à vida, não devem conferir nenhuma proteção às pessoas coletivas. O entendimento do Tribunal sobre o princípio da interpretação dinâmica no caso *Colas Est*, no entanto, lança outra luz sobre esta questão, pois traz um novo argumento poderoso em jogo, ou seja, a dinâmica inerente à própria jurisprudência do Tribunal. Trata-se de uma reflexão sobre até que ponto essa dinâmica influenciará o Tribunal, e se referida dinâmica pode superar a divisão inquestionável anteriormente assumida entre a natureza das empresas e a compreensão de direitos fundamentais, como o direito à vida. A jurisprudência do Tribunal já concluiu que as empresas, assim como os seres humanos, podem se organizar, que são capazes de se expressar, que podem desfrutar de sua privacidade e que podem até sofrer perdas não-pecuniárias. Desse modo, não é exagero supor que a humanização dinâmica das empresas, combinada com possíveis demandas corporativas futuras, permitirá em tempo oportuno que as empresas sejam destinatárias do direito à vida³⁸².

Essa suposição é reforçada pela descrição explícita dos juízes Rozakis, Bratza, Caflish e Vajic, em que definem uma empresa como “um organismo vivo independente”³⁸³. Bem, todos os organismos vivos podem morrer e, embora o Tribunal atualmente não pareça querer expandir o direito à vida às empresas, será interessante ver se os argumentos para não oferecer essa expansão podem resistir à jurisprudência dinâmica inerente ao próprio Tribunal³⁸⁴.

Diante de tais reflexões, torna-se bastante proveitoso trazer um estudo aprofundado do caso *Yukos vs Rússia*³⁸⁵, que reflete na prática uma combinação

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem.

³⁸³ TEDH, *Comingersoll SA v. Portugal*, 2000-IV. 355, 368 (Rozakis, Bratza, Caflish, & Vajic concurring). *Apud*. MUIJSENBURGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

³⁸⁴ MUIJSENBURGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

³⁸⁵ TEDH, *OAO Neftyanaya Kompaniya Yukos vs. Russia*. Application No. 14902/04. Julgamento de 20 de setembro de 2011. Final 08/03/2012. Disponível em: [https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:\[%22001-106308%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:[%22001-106308%22]})

de fundamentos que, de modo mais simples (talvez grosseira), trata-se da perseguição da concessão do direito à vida para pessoas jurídicas, bem como demonstra o atual posicionamento do sistema europeu sobre esta matéria.

Michail Khodorkovsky nasceu no dia 26 de junho de 1963 na cidade de Moscou. Nos anos 90, com a expansão de oportunidades devido à Perestroika de Gorbachev e com o advento do capitalismo russo, Khodorkovsky concentrou seus esforços na indústria petrolífera e subiu ao cargo de CEO da empresa Yukos Oil Company, fundada no ano de 1993. Sob a liderança de Khodorkovsky, a Yukos floresceu e acumulou uma tremenda riqueza e influência, fazendo de Khodorkovsky um dos homens mais poderosos da Rússia. No entanto, suas políticas e opiniões colidiram com as do então primeiro-ministro Putin e, no final de 2003, a Federação Russa se questionou se a Yukos havia diligentemente pago seus impostos devidamente³⁸⁶.

A Federação Russa lançou os ataques em 2003, prendendo Khodorkovsky em 25 de outubro e depois mirando sua empresa. Após a emissão anterior de vários certificados pelo Ministério Tributário da Rússia, nos quais a Yukos havia sido liberada de qualquer dívida tributária, o Ministério Tributário decidiu anunciar uma reaudição em 8 de dezembro de 2003. Em apenas três semanas, a auditoria levou o Ministério Tributário a concluir que a Yukos devia 2,9 bilhões de euros em impostos atrasados, juros e multas ao longo do ano 2000. Em 14 de abril de 2004, a Yukos foi convocada a pagar esse valor dentro de um período de apenas dois dias. Contudo, a Federação Russa não estava disposta a esperar sequer esse curto período. No dia seguinte, o Ministério dos Tributos solicitou a um tribunal de Moscou que ordenasse à Yukos o pagamento do valor reivindicado e que emitisse uma ordem de congelamento sobre os bens da Yukos. O tribunal emitiu a ordem no mesmo dia, impossibilitando a Yukos de liberar quaisquer ativos para pagar a dívida que o Ministério dos Impostos alegou que queria liquidar. As audiências sobre o mérito estavam programadas para começar em 21 de maio de 2004. O pedido de adiamento da Yukos foi negado³⁸⁷.

³⁸⁶ SAKWA, Richard. **The quality of freedom: Khodorkovsky, Putin, and the Yukos affair**. OUP Oxford. 2009. p. 30-66. *Apud*. MUIJSENBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

³⁸⁷ MUIJSENBERGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. *Op Cit...*p. 59-68.

Apenas alguns dias antes das audiências (em 17, 18 e 20 de maio), o Ministério dos Tributos forneceu à Yukos mais de 71.000 páginas de documentos não numerados para preparar sua defesa. Por outro lado, o Ministério dos Tributos apresentou um processo numerado e bem ordenado ao tribunal, sendo que a Yukos não recebeu cópia deste arquivo. Em 26 de maio de 2004, o tribunal ordenou que a Yukos resolvesse grande parte da reclamação³⁸⁸. Depois de um processo de apelação improcedente para a Yukos, o Ministério dos Tributos partiu para medidas de execução. Leiloou o principal ativo da Yukos, sua empresa de produção de joias da coroa, Oil Company Yuganskneftegaz, por um valor muito aquém de seu porte. Por meio de um licitante desconhecido chamado Baikal Finance Group, a Yuganskneftegaz acabou nas mãos da estatal Rosneft Oil Company. Mais tarde, a Rosneft teria um papel instrumental no início dos procedimentos que levaram à falência da Yukos em 4 de agosto de 2006 e a nomeação de Eduard Rebgun como recebedor. Rebgun passou a vender todos os ativos da Yukos. A empresa foi finalmente liquidada em 12 de novembro de 2007, momento em que a Yukos deixou de existir³⁸⁹.

A avaliação tributária do ano 2000 mostrou-se apenas a primeira, pois o Ministério Tributário exigiu, subsequentemente, de maneira semelhante, o pagamento de impostos atrasados dos anos 2001-2004, totalizando 20,1 bilhões de euros. No entanto, já em 23 de abril de 2004, Piers Gardner, como Conselheiro em nome da Yukos Oil, apresentou uma demanda ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, nos termos do artigo 34 da Convenção³⁹⁰.

Em princípio, deve ser observado que o aspecto interessante do caso Yukos não diz respeito somente à questão de saber se as disposições invocadas sobre direitos humanos podem ser aplicáveis às pessoas coletivas. Em verdade, nenhum dos direitos humanos em questão apresentou ao Tribunal dificuldades interpretativas a esse respeito. A aplicabilidade dos direitos invocados às empresas nunca foi um tópico de discussão. Dito isso, uma característica marcante desse caso implica a demonstração convincente da importância da mera disponibilidade de um Tribunal, como local judicial internacional

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ Idem.

independente, para uma corporação brutalizada que simplesmente não tinha mais para onde ir³⁹¹.

Para decidir sobre a admissibilidade do pedido de Yukos junto à Corte, o caso foi encaminhado para uma Câmara presidida por Christos Rozakis e que incluía Valeriy Musin como juiz da Federação Russa junto à Corte. Quase cinco anos após a apresentação do pedido, a Câmara proferiu sua decisão de admissibilidade em 29 de janeiro de 2009³⁹².

Em sua petição, a Yukos alegou que a Federação da Rússia violou várias disposições da Convenção. Contudo, antes de abordar as principais reclamações e as avaliações feitas pelo Tribunal, é importante destacar uma importante objeção realizada pela Federação Russa em relação à jurisdição do Tribunal. Em dezembro de 2007, a Federação Russa alegou que o Tribunal havia perdido a jurisdição *ratione personae* para ouvir o caso, tendo em vista que a Yukos, como empresa requerente, teria deixado de existir em 12 de novembro de 2007 após sua falência e subsequente liquidação pelo governo russo³⁹³.

O Tribunal reconheceu que a presença de uma “vítima” é indispensável para impulsionar os mecanismos de proteção da Convenção, mas recusou-se a aderir a uma aplicação rígida desse critério. Decidir de outra forma prejudicaria, de acordo com o Tribunal, a própria essência do direito de pedidos individuais de pessoas coletivas, uma vez que incentivaria os governos a privar as entidades da possibilidade de buscar um pedido que foi apresentado em um momento em que gozavam de personalidade jurídica. Argumentando que essa questão, por si só, transcende os interesses da requerente, a Corte rejeitou a objeção da Federação Russa³⁹⁴.

Nesta oportunidade é interessante realizar alguns questionamentos. E se a Yukos não tivesse apresentado o pedido antes de sua liquidação? Sua liquidação forçada em 12 de novembro de 2007 (seu “assassinato” pelo governo russo) a impediria de levar sua situação à Corte? Fazer estas perguntas permite sustentar a conveniência de um direito corporativo à vida nessas circunstâncias. Esse direito permitiria plausivelmente o argumento de que o punhal final de

³⁹¹ Idem.

³⁹² Idem.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Idem.

liquidação do governo russo foi injustificado e não poderia razoavelmente levar ao fim da existência da Yukos e, portanto, de sua capacidade de levar sua situação a um tribunal. De todo modo, para Yukos, nada disso entrou em jogo, tendo em vista que, a mesma apresentou sua demanda antes da liquidação em 12 de novembro de 2007³⁹⁵.

A principal queixa da Yukos foi com relação à violação de seu direito a um julgamento justo nos termos do artigo 6 da Convenção, em particular no que diz respeito aos procedimentos de avaliação fiscal de 2000. Foi argumentado, entre outras coisas, que a Federação Russa havia interposto a ação dentro do período de carência; que a Yukos teve muito pouco tempo para preparar sua defesa; que não foi concedida à Yukos a oportunidade de se familiarizar com todas as evidências apresentadas; que os tribunais, em primeira e segunda instância, erraram ao recusar o adiamento do processo e que o tribunal de primeira instância pronunciou seu julgamento sem estudar todas as evidências³⁹⁶.

O Tribunal constatou que esses argumentos suscitavam sérias questões de fato e de direito, que exigiam uma análise dos méritos³⁹⁷.

Também foi invocado como alegação da Yukos o artigo 1 do Protocolo 1 da Convenção, que declara que “[e]very natural or legal person is entitled to the peaceful enjoyment of his possessions.” Neste sentido, a Yukos alegou que as autuações fiscais de 2000-2003 violaram seu direito a um gozo pacífico de seus bens: (a) argumentou que os passivos e procedimentos tributários eram ferramentas destinadas a disfarçar uma expropriação de fato; (b) que a apreensão de seus ativos era desproporcional, uma vez que, a ordem de congelamento emitida visava ativos que valiam consideravelmente mais do que a responsabilidade da empresa na época; (c) que as autoridades se recusaram a usar meios realistas para a liquidação da dívida; e (d) que a venda de suas ações na Yuganskneftegaz (com uma subavaliação bruta) por meio de leilão controlado por um licitante falso era ilegal³⁹⁸.

O Tribunal também considerou admissível essa parte do pedido³⁹⁹.

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem.

Por fim, a Yukos argumentou que as ações seletivas descritas pela Federação Russa, bem como sua adesão a uma interpretação imprevisível e sem precedentes de leis relevantes, constituíam uma violação do artigo 7 da Convenção (nenhuma punição sem lei); Artigo 14 da Convenção (proibição de discriminação); Artigo 13 da Convenção (direito a um recurso interno eficaz); e o artigo 18 da Convenção (a proibição de aplicar as restrições permitidas pela Convenção aos direitos nela contidos para qualquer finalidade que não seja aquela permitida pela Convenção)⁴⁰⁰.

O Tribunal entendeu que essas supostas violações também exigiam uma análise dos méritos⁴⁰¹.

Assim, apesar da inadmissibilidade de pequenos trechos, a grande maioria do pedido da Yukos foi admitido, abrindo caminho para um julgamento antecipado do mérito⁴⁰².

Finalmente no dia 20 de setembro de 2011, a Corte proferiu seu julgamento tão aguardado⁴⁰³. O julgamento foi recheado de facetas bem interessantes que poderia render exaustivas análises e discussões, desse modo o presente estudo irá se reter aos aspectos mais importantes relacionados ao tema.

Primeiramente, é válido salientar a metodologia utilizada pela Corte a fim de harmonizar sua tarefa principal, de ser a principal guardiã dos direitos humanos da Europa, com o ambiente inevitavelmente político em que seus juízes são encarregados de realizar referida tarefa. A Corte tem pouca opção a não ser seguir uma linha tênue, já que a própria existência dessa Corte, extremamente importante e apreciada depende, em última instância, inteiramente do consentimento dos Estados que são partes da Convenção. O julgamento da Yukos sobre o mérito pode ser visto como um produto de um ato de primoroso equilíbrio, realizado pelo Tribunal da melhor maneira possível. Buscando dar maior objetividade ao presente estudo, será dispensada uma

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Idem.

análise mais aprofundada sobre as considerações acima, de modo que seja maior enfatizado as principais conclusões do Tribunal⁴⁰⁴.

Com relação ao artigo 6 da Convenção (direito a um processo equitativo), a Corte aceitou a alegação de Yukos de que a Federação Russa havia violado seu dever de fornecer um julgamento justo. O Tribunal considerou que a Federação Russa falhou ao oferecer à Yukos tempo insuficiente para estudar e se preparar adequadamente para o caso, bem como entendeu que a restrição que impediu a Yukos de apresentar recurso foi injustificável⁴⁰⁵.

Com relação ao artigo 1 do Protocolo 1 da Convenção (proteção da propriedade), o Tribunal constatou que, em relação à imposição de sanções relativas aos procedimentos de autuação fiscal de 2000, a interferência nos bens da Yukos foi ilegal por causa de uma mudança imprevista na interpretação de um prazo legal previsto em um estatuto, que estabelecia o período durante o qual a Yukos poderia ter sido responsabilizada. Além disso, o Tribunal constatou que o processo de execução da Federação Russa contra a Yukos violou o mesmo dispositivo, ao não fornecer um equilíbrio justo entre o objetivo legítimo do processo e as medidas adotadas. Essa decisão foi justificada com base na escolha das autoridades russas em não considerar outras opções de execução antes de visar a Companhia Petrolífera Yuganskneftegaz, que era o principal ativo da Yukos e sua única esperança de sobrevivência⁴⁰⁶.

Apesar de acolher as alegações acima, a Corte também rejeitou algumas reclamações da Yukos. Entre elas, a Corte rejeitou a alegação de que a interpretação do direito interno sobre autuações fiscais foi irracional e imprevisível. Decidiu, portanto, que as autuações cumpriam os requisitos de legalidade do Artigo 1 do Protocolo 1 da Convenção. Além disso, a Corte rejeitou as alegações da Yukos de que as autuações perseguiam um objetivo ilegítimo e eram desproporcionais⁴⁰⁷.

Com relação ao artigo 14 da Convenção (proibição da discriminação), combinado com o artigo 1 do Protocolo 1 da Convenção, a Corte também rejeitou a reivindicação de tratamento discriminatório contra a Yukos, concluindo que a

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ Idem.

Yukos não conseguiu convencer a Corte de que outras empresas mantinham políticas tributárias semelhantes sem serem alvo das autoridades russas⁴⁰⁸.

Com relação ao artigo 18 da Convenção (limitação da aplicação de restrições aos direitos), combinado com o artigo 1 do Protocolo 1 da Convenção, a Corte rejeitou a alegação da Yukos de que o processo contra ela foi utilizado pela Federação Russa com o objetivo de expropriar e destruir a empresa⁴⁰⁹. Válido mencionar aqui que, a Corte exige um padrão de prova muito exato para o reconhecimento de uma violação do artigo 18 da Convenção, descrita em um caso anterior como “an incontrovertible and direct proof.”⁴¹⁰

Considerando a decisão como um todo, é possível dizer que a Yukos obteve vantagem, muito embora nem todos seus pedidos foram acolhidos. Em algumas questões importantes, principalmente as alegações relativas à um processo equitativo e à legitimidade dos procedimentos de execução, a Yukos (até certo ponto) recebeu o que queria. Por outro lado, em outros pontos, especialmente em relação à natureza e o objetivo dos procedimentos fiscais, o Tribunal não decidiu a favor de Yukos⁴¹¹.

O Tribunal reservou a questão da indenização pelos danos sofridos pela Yukos e convidou as partes a notificar o Tribunal de qualquer acordo que pudessem chegar a esse respeito⁴¹².

O presente caso demonstra perfeitamente a importância da existência da Convenção Europeia de Direitos do Homem e como ela pode servir para beneficiar as pessoas coletivas. Graças à este instrumento a Yukos pôde levar sua reivindicação a nível internacional. Era evidente que, a sorte de Yukos nas instâncias internas da Federação Russa havia acabado e que, se houvesse alguma justiça a ser obtida, teria que vir de um órgão judicial internacional⁴¹³.

Tendo em vista que, a Yukos era uma empresa russa (e, portanto, de nacionalidade russa), ela não tinha um Estado (de origem) para defender sua causa em um processo contra a Federação Russa perante o Tribunal

⁴⁰⁸ Idem.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Idem.

Internacional de Justiça. Afinal, o Estado de origem da Yukos era seu próprio adversário, a própria Federação Russa⁴¹⁴.

Ademais, a Yukos não poderia apresentar uma queixa perante um tribunal arbitral internacional sob um tratado bilateral de investimento, porque esse tribunal só tem jurisdição sobre reclamações feitas contra um Estado (por exemplo, a Federação Russa no caso Yukos) por nacionais do outro Estado que seja parte do tratado bilateral de investimentos. Sabendo que, a Yukos era uma empresa russa (e não nacional de nenhum outro Estado), seu investimento na Federação Russa não poderia ser governado por nenhum tratado bilateral de investimento concluído pela Federação Russa com outro Estado⁴¹⁵.

A Yukos foi, portanto, essencialmente isolada de todos os canais internacionais de revisão judicial, porque seu caso simplesmente dizia respeito a um assunto interno da Rússia⁴¹⁶.

Diante do exposto, a Convenção Européia de Direitos Humanos revelou seu grande significado, a saber, a criação de um tribunal internacional que (também) julga casos completamente nacionais quando os valores em disputa são de natureza tão fundamental que sua proteção transcende a ordem e a legalidade nacionais e interessa a comunidade internacional como um todo. Sem a Convenção, e sua devida inclusão de pessoas coletivas em seu âmbito protetor, a Yukos teria ficado impotente em sua busca por justiça. Simplesmente não teria sido capaz de responsabilizar o governo russo por suas violações⁴¹⁷.

Conforme visto, os fundamentos de direito trazidos pela Yukos não englobaram razões que discutem, especificamente, o direito à vida, muito embora o real escopo da demanda foi buscar a “sobrevivência” da empresa.

Casos como este instigam a reflexão acerca do supramencionado raciocínio sobre a dinâmica evolutiva do Tribunal Europeu. Isto é, a expansão da jurisprudência interna do Tribunal no sentido de permitir maior aplicabilidade dos direitos convencionais às pessoas coletivas, traduzindo-se numa “humanização” de tais entidades.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem.

Talvez o atual momento não estimulou os demandantes a buscarem seus objetivos invocando o fundamento do direito à vida em face da dificuldade doutrinária, e até mesmo jurisprudencial, em aceitar a compatibilidade deste direito com as pessoas coletivas. Contudo, fato é que, por meio de outros fundamentos, o Tribunal Europeu protegeu, em certa medida, o direito à vida da Yukos, na medida em que, admitiu a queixa da empresa já liquidada, bem como considerou ilegal vários procedimentos de execução fiscal operados pelo governo russo, o que garantiu o direito à indenizações para Yukos, e, consequentemente, uma sobrevida à empresa.

Por ora, não é possível precisar qual o posicionamento do Tribunal Europeu sobre a compatibilidade do direito à vida com as pessoas coletivas, visto que não foi invocado especificamente este fundamento pela Yukos. Contudo, diante das razões colocadas com relação à dinâmica evolutiva, e, a proteção, em medida, concedida à Yukos no presente caso, não seria impossível pensar numa futura possibilidade de aceitação de entendimento no sentido de permitir a concessão deste direito às pessoas coletivas.

Por derradeiro, resta abordar outro tipo de associação que se dá entre o direito à vida e as pessoas coletivas. Trata-se da responsabilidade de que as pessoas coletivas podem/devem ter para que o direito à vida não seja violado e, portanto, protegido.

Nos termos dos artigos 3, 5 e 9 da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), toda pessoa tem direito à vida, liberdade e segurança pessoal; o direito de estar livre de tortura e tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes; e ninguém pode ser submetido a tortura prisão ou detenção arbitrária. Por meio desses artigos, a DUDH limita a capacidade dos Estados e de outros atores, incluindo pessoas coletivas, de aplicar medidas de segurança. Segundo esse princípio, todas as empresas devem garantir que quaisquer dispositivos de segurança protejam os direitos humanos e sejam compatíveis com os padrões internacionais de aplicação da lei⁴¹⁸.

⁴¹⁸ PROCHAZKA, Susanne. **Did You Ever Expect a Corporation to Have a Conscience? Human Rights Obligations of Transnational Corporations**. ISSN 2059-8092. (2015). p. 84-108. Disponível em: <https://www.qmul.ac.uk/law/humanrights/media/humanrights/news/hrlr/2015/Prochazka-2015-2-QMHRR-84.pdf>

Neste sentido, as empresas devem empregar procedimentos de segurança que incluam medidas para evitar força excessiva, tortura ou crueldade, tratamento desumano ou degradante. Além disso, qualquer queixa sobre procedimentos de segurança deve ser prontamente e independentemente investigada. A necessidade de regras mais firmes restringindo o uso corporativo das forças de segurança é demonstrada pela história por trás do caso Kiobel, em que a Royal Dutch Petroleum / Shell foi supostamente cúmplice nas ações de suas forças de segurança privada na tortura e execuções extrajudiciais de membros de um grupo ambientalista (Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni).⁴¹⁹

Conforme sabido, o direito à vida é um dos direitos humanos mais fundamentais, dos quais não é permitida nenhuma derrogação. Sob o dever de respeitar o direito à vida, uma pessoa coletiva deve abster-se de qualquer ação que infrinja esse direito e cause perda de vidas. Exemplos flagrantes em que as pessoas coletivas desrespeitam o direito à vida variam da poluição ambiental catastrófica, ao suposto uso de esquadrões da morte na Colômbia⁴²⁰.

O dever de proteger o direito à vida também obriga uma empresa transnacional a garantir que seus parceiros de negócios não violem o direito à vida. As violações deste dever ocorrem frequentemente no contexto das empresas e nos arranjos de segurança feitos com as forças armadas privadas. Outro incidente que pode ilustrar essa situação diz respeito às operações de extração de petróleo da Chevron na Nigéria. Em 1998, as forças de segurança nigerianas, contratadas e equipadas pela Chevron, mataram ativistas nigerianos que haviam assumido o controle de uma plataforma de petróleo em protesto pelos danos ambientais e injustiças sociais causadas pelas perfurações. As forças de segurança nigerianas são conhecidas pelo uso excessivo de violência e violações dos direitos humanos⁴²¹. Nas situações em que as empresas envolvem grupos de segurança privada, elas devem desenvolver ativamente um

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ Human Rights Watch, **The Price of Oil: Corporate Responsibility and Human Rights Violations in Nigeria's Oil Producing Communities** (Human Rights Watch January 1999). Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1999/nigeria/> e <https://www.hrw.org/legacy/reports/1999/nigeria/nigeria0199.pdf>

relacionamento que antecipa e impede qualquer violação do direito à vida. Para cumprir a obrigação de proteger o direito à vida, as empresas devem formular e fazer cumprir contratos que proíbem violações de direitos humanos, estabelecer políticas de triagem que excluam as forças de segurança notórias por violência excessiva no processo de contratação, fornecer treinamento necessário às forças de segurança, sem prejuízo de demais medidas⁴²².

Reforçando as informações anteriores, a introdução da Estrutura de Relatórios dos Princípios Orientadores das Nações Unidas explica que o direito à vida é o direito de não ser privado da vida de forma arbitrária ou ilegal e o direito de ter a vida protegida, por exemplo, de ataques físicos ou riscos de saúde e segurança⁴²³.

Em seguida, exemplifica algumas maneiras em que uma pessoa coletiva pode violar tal direito: O uso letal da força pelas forças de segurança (estaduais ou privadas) para proteger os recursos, instalações ou pessoal da empresa; Operações que representam riscos de segurança que ameaçam a vida dos trabalhadores ou das comunidades vizinhas, por exemplo, por exposição a produtos químicos tóxicos; Fabricação e venda de produtos com falhas letais⁴²⁴.

⁴²² PROCHAZKA, Susanne. **Did You Ever Expect a Corporation to Have a Conscience? Human Rights Obligations of Transnational Corporations.** *Op Cit.*...p. 84-109.

⁴²³ UN Guiding principles reporting framework. **The relationship between business and Human Rights.** Disponível em: https://www.ungpreporting.org/wp-content/uploads/2015/07/UNGPRF_businesshumanrightsimpacts.pdf

⁴²⁴ Idem.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, observa-se que os direitos humanos e fundamentais foram positivados no intuito de fornecer proteção à integridade física e psicológica dos seres humanos, de modo à evitar arbitrariedades estatais, e , concomitantemente, promover a dignidade da pessoa humana. Apesar dessa premissa, que conduz ao entendimento de que a aplicabilidade dos direitos humanos se restringem às pessoas físicas, o estudo demonstrou que realizar essa conclusão pode ser uma atitude simplista e precipitada.

Notou-se que, muitos juristas compactuam da ideia de que, sendo as pessoas coletivas um substrato da existência humana, dilatar os direitos humanos às pessoas coletivas pode ser uma ação congruente com o escopo dos diplomas de direitos humanos, que visam, em sua essência, proteger os indivíduos. Assim, os defensores desse entendimento argumentam que ao conceder um direito humano a uma pessoa coletiva, o direito estaria protegendo os interesses das próprias pessoas físicas que atuam por detrás dessa entidade, sem que haja qualquer prejuízo para os seres humanos. Para defender este posicionamento, foram utilizadas técnicas de fundamentação referente à nomenclatura contida nos diplomas internacionais, que muitas vezes prevêm a garantia de direito à “todos” ou “todas as pessoas”, o que permite o surgimento de argumentos no sentido de considerar tais termos como abrangentes às pessoas coletivas.

Em contrapartida, outros juristas são resistentes à ideia de estender os direitos humanos às pessoas coletivas. As principais sustentações dessa posição recaem sobre a inconciliabilidade de nomenclatura, assim, são mais literais na interpretação de que direitos “humanos” se restringem aos seres “humanos”. Também há aqueles que entendem que, ao conceder direitos humanos às pessoas coletivas, o direito estaria deixando os indivíduos mais vulneráveis em relação às empresas, o que vai de encontro ao escopo das convenções internacionais.

Talvez através de uma síntese dessas correntes, alguns autores propõem uma segmentação das normas contidas nos instrumentos de defesa dos direitos humanos, de maneira que, classificam os dispositivos entre aqueles que são

compatíveis e aqueles que são incompatíveis de serem aplicados às pessoas coletivas. Referida (in)compatibilidade é auferida em razão da natureza do dispositivo, isto é, através de uma análise do escopo da norma, bem como da possibilidade concreta de aplicação. Neste sentido, exemplo de norma compatível seria o direito à propriedade e exemplo de norma incompatível seria o direito à vida.

Além dessa problemática, o estudo demonstrou que o assunto pode se tornar ainda mais complexo quando analisadas as formas de proteção com que as pessoas coletivas podem, eventualmente, se beneficiar dos direitos humanos. Trata-se do que pode ser chamado de proteção direta e proteção indireta. Foi visto que, através da proteção direta uma pessoa coletiva poderia pleitear proteção perante um órgão internacional, em nome próprio, isto é, na condição de vítima. Já na proteção indireta, um indivíduo interessado, poderia pleitear proteção perante um órgão internacional para tutelar um direito que atinja os interesses de uma pessoa coletiva, contudo, na condição de vítima estaria o indivíduo interessado, ou seja, a pessoa física.

Posto isso, observou-se que cada sistema de proteção possui seu próprio entendimento e jurisprudência a respeito da concessão de direitos às pessoas coletivas que, ora podem coincidir, ora podem ser bastante divergentes. Nesta etapa conclusiva, é válido destacar sinteticamente qual é o entendimento dos principais tribunais de direitos humanos.

Em âmbito universal, o Comitê de Direitos Humanos autoriza que pessoas coletivas apresentem comunicações de violação de direitos humanos ao órgão, contudo, isso não deve ser confundido com a possibilidade de pessoas coletivas se figurarem como vítimas. Desse modo, o CDH não reconhece a proteção direta de pessoas coletivas, sendo que, em situações excepcionalíssimas a proteção indireta é reconhecida.

O sistema interamericano segue um entendimento aproximado ao do Comitê de Direitos Humanos. Assim, o sistema interamericano permite que pessoas coletivas apresentem queixas perante a Comissão Interamericana, no entanto, não podem receber proteção direta da Corte, isto é, serem colocadas na condição de vítima. Talvez de maneira menos limitada do que no sistema

universal, as pessoas coletivas podem receber proteção indireta em casos excepcionais.

O sistema europeu prevê expressamente que o direito à propriedade é assegurado às pessoas coletivas. Muito embora este seja o único dispositivo que expressamente preveja este direito, a jurisprudência europeia já adotou o entendimento de que outros direitos da convenção podem ser concedidos às pessoas coletivas. Desse modo, o Tribunal Europeu é mais aberto à proteção direta das pessoas coletivas, diferentemente dos sistemas interamericano e africano. Além disso, o sistema europeu permite a proteção indireta das pessoas coletivas quando a proteção direta é insatisfatória ou insuficiente.

O sistema africano, por seu turno, apesar de não ser muito claro, não contém, em princípio, nenhum óbice à proteção direta ou indireta das pessoas coletivas, o que leva a crer que talvez seja o sistema de aplicação mais ampla às pessoas coletivas. No entanto, deve-se ressaltar que sua convenção pode não ser a mais adequada para garantir proteção das pessoas coletivas, além de não figurar um objetivo do instrumento.

Satisfeita esta parte genérica em relação à aplicabilidade dos direitos humanos às pessoas coletivas, o estudo avançou no estudo de dois dispositivos de natureza distinta (direito à propriedade e direito à vida), a fim de analisar qual foram as considerações dos tribunais internacionais quando tais direitos foram invocados no intuito de beneficiar uma pessoa coletiva.

A respeito do direito à propriedade, foram analisados casos levados ao sistema interamericano e ao sistema europeu. A análise confirma que os dois sistemas possuem jurisprudência bastante distintas no tocante à concessão deste direito às pessoas coletivas.

A Comissão Interamericana possui uma receptividade bastante restrita, em comparação com o sistema europeu, para acolher casos que envolvam direitos de propriedade de uma pessoa coletiva ou interessados.

Como primeira razão dessa resistência interamericana, pode-se destacar o entendimento da Comissão de que a convenção, salvo raríssimas exceções, preza pela defesa exclusiva de seres humanos. Além disso, a Comissão segue a diretriz que determina que os acionistas (interessados) não podem se considerar vítimas de atos que afetem os direitos de uma entidade, salvo se

provarem que seus direitos foram diretamente afetados. Por último, existe a questão do esgotamento dos recursos internos. A maior parte dos ordenamentos internos dos países que integram o sistema interamericano determinam que a busca por reparação de violações cometidas diretamente contra uma pessoa coletiva devem ser propostas em nome da mesma, isto é, não devem ser propostas em nome dos interessados. Já a Comissão preceitua que os recursos internos devem ser esgotados em nome da mesma pessoa que levar o caso ao nível internacional. Desse modo, a Comissão segue resistente em acolher queixas em que os recursos internos esgotaram em nome da pessoa coletiva, mas que foram levados à instância internacional em nome dos interessados, pessoas físicas.

Sem prejuízo do exposto, após uma análise dos casos mais recentes averiguados pela Corte, observou-se uma leve evolução de entendimento no sentido de que não é exigido, imprescindivelmente, que os recursos nacionais tenham sido esgotados pela pessoa física para que o pleito possa seguir à instância internacional, isto é, em raras exceções os recursos podem ser esgotados em nome da pessoa coletiva. De todo modo, isto não altera o entendimento de que somente seres humanos podem pleitear proteção perante o sistema interamericano, na medida que, nesta hipótese levantada, os interessados (acionistas, diretores, etc) devem comprovar claramente que houve afetação de seus direitos, muito embora esta “afetação” não tenha sido muito bem conceituada.

Este entendimento foi consolidado na oportunidade da Opinião Consultiva emitida pela República do Panamá, em que a Corte sustentou que os acionistas ou membros de pessoas jurídicas, em situações especiais, podem recorrer à instância internacional sem que os recursos das instâncias nacionais tenham sido esgotados pela pessoa coletiva.

Ainda sob o sistema interamericano, na mesma Opinião Consultiva, a Corte também consolidou o entendimento que já vinha sendo adotado em casos recentes em direção à garantir às comunidades indígenas o direito de ingressarem perante o sistema interamericano, em nome da pessoa coletiva, a fim de assegurar a tutela de seus direitos, portanto, sendo essa uma exceção à regra geral.

Nota-se, diante dessas exposições, que o sistema interamericano é composto de muitas peculiaridades no tocante à concessão do direito à propriedade às pessoas coletivas, caracterizando-se por não ser um sistema muito previsível em relação à este tema.

Por sua vez, o sistema europeu, através do primeiro Protocolo Adicional à Convenção Europeia, previu expressamente o direito à propriedade às pessoas coletivas, o que torna a situação bem menos complexa que o sistema interamericano. Merece atenção, no entanto, observar as regras contidas no dispositivo. Desse modo, a regra geral é de que deve ser respeitado o gozo pacífico da propriedade. Contudo, o próprio dispositivo afirma a relatividade desse direito fazendo referência à privação da propriedade (expropriação), bem como prevê a hipótese que garante aos Estados o direito de controlar o uso de bens de acordo com o interesse geral, aplicando regras que considerem necessárias para isso.

Neste sentido, observa-se que no sistema europeu não há polêmica em relação à possibilidade de conceder o direito à propriedade às pessoas coletivas, por assim dizer. As eventuais polêmicas, contudo, podem surgir em relação à aplicabilidade da norma no caso concreto.

Por último, o estudo examinou a possibilidade de concessão do direito à vida às pessoas coletivas. Em verdade não é conhecido algum caso que algum organismo internacional tenha estudado conceder este direito, propriamente dito, à uma pessoa coletiva. Contudo, mais uma vez é possível perceber posturas diferentes em relação aos sistemas interamericano e europeu.

O sistema interamericano já encontra dificuldade em conceder às pessoas coletivas direitos, em tese, compatíveis com as mesmas, situação diversa não seria coerente em relação aos direitos, em tese, incompatíveis. Isto foi o que a Corte deixou claro por ocasião da Opinião Consultiva solicitada pela República do Panamá. Assim, a Corte Interamericana fez alusão à jurisprudência colombiana em que foi dito que pessoas jurídicas não podem ser titulares do direito à vida, deixando clara sua tendência de seguir resistente em relação ao tema.

Tendo em vista que o sistema europeu é o que demonstra maior tangibilidade em relação à extensão dos direitos humanos às pessoas coletivas, foi trazido à tona um caso muito interessante que ocorreu perante este Tribunal.

O caso Yukos vs. Rússia apresentou figurativamente uma tentativa de assassinato de uma pessoa coletiva orquestrada pelo governo russo. Em suma, foram evidenciadas uma série de medidas estatais que resultaram na dissolução da empresa Yukos. O caso foi levado ao Tribunal Europeu que proferiu uma decisão recheada de facetas, isto é, decidiu ora favorável à empresa Yukos, ora favorável ao Estado russo.

Diante disso, merece destaque a deliberação do Tribunal no sentido de acolher a tese levantada pela Yukos de que o julgamento nas instâncias nacionais violaram o direito convencional à um processo equitativo e justo. Referida decisão foi essencial para garantir uma sobrevida à corporação.

Embora a empresa Yukos não tenha elencado em seus fundamentos o direito à vida, restou claro que o que estava em jogo neste caso era a sobrevivência de uma pessoa coletiva. O que merece destaque diante dessas considerações é o fato deste caso instigar a reflexão sobre a dinâmica evolutiva do Tribunal Europeu. Em outras palavras, o caso contribui para o debate da expansão da jurisprudência europeia em direção à “humanização” das pessoas coletivas.

Corroborar este entendimento, a alusão realizada sobre casos anteriores em que o Tribunal Europeu considerou estender às pessoas coletivas, direitos que, até então, eram considerados incompatíveis de serem aplicados, como por exemplo o direito à privacidade.

Por fim, é interessante destacar que, ainda que através de outros fundamentos, o Tribunal Europeu salvaguardou, de certo modo, o direito à vida de uma pessoa coletiva (a empresa Yukos), tendo em vista que, admitiu a queixa da empresa já dissolvida, e ainda acolheu seus fundamentos acerca da ilegalidade dos procedimentos de execução fiscal realizados pelo Estado russo, o que traduziu-se em um direito de indenizações devidas à Yukos e garantiu uma sobrevida à mesma.

Por derradeira conclusão, o estudo demonstrou que a aplicabilidade dos direitos humanos às pessoas coletivas é um tema que pode atingir vasta

complexidade. Razão disso, cumpre reiterar, deve-se às diferentes jurisprudências e entendimentos que cada organismo internacional adota, bem como ao escopo protetor que cada dispositivo convencional visa contemplar. Desse modo, a concessão de um direito humano à uma pessoa coletiva está subordinada tanto ao sistema internacional que foi acionado, quanto ao dispositivo, de fato, que se busca tutelar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniela Lima de. **O acesso do indivíduo à jurisdição internacional de direitos humanos: Reflexões sobre a relativização do conceito de soberania estatal.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c5866e93cab17768>

BONTEMPS, Clémentine. sob orientação de Pr. Björg Thorarensen. **The right to property over land in public international law in the light of the global interests of environmental protection and human rights.** LL.M. Final Thesis. Natural Resources Law and International Environmental Law. 2018. Disponível em: <https://skemman.is/bitstream/1946/31312/1/Clementine%20Bontemps.pdf>

CARVALHO, Neudimair Vilela Miranda. **Diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais.** Publicado em 08/2017. Elaborado em 04/2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59616/diferenca-entre-direitos-humanos-e-direitos-fundamentais>.

CASTILLO CÓRDOVA, Luis. **La persona jurídica como titular de derechos fundamentales.** Actualidad Jurídica: información especializada para abogados y jueces, tomo 167, 125-134. 2007.. Disponível em: https://pirhua.udep.edu.pe/bitstream/handle/11042/2073/Persona_juridica_com_o_titular_derechos_fundamentales.pdf?sequence=1

CORAL, Carlos Ayala; RIVERO, María Daniela. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario.** Konrad Adenauer Stiftung. Editores Christian Steiner e Patricia Uribe. 2014. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_38682-1522-4-30.pdf?140901164826.
Dados disponíveis na base de dados do Tribunal Europeu de Direitos Humanos: <http://hudoc.echr.coe.int>.

DANTAS, Carla. **Direito de petição do indivíduo no sistema global de proteção dos direitos humanos.** Revista internacional de direitos humanos. v.9. n. 17. 2012. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/11/sur17-port-carla-dantas.pdf>

DE ROA, Alba Liliana Silva. **Observaciones respecto de la solicitud de opinión consultiva elevada por el Estado de Panamá.** Decana Facultad de Derecho y Ciencias Políticas Universidad de San Buenaventura Cali Cali, República de Colombia. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/observaciones/panama/26.FacultaddeDerechoyCienciasPoliticasdelaUniversidadSanBuenaventuradeCali.pdf>

DHOOGHE, Lucien J. **Human Rights for Transnational Corporations.** 16 J. Transnat'l L. & Pol'y 197. HeinOnline. 2007. p. 211.

DOS SANTOS, Vanessa Flain. **Direitos Fundamentais e Direitos Humanos.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, III, n. 8, fev 2002. Disponível em:

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2061.

GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes; BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. **A Titularidade dos direitos de pessoas jurídicas: Análise do Parecer Consultivo OC/22 e a função interpretativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo/SP. v.19. n.8. 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-Bras_v.19_n.8.12.pdf

GARCÍA RAMÍREZ, Sergio. **La jurisdicción interamericana de derechos humanos (estudios)**. México. UNAM. Instituto de Investigaciones Jurídicas. Serie de Doctrina Jurídica. 2006. Disponível em: http://centro.paot.org.mx/documentos/cdhdf/jurisd_interam_ddhh.pdf

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; MELLO, Patrícia Perrone Campos. **A titularidade dos direitos fundamentais por parte de pessoas jurídicas. A empresa como agente de efetivação dos direitos sociais: notas introdutórias ao direito empresarial constitucional**. Rev. Bras. Polít. Públicas (Online), Brasília, v. 6, nº 3, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4414/pdf>

GOLAY, Christophe; CISMAS, Ioana. **Legal Opinion: The Right to Property from a Human Rights Perspective**. 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1635359

GONZA, Alejandra. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario**. Konrad Adenauer Stiftung. Editores Christian Steiner e Patricia Uribe. 2014. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_38682-1522-4-30.pdf?140901164826.

KOUAMÉ KOKI, Hubert. **Les droits fondamentaux des personnes morales dans la convention européenne des droits de l'homme**. Droit. Université de La Rochelle, 2011. Français. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00808648/document>

MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer; PELAYO MÖLLER, Carlos Maria. “Deberes de los Estados y derechos protegidos”. **Convención Americana sobre Derechos Humanos: Comentario, Konrad Adenauer**. Editores Christian Steiner e Patricia Uribe. 2014. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_38682-1522-4-30.pdf?140901164826.

MEDEIROS, Rafael Chiarini. **Sistema Africano de Direitos Humanos: uma análise crítica dos órgãos regionais de proteção**. Universidade de Brasília, Faculdade de Direito. 2017. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/18571/1/2017_RafaelChiariniMedeiros.pdf

MILLON, David. **Human Rights for Corporate Persons**. Jotwell: J. Things We Like [370]. HeinOnline. 2015.

MUCHLINSKI, Peter T. **Corporations in International Law**. Oxford Public International Law. Oxford University Press, article las updated 2014. Max Planck Encyclopedia of Public International Law [MPEPIL]. p. 01 Disponível em: [https://www.uio.no/studier/emner/jus/jus/JUS5851/v13/undervisningsmateriale/muchlinski-\(2009\)-corporations-in-international-law-max-planck-enc.-of-pil-co-1.pdf](https://www.uio.no/studier/emner/jus/jus/JUS5851/v13/undervisningsmateriale/muchlinski-(2009)-corporations-in-international-law-max-planck-enc.-of-pil-co-1.pdf)

MUIJSENBORG, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**. Global Business & Development Law Journal / Vol. 25. March 2011. University of the Pacific, McGeorge School of Law Symposium on The Global Impact and Implementation of Human Rights Norms. Disponível em: https://www.mcgeorge.edu/documents/Conferences/GlobeJune2012_Corporationsandthe.pdf

NÚÑEZ, Raúl Fernando. **La persona jurídica como sujeto de derechos humanos en el Sistema Interamericano**. Perspectivas Internacionales, Cali, 2010. Disponível em: <https://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/perspectivasinternacionales/articloe/view/822>

PETERS, Birgit. **Aspects of Human Rights Interpretation by the UN Treaty Bodies**. UN Human Rights Treaty Bodies, Law and Legitimacy, Helen Keller and Geir Ulfstein (eds). (April 11, 2011) CUP 2012, 261-319. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2013298>

PROCHAZKA, Susanne. **Did You Ever Expect a Corporation to Have a Conscience? Human Rights Obligations of Transnational Corporations**. ISSN 2059-8092. 2015. Disponível em: <https://www.qmul.ac.uk/law/humanrights/media/humanrights/news/hrlr/2015/Prochazka-2015-2-QMHRR-84.pdf>

RISTIK, Jelena. **Right to property: From Magna Carta to the European Convention on Human Rights**. Special Edition, Magna Carta 800th. Volume 11, Issue1, 2015. Disponível em: <https://content.sciendo.com/view/journals/seeur/11/1/article-p145.xml?lang=en>

RUMAK, Natalia Inés Chudyk. Sob orientação de BARBERO, Francisco Javier Roldán. **La persona jurídica como titular de derechos humanos en el sistema interamericano: un estudio comparado con el sistema europeo de derechos humanos**. Tese (Doctorado en Derecho Internacional y Relaciones Internacionales) – Facultad de Derecho, Universidad Complutense de Madrid. Madrid. 2016. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/48118/1/T40044.pdf>

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Internacionalização dos direitos humanos trabalhistas: o advento da dimensão objetiva e subjetiva dos direitos**

fundamentais. Cadernos de Direito, Piracicaba, 7(12-13): 81-95, jan/dez. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/618/195>

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional.** 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/28957456/E_book_Ingo_Sarlet_A_Eficacia_dos_Direitos_Fundamentais

SCHMITT, Cristiano Heineck. **A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado.** Brasília a. 37 n. 145 jan./mar. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/555/r145-07.pdf?sequence=4>

SCOLNICOV, Anat. **Lifelike and Lifeless in Law: Do Corporations Have Human Rights?** (May 2013). University of Cambridge Faculty of Law Research Paper No. 13/2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2268537

VAN KEMPEN, Piet Hein. **The Recognition of Legal Persons in International Human Rights Instruments: Protection Against and Through Criminal Justice?** (June 1, 2011). In: M. Pieth & R. Ivory (eds.), Corporate Criminal Liability. Emergence, Convergence, and Risk, Ius Gentium: Comparative Perspectives on Law and Justice 9, New York/Dordrecht/Heidelberg/London: Springer 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2046046>

WISEKRUNA, Aleksandra. **Protection of Rights of Companies before the European Court of Human Rights.** EU and Comparative Law issues and challenges. Institute of Comparative Law. Belgrade, Serbia. Publicado em 2018. p. 112. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/ojs/index.php/eclic/article/view/6524/3433>

CASOS

CADHP, Civil Liberties Organization v. Nigeria. Decisão de 1995, Comm. 101/93 (1995). Disponível em: <https://africanlii.org/afu/judgment/african-commission-human-and-peoples-rights/1995/1-0>

CDH, A Group of Association For the Defence of The Rights of Disabled and Handicapped Persons in Italy Vs. Italia, No. 163/1984. 10 de Abril de 1984, para. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/undocs/session39/163-1984.htm>

CDH, A newspaper publishing Company Vs. Trinidad y Tobago, No. 360/1989. 14 de julho de 1989. http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1989.07.14_A_newspaper_publishing_company_v_Trinidad_and_Tobago.htm

CDH, Observação Geral No. 31. 26 de maio de 2004. Disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPP RiCAqhKb7yhsjYoiCfMKoIRv2FVaVzRkMjTnjRO%2Bfud3cPVrcM9YR0iW6Txa xgp3f9kUFpWoq%2FhW%2FTpKi2tPhZsbEJw%2FGeZRATdbWLgyA1RX6IE1 VC%2FXrdwy1JEojEGK4mF1mRwn5H9lw%3D%3D>

CDH, V.S. Vs. Bielorrusia, No. 1749/2008. 31 de Outubro de 2011. Disponível em:

<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPP RiCAqhKb7yhsbttFNxTkqvXTPJWIZn3vmjnZ9VYEnzb1l89m3Gw15r0%2BUlh zyJX9nIbXj%2FWHg8%2FEbXO%2F52GILDkJxuQ9AamXS%2FMLdKUfOSzfl 2RhGQIRUWUA%2FoX6HsK0DwU9YT6OS6xQ%3D%3D>

CDH, View de 26 de julho de 1994, Singer v. Canada, Comm. 455/1991. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/undocs/html/vws455.htm>

CERD, TBB-Turkish Union in Berlin/Brandenburg Vs. Alemanha, No. 48/2010. 26 de fevereiro de 2013, para. Disponível em: http://www.worldcourts.com/cerd/eng/decisions/2013.02.26_TBB_v_Germany.pdf

CIDH, “Masacre de Mapiripán” Vs. Colombia. Exceções Preliminares. Sentença de 7 de março de 2005. Serie C No. 122. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_122_esp.pdf

CIDH, Asunto de Viviana Gallardo y otras vs. Costa Rica, Decisão de 13 de novembro de 1981, Serie A No. 101. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/5/2433/4.pdf>

CIDH, Bendeck-Cohdinsa (Honduras). Informe No. 106/99, Inadmisibilidade, 27 de setembro de 1999. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/cases/1999/Shonduras106-99.html>

CIDH, Caballero Delgado y Santana Vs. Colombia. Exceções Preliminares. Sentença de 21 de janeiro de 1994. Serie C No. 17. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_17_esp.pdf

CIDH, Cantos Vs. Argentina, Exceções Preliminares, sentença de 07 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_85_esp.pdf

CIDH, Caso Granier y otros (Radio Caracas Televisión) Vs. Venezuela. Exceções Preliminares. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 22 de junho de 2015. Serie C. No. 293. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_293_esp.pdf

CIDH, Castillo Petrucci e Outros Vs. Perú. Exceções Preliminares. Sentença de 4 de setembro de 1998. Serie C No. 41. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_41_esp.pdf

CIDH, Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez. vs. Ecuador. Sentença de 21 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_170_esp.pdf

CIDH, Herrera Ulloa vs. Costa Rica. Sentença de 2 de julho de 2004. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_107_esp.pdf

CIDH, Informe No. 10/91, Caso 10.169, Inadmisibilidad, Banco de Lima (Perú), 22 de fevereiro de 1991. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/90.91sp/Peru10169.htm>

CIDH, Ivcher Bronstein Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. Serie C. No. 74. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_74_esp.pdf

CIDH, José Luis Forzanni Ballard (Perú). Informe No. 40/05. 2005. Inadmisibilidad. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2005sp/Peru12139.sp.htm>

CIDH, Mevopal S.A. (Argentina). Informe No. 39/99. 11 de março de 1999. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/98span/Inadmisibilidad/Argentina.Mevopal.htm>

CIDH, Perozo y otros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_195_esp.pdf

CIDH, Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs Equador. Sentença de 27 de junho de 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/dd8acea6c7256808b84889d6499e6aaa.pdf>

CIDH, Tabacalera Boquerón, S.A. (Paraguay). Informe No. 47/97, Inadmisibilidad, de 16 de outubro de 1997. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/97span/ParaguayTabacalera.htm>

CIDH, Tomás Enrique Carvallo Quintana (Argentina). Informe No. 67/01, Caso 11.859, Admisibilidad, 14 de junho de 2001. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2001sp/Argentina11.859.htm>

CIDH. Caso Yatama. Excepciones preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 23 de junho de 2005. Serie C No. 127. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_127_esp.pdf

CIJ, The Barcelona Traction, Light and Power Company Limited (Belgium v. Spain), Julgamento de 5 de fevereiro de 1970. p. 36. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/50/050-19700205-JUD-01-00-EN.pdf>

TEDH, , Niemietz v. Germany, Appl. 13710/88, sentença de 16 de dezembro de 1992, para 29 e 30. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22:%5B%22001-57887%22%5D%7D>

TEDH, Cases of Wilde, Ooms and Versyp ("Vagrancy") vs. Belgium (Merits), julgamento de 18 de junho de 1971. Disponível em: <https://www.globaldetentionproject.org/wp-content/uploads/2016/06/De-Wilde-Ooms-and-Versyp-v-Belgium-1971.pdf>

TEDH, Colas Est e Outros Vs. França, (No. 37971/97), Sentença de 16 de abril de 2002. Disponível em: <https://www.legal-tools.org/doc/5aefe0/pdf/>

TEDH, Comingersoll SA v. Portugal, 2000-IV. 355, 368 (Rozakis, Bratza, Caflish, & Vajic concurring). *Apud*. MUIJSENBEGH, Winfried H.A.M. van de; REZAI, Sam. **Corporations and the European Convention on Human Rights**.

TEDH, Gasus Dosier und Fördertechnik GmbH vs. Pays-Bas, 23 de fevereiro de 1995, Série A, nº 306-B. Disponível em: <https://juricaf.org/arret/CONSEILDELEUROP-CECOUREOPEENNEDESROITSDELHOMME-19950223-1537589>

TEDH, Geotech Kancev GMBH vs. Germany (Merits and Just Satisfaction). App No 23646/09. Sentença de 02 de junho de 2016. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22:%5B%22001-163356%22%5D%7D>

TEDH, OAO Neftyanaya Kompaniya Yukos vs. Russia. Application No. 14902/04. Julgamento de 20 de setembro de 2011. Final 08/03/2012. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22:%5B%22001-106308%22%5D%7D>

TEDH, Pine Valley Developments Ltd and Others Vs Ireland. Sentença de 29 de novembro de 1991. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/rus#%7B%22itemid%22:%5B%22001-57711%22%5D%7D>

TEDH, Sporrang and Lönnroth vs. Sweden. App No 7151/75. Sentença de 23 setembro de 1982. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22:%5B%22001-57580%22%5D%7D>

TEDH, Ünsped Paket Servisi San. Ve Tic. A.Ş. vs. Bulgaria (Merits), Sentença de 13 de Outubro de 2015. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/app/conversion/pdf/?library=ECHR&id=003-5197573-6435540&filename=Judgments%20of%2013.10.15.pdf>

TJCE, Stce Internationale Handelgesellschaft e Einfuhr- und Vorratsstelle für Getreide und Futtermittel. Sentença de 17 de dezembro de 1970. Disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:61970CJ0011&from=IT>

DOCUMENTOS E SÍTIOS ELETRÔNICOS

Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE). Disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf

Código Civil do Paraguai.

Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Codigo_Civil_Paraguay.pdf

Convenção Americana de Direitos Humanos.

Disponível em:

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm

Projeto da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas sobre Responsabilidade Internacional dos Estados.

Disponível em: <http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/09/Projeto-da-CDI-sobre-Responsabilidade-Internacional-dos-Estados.pdf>

Protocolo de “San Salvador”.

Disponível em:

http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/e.Protocolo_de_San_Salvador.htm

Convenção para Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue_convencao_europeia_dh.pdf

Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Disponível em:

<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm

Convenção Interamericana sobre Personalidade e Capacidade de Pessoas Jurídicas no Direito Internacional Privado.

Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-49.htm>

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Disponível em:

[https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%202106%20\(XX\)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf](https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%202106%20(XX)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf)

Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

Disponível em:

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm

Declaração Universal de Direitos Humanos.

Disponível em:

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23862&LangID=E>

Fonte de Sítio eletrônico: <https://www.direitosedeveres.pt/q/vida-pessoal-e-familiar/pessoas-colectivas/que-tipos-de-pessoas-colectivas-existem>.

Fonte de Sítio eletrônico: Wikipedia.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_dif%C3%ADcil#cite_ref-1

Human Rights Watch, **The Price of Oil: Corporate Responsibility and Human Rights Violations in Nigeria's Oil Producing Communities** (Human Rights Watch January 1999). Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1999/nigeria/> e <https://www.hrw.org/legacy/reports/1999/nigeria/nigeria0199.pdf>

Opinião Consultiva OC-22/16 de 26 de fevereiro de 2016 solicitada pela República do Panamá. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_22_esp.pdf

Opinião Consultiva OC 10/89 solicitada pela República da Colômbia. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_10_esp1.pdf

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm

UN Guiding principles reporting framework. **The relationship between business and Human Rights**. Disponível em: https://www.ungpreporting.org/wp-content/uploads/2015/07/UNGPRF_businesshumanrightsimpacts.pdf